

CENTRO UNIVERSITÁRIO UNIVATES
CURSO DE LICENCIATURA EM HISTÓRIA

**COLONIZAÇÃO GERMÂNICA NO VALE DO TAQUARI:
OS COLONOS CATÓLICOS DE SANTA CLARA (SÉCULO XIX)**

Simone Elisa Weber

Lajeado, novembro de 2016

Simone Elisa Weber

**COLONIZAÇÃO GERMÂNICA NO VALE DO TAQUARI:
OS COLONOS CATÓLICOS DE SANTA CLARA (SÉCULO XIX)**

Monografia apresentada ao Curso de História, do Centro Universitário UNIVATES, como parte da exigência para a obtenção do título de Licenciada em História.

Orientadora: Prof^ª. Dra. Márcia Solange Volkmer

Lajeado, novembro de 2016

Simone Elisa Weber

**COLONIZAÇÃO GERMÂNICA NO VALE DO TAQUARI:
OS COLONOS CATÓLICOS DE SANTA CLARA (SÉCULO XIX)**

A Banca examinadora abaixo aprova a Monografia apresentada na Disciplina de Trabalho de Conclusão de Curso II, do Curso de História do Centro Universitário UNIVATES, como parte da exigência para a obtenção do grau de Licenciada em História.

Prof^a Dr^a. Márcia Solange Volkmer – Orientadora
Centro Universitário UNIVATES

Prof^o. Dr. Tiago Weizenmann
Centro Universitário UNIVATES

Lajeado, novembro de 2016

AGRADECIMENTOS

Aos meus pais, Paulo e Maria, que sempre acreditaram em mim, fazendo tudo o que sempre estive à seu alcance para me auxiliar e tornar meus sonhos possíveis.

Ao Felipe, por ser meu companheiro em todos os momentos. Obrigada por me acompanhar nas pesquisas, nas idas aos acervos, nas madrugadas de estudo, em todos os momentos em que mais precisei.

Aos meus avós, Cláudio e Valéria, que com suas conversas sobre ‘antigamente’, foram inspiração de vida e de busca por novos conhecimentos em relação à história de Santa Clara e sua população.

A toda a minha família, que compreendeu as minhas ausências e compartilhou comigo muitos momentos importantes em minha vida.

À Professora Márcia, por embarcar comigo neste projeto. Obrigada por todas as conversas, todas as leituras indicadas, todos os emails trocados, por ser uma amiga nesta caminhada.

Aos tantos amigos que fiz durante estes cinco anos e meio no Curso de História. Obrigada pelas conversas, discussões e auxílios em tantos momentos.

A todos os professores do curso de História, pelas contribuições individuais na minha formação como professora e historiadora.

Este trabalho é resultado de muitos esforços e auxílios importantes, sem os quais não teria sido possível sua conclusão. Grata à todas as pessoas envolvidas neste processo.

RESUMO

O presente trabalho consiste na pesquisa e análise sobre o histórico de colonização germânica no Vale do Taquari, enfocando-se a Fazenda Santa Clara, localizada atualmente no município de Santa Clara do Sul/RS, no século XIX. Buscou-se analisar diversas fontes históricas, encontradas em diferentes acervos no estado do Rio Grande do Sul, bem como analisar diversas bibliografias que tratam sobre a imigração e colonização. A partir destes estudos, foi possível observar o processo de colonização no Vale do Taquari, bem como a organização e constituição da Fazenda Santa Clara e de outras comunidades próximas, em suas primeiras décadas de ocupação. Investigou-se a forte presença de germânicos católicos nesta comunidade, buscando compreender as suas características religiosas e as relações inter-étnicas com as outras comunidades localizadas na proximidade. Objetivou-se, assim, contribuir para uma melhor compreensão destes processos históricos do Vale do Taquari e de Santa Clara do Sul.

Palavras-chave: Imigração Germânica. Vale do Taquari. Santa Clara do Sul. Católicos.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Mapa da Capitania do Rio Grande de São Pedro – 1809.....	18
Figura 2 – Colônias oficiais criadas até 1860.....	28
Figura 3 – Colônias dos Vales do Taquari e Rio Pardo.....	30
Figura 4 – A religiosidade como instrumento de socialização entre os imigrantes.....	32
Figura 5 – Evolução das paróquias católicas e luteranas entre 1874 e 1914.....	35
Figura 6 – Bacias Hidrográficas do Rio Grande do Sul.....	39
Figura 7 – Colonização européia no Vale do Taquari.....	43
Figura 8 – Sobrado de Antônio Fialho de Vargas.....	46
Figura 9 – Localidades próximas à Fazenda Santa Clara em 1880.....	56
Figura 10 – Localidades e suas representações religiosas.....	64
Figura 11 – Planta de um trecho da estrada entre a vila de Estrella e a Colônia Santa Emília – 1884.....	70
Figura 12 – Provável traçado das estradas em disputa.....	73

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Crescimento populacional da Colônia dos Conventos.....	47
--	----

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Mapa estatístico, do ano 1863, da Colônia dos Conventos; Empresa Baptista Fialho & CIA.....	48
--	----

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	09
2. PELA SUPERIOR VANTAGEM DE SE EMPREGAR GENTE BRANCA, LIVRE E INDUSTRIOSA: A IMIGRAÇÃO GERMÂNICA AO BRASIL NO SÉCULO XI....	15
2.1 Esperando-se brevemente nesta Corte uma Colônia de Alemães: A Província de São Pedro e a Imigração Germânica (1824 – 1850).....	17
2.2 Autorizado o Governo a promover a colonização estrangeira na forma que se declara: A década de 1850 e os novos projetos de colonização.....	23
2.3 É este sem duvida o melhor modo por que a colonisação se poderá fazer: As novas colônias e as empresas privadas.....	27
2.4 Sem ser com tudo prohibido que cada hum adore a Deos a seo modo: a religiosidade germânica no contexto colonial.....	31
3. SOBRE O CAY, TAQUARY, JACUHY, E RIO PARDO EXISTEM BELLISSIMAS TERRAS AINDA INCULTAS: O PROCESSO DE COLONIZAÇÃO DO VALE DO TAQUARI.....	37
3.1 Começai a vossa colonização pela margem de vossos rios navegáveis: O Taquari e a ocupação do Vale do Taquari.....	38
3.2 Na margem direita do rio Taquary entre os arroios dos Moinhos e da Forqueta em terras de Fialho & Baptista.....	44
4. OS COLONOS CATÓLICOS DE SANTA CLARA NO SÉCULO XIX.....	52
4.1 E quão admirável era a força de vontade dos pioneiros: Os primeiros germânicos ocupam Santa Clara.....	53
4.2 A comunidade estava dividida: relações inter-religiosas no contexto colonial.....	58

4.3 Desde o porto de embarque de São Gabriel até a Colonia de Nova Berlim: Qual o melhor caminho a tomar?.....	67
4.4 Nos sofrimentos dessa guerra fratricida também ela foi envolvida: Invasão maragata à Santa Clara.....	74
4.5 Caracterização de Santa Clara em fins do século XIX.....	77
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	81
REFERÊNCIAS.....	84
ANEXOS.....	91

1 INTRODUÇÃO

Os primeiros imigrantes germânicos chegam ao Rio Grande do Sul em julho de 1824, sendo atraídos para a então província através de incentivos do governo imperial, visando a ocupação de territórios considerados ainda desocupados. Grandes extensões de terra, denominadas devolutas, foram loteadas e revendidas em pequenos lotes a estes imigrantes. Este trabalho visa investigar e analisar o processo imigratório e migratório de germânicos e seus descendentes ao Vale do Taquari, enfatizando-se o território do atual município de Santa Clara do Sul/RS, durante a segunda metade do século XIX.

Compreendemos, aqui, por *germânicos*, os imigrantes advindos das diferentes regiões germânicas da Europa. A ampla historiografia existente acerca da imigração, em geral, trata estes indivíduos por *alemães*, porém, observando-se que a unificação da Alemanha ocorre apenas em 1871, compreende-se que o melhor termo a ser utilizado é *germânico*. Além disso, sabe-se que muitos destes imigrantes vieram de regiões de atuais países como a Áustria, Suíça, Polônia e Bélgica, por exemplo. Foram identificados como alemães apenas pelo idioma falado.

Estes imigrantes são assentados nas chamadas colônias, que são criadas por diferentes pontos da província, desde São Leopoldo, na região missioneira, mais ao sul, próximo à Lagoa dos Patos e na região do litoral norte. Estes indivíduos que ocupam os lotes de terras nas denominadas colônias são chamados, portanto, de colonos.

Colonos podem ser conceituados, nesse contexto, como os camponeses livres, imigrantes provenientes da Europa durante o grande fluxo populacional iniciado no século XIX e que durou até a década de 1930, ou seus descendentes nascidos no

Brasil, que se tornaram proprietários de pequenos lotes rurais nos quais trabalhavam prioritariamente os membros da família.¹

Aos poucos, a quantidade de colônias multiplicou-se, principalmente em torno de São Leopoldo, formando a região denominada como Colônias Velhas. Dentro destas, cita-se Dois Irmãos, São José do Hortêncio, Feliz e Estância Velha. Os primeiros imigrantes buscam adaptar sua cultura e seu modo de vida à nova moradia. Uma das principais características mantidas foi a comunicação através dos dialetos em língua alemã, adaptados ao novo local de residência, assim como a alimentação, a arquitetura, a religião, entre outros. Estes imigrantes se inserem no novo contexto e, aos poucos, as famílias aumentam com o nascimento dos filhos.

Este grupo de descendentes é chamado de teuto-brasileiros. Jean Roche (1969) define como teuto-brasileiro todo aquele que for descendente direto de imigrantes alemães, ou seja, que tanto a linhagem paterna quanto a materna sejam somente de imigrantes e descendentes de imigrantes germânicos.

Em meados do século XIX, são os teuto-brasileiros, bem como novos imigrantes germânicos que chegam ao Rio Grande do Sul, que iniciam um movimento migratório em direção às novas colônias, localizadas no interior do estado. Tal processo é denominado como enxameamento por Jean Roche. “A agricultura dos colonos alemães teve caráter essencialmente pioneiro. Depois de ter feito recuar a floresta, esgotou o solo, obrigando os colonos das gerações seguintes a emigrar para novas zonas a desbravar [...]”²

As novas colônias, diferentemente das anteriores, passam a ser organizadas, loteadas e revendidas por iniciativas privadas. Estes novos comerciantes são, em geral, donos de grandes áreas de terra, denominadas sesmarias. Após lotear as áreas que já eram de sua propriedade, recebiam facilidades governamentais para adquirir as chamadas terras devolutas.

A região do Vale do Taquari caracterizava-se neste período por possuir grandes extensões de terra com pouca ocupação humana. Além disso, estando relativamente próxima à região das colônias velhas e à Capital, era de fácil acesso através do Rio Taquari, facilmente navegável. Antônio Fialho de Vargas foi o empreendedor/colonizador de maior expressão em

¹ GERHARDT, Marcos. Colonização e extrativismo. In: TEDESCO, João Carlos; NEUMANN, Rosane Marcia. **Colonos, Colônias e Colonizadores: aspectos da territorialização agrária no Sul do Brasil**, vol. IV. Porto Alegre: Letra&Vida, 2015, p. 249.

² ROCHE, Jean. **A Colonização Alemã e o Rio Grande do Sul**. (vol. 1 e 2). Porto Alegre: Editora Globo, 1969, p. 319.

terras localizadas do lado direito do Rio Taquari. Sua primeira colônia, denominada Colônia dos Conventos, localizada no atual território do município de Lajeado, deu início à colonização germânica nesta região.

Uma de suas áreas colonizadas foi a Fazenda Santa Clara, enfoque deste estudo. Os primeiros colonos, imigrantes e descendentes de imigrantes germânicos, chegam à localidade entre os anos de 1869 e 1874. Nesta pesquisa busca-se compreender o processo de instalação destes colonos e sua organização – social, comunitária, cultural e religiosa – no século XIX. Este trabalho busca compreender, portanto, as características da imigração germânica e a maneira com que todo este processo influenciou a organização de Santa Clara, bem como de outras comunidades e colônias em território gaúcho. É importante compreender que

A importância da consciência histórica em nossos dias sugere o estudo de temáticas ligadas ao cotidiano de comunidades ou grupos sociais e/ou étnicos específicos, social e geograficamente referidas, na perspectiva da reconstrução de microcontextos, sem desconectá-los dos contextos mais amplos, para apreender dos sujeitos históricos as formas de representação e os mecanismos de intervenção na realidade, tendo em vista o processo de mudança social.³

Os teuto-brasileiros, suas representações sociais e culturais são, portanto, resultado deste processo de mudança social, vivenciado pelos seus antepassados. Neste contexto, surge o germanismo

[...] um movimento intelectual que surge no século XIX entre pessoas pertencentes ao grupo étnico alemão, tendo como anseio principal a defesa de uma identidade étnico-nacional, liderada essencialmente pela elite, que passa a criar uma identidade própria para esse grupo com base na diferenciação étnica.⁴

Difundi-se, assim, um sentimento de pertencimento a um todo, um grupo organizado e unido de pessoas ou grupos de pessoas, identificadas entre si por seu pertencimento étnico e cultural. Parte da historiografia da imigração difundiu por algumas décadas esta característica de igualdade e de um todo, quase homogêneo. Porém, percebe-se que houve diferenças que nem sempre mantiveram unidos estes elementos teuto-brasileiros.

O postulado do isolamento e seu corolário do enquistamento étnico não pode ser usadas como explicação unívoca para a constituição de uma identidade étnica teuto-

³ SCHALLENBERGER, Erneldo. Os teuto-brasileiros: ação católica, cooperativismo e terceira via política. **MÉTIS: história & cultura**. v.4, n.7, p. 133-144, jan./jun. 2005, p. 134.

⁴ BALLER, Gisele Inês. **Espaços de memória e construção de identidade**: estudo de dois casos na região de colonização alemã no RS. 2008. 156 f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2008, p.39.

brasileira, mas ambos estão relacionados ao processo histórico de colonização compartilhada com imigrantes europeus de outras nacionalidades.⁵

O isolamento geográfico e étnico foram, relativamente, estimulados pela maneira com a qual se deu a colonização no Brasil. A intencionalidade governamental foi a de criar unidades coloniais em terras devolutas, sendo os imigrantes assentados em pequenas áreas e com a atuação política restrita. Estas situações resultam na manutenção de alguns traços culturais, tais como a língua, bem como na criação de associações (ginástica, tiro, etc.), como maneira de manter a sociabilidade destes indivíduos.

Uma destas questões é a religiosidade. São muitos os estudos existentes sobre o luteranismo de germânicos, sua fé, organização, caracterização e histórias em territórios do sul do Brasil. Porém, observou-se que são poucos os trabalhos que buscam compreender a organização de germânicos católicos ainda no século XIX. Ao falar-se sobre imigrantes católicos, em geral, trata-se de italianos sendo, portanto, este um campo de estudos que ainda merece mais atenção da historiografia.

Santa Clara caracteriza-se, em relação à religiosidade de teuto-brasileiros, por sua essencialidade católica, com poucos elementos luteranos. Pode, portanto, ser caracterizada como uma colônia germânica católica. Este estudo busca contribuir para a compreensão da organização católica e suas diferenças ou semelhanças em relação às comunidades luteranas.

Caracteriza-se este trabalho por seu enfoque de micro-história, metodologia que pretende dar sentido ao “jogo de escalas”, ao referenciar os contextos e as trajetórias de vida das pessoas envolvidas nos processos analisados. Como norteador das questões relativas à etnicidade e às relações interétnicas nos fundamentamos em Fredrik Barth. “Uma vez que cultura nada mais é do que uma maneira de descrever o comportamento humano, segue-se disso que há grupos delimitados de pessoas, ou seja, unidades étnicas que correspondem a cada cultura.”⁶ Sendo assim, percebe-se que a etnicidade está muito ligada à cultura. Esses traços culturais tornaram-se importantes para a etnicidade de germânicos no contexto colonial.

A comunidade étnica teuto-brasileira foi definida objetivamente por seus membros a partir do uso cotidiano da língua alemã, da preservação de usos e costumes alemães (incluindo, entre outras coisas, hábitos alimentares, organização do espaço

⁵ SEYFERTH, Giralda. A identidade teuto-brasileira numa perspectiva histórica. In: MAUCH, Cláudia; VASCONCELLOS, Naira. **Os alemães no sul do Brasil**. Canoas: Ed. ULBRA, 1994, p. 14.

⁶ BARTH, Fredrik. Os grupos étnicos e suas fronteiras. In: LASK, Tomke (org.). **O guru, o iniciador e outras variações antropológicas**. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria, [1969], 2000, p. 25-67.

doméstico, formas de sociabilidade, comportamento religioso, etc.), da intensidade da vida social expressa pelas muitas associações que assumiram forte caráter étnico [...].⁷

Dentre as associações importantes neste sentido estão a imprensa, pela distribuição de livros, cartilhas, revistas em língua alemã; as sociedades escolares, que muitas vezes através da religiosidade, organizaram-se para a criação de materiais escolares, e até para formação de professores; sociedades de tiro; sociedades de ginástica, dentre outras.

Através da análise de diferentes fontes documentais, buscou-se principalmente a compreensão das migrações internas, e da organização comunitária e familiar destes indivíduos, utilizando-se de elementos metodológicos da demografia histórica. Conforme Amorim⁸, criada por Louis Henry na década de 1970, como um método científico de análise de dados demográficos buscando a reconstituição de relações familiares, tal metodologia é definida por Rafael Fernandes Félix (et. al.) da seguinte maneira:

A demografia histórica estuda a estatística da população ao longo dos anos, ou seja, adiciona à demografia a componente histórica. A demografia histórica estuda, geralmente, fenômenos sociais relacionados com a natalidade, a nupcialidade, a mobilidade e a mortalidade. Assim, o principal objecto de estudo desta ciência é o indivíduo em particular e as famílias constituídas por esse mesmo indivíduo (uma ou mais).⁹

Aliando as fontes documentais às bibliográficas, analisou-se o processo imigratório ao Brasil e ao Rio Grande do Sul, bem como a colonização europeia no Vale do Taquari, tornando assim, possível a compreensão e caracterização da colônia Santa Clara no século XIX.

O capítulo 2 deste estudo, denominado “*Pela superior vantagem de se empregar gente branca, livre e industriosa*”: A imigração germânica ao Brasil no século XIX, visa contextualizar a imigração germânica ao Brasil e ao Rio Grande do Sul, para tornar possível a compreensão do estabelecimento territorial, social e cultural destes indivíduos. Inicia-se o capítulo analisando as motivações que levaram o governo imperial a iniciar o processo imigratório em terras brasileiras.

⁷ SEYFERTH, 2004, p. 15.

⁸ AMORIM, Maria Norberta (coord.). Falando de Demografia Histórica. **Boletim Informativo NEPS**, Guimarães, n^o2, jul. 1998.

⁹ FÉLIX, Rafael Fernandes; et. al. XML na demografia histórica: anotação de registros paroquiais. **Conferência da Associação portuguesa de sistemas de informação**, Coimbra, v.3, 2002. Disponível em: <<http://repositorium.sdum.uminho.pt/handle/1822/2335>>. Acesso em: 10 dez. 2015, p. 2-3.

No decorrer do século XIX a preocupação em relação à falta de mão de obra que poderia assolar o país com a abolição da escravidão, principalmente nas regiões de produção de café do sudeste brasileiro, faz com que sejam criadas novas possibilidades. Dentre estas, criou-se um projeto de contratos de trabalho por parceria. Ainda na Europa, os possíveis imigrantes assinavam contratos para trabalhar nas grandes fazendas em troca de sua passagem, de moradia e uma pequena área para plantio.

Após o término da Revolução Farroupilha, em 1845, a província de São Pedro reorganiza a colonização em seu território. Criam-se novas colônias provinciais, porém surgem também diversas iniciativas privadas, que auxiliam na manutenção do projeto de imigração local e fazem com que os germânicos adentrem cada vez mais à província. Para completar este capítulo, discute-se a religiosidade destes imigrantes e seus descendentes, bem como a maneira com a qual estas características influenciaram em sua sociabilidade e cultura.

Em nosso Capítulo 3, denominado “*Sobre o Cay, Taquary, Jacuhy, e Rio Pardo existem bellissimas terras ainda incultas: O processo de colonização do Vale do Taquari*”, busca-se analisar a formação da população e cultura do Vale do Taquari. Observando-se a influência dos diferentes grupos (indígenas, açorianos, posseiros, germânicos e italianos) para este processo. O processo de formação das colônias de propriedade de Antônio Fialho de Vargas, principalmente a Colônia dos Conventos e as lindeiras, também é analisado.

Intitulado “Os colonos católicos de Santa Clara no século XIX”, o Capítulo 4 busca investigar a formação da população da Fazenda Santa Clara em suas primeiras décadas. Analisamos, portanto, as dificuldades existentes para a ocupação de áreas coloniais estranhas para estes imigrantes/migrantes, por sua geografia, vegetação, bem como distância de áreas urbanas. Caracterizada pela grande concentração de colonos católicos, buscou-se compreender a formação desta população, os motivos que levaram ao agrupamento de católicos neste espaço, bem como as relações sociais destes indivíduos.

2. PELA SUPERIOR VANTAGEM DE SE EMPREGAR GENTE BRANCA, LIVRE E INDUSTRIOSA: A IMIGRAÇÃO GERMÂNICA AO BRASIL NO SÉCULO XIX

As primeiras décadas do século XIX foram de grande transformação para o Brasil. Em 1808, fugida de Portugal, chegaria ao território brasileiro a única corte europeia que pisa em suas colônias na América. Juntamente a Dom João e todos os nobres da família real portuguesa, chegam novos costumes, que acabam por movimentar a Colônia. Em 1817, através de procuração, Dom Pedro I casa-se com Maria Leopoldina, princesa da Áustria, que se torna uma figura importante para a Independência do Brasil e para o início da imigração de germânicos ao país.

O Brasil era um país essencialmente rural, com grande quantidade de latifundiários, que possuíam as riquezas econômicas e utilizavam a mão de obra, majoritariamente, escravista. Além disso, havia grandes porções de terras oficialmente não ocupadas, chamadas devolutas. Com a proximidade da proclamação da independência brasileira e, principalmente, após o ocorrido, há grandes preocupações em relação às referidas terras devolutas, às questões raciais (pela grande quantidade de população negra) e à proteção de porções territoriais que estavam sob disputa com os países vizinhos.

Com tal objetivo a imigração torna-se um sinônimo de processo civilizatório e de uma forma racionalizada de ocupação dos ditos territórios ‘vazios’. Assim, buscava-se atrair para o Brasil os imigrantes que fossem ideais para as chamadas “tarefas civilizatórias”, que incluíam a cultura do trabalho, a ideia de superioridade da raça branca, a ocupação e a proteção das terras devolutas. É assim que se dá o início do projeto de criação das colônias chamadas oficiais ou governamentais no território brasileiro, criadas pela iniciativa do governo imperial.

O projeto do estado brasileiro pretendia ocupar os territórios, promovendo a agricultura, além de estimular a cultura do trabalho e o branqueamento da população. Tornava-se necessário, portanto, um projeto de atração destes imigrantes, dispostos a enfrentar uma nova vida em lugar tão distante.¹⁰

A coroa utilizou como estratégia a concessão de várias vantagens aos imigrantes. Dentre elas, podemos citar o pagamento das passagens da Europa ao Brasil, o recebimento de porções de terra, de alguns animais para iniciar a pecuária (como cavalos, bois e porcos), auxílio financeiro por um ano, isenção do pagamento de qualquer imposto ou tarifa governamental por 10 anos, bem como de naturalização imediata e de total liberdade de culto.¹¹ Porém, questões como a naturalização e a liberdade de culto iam contra os princípios da Constituição do Império, na qual a naturalização não poderia ser imediata e a religião oficial era o catolicismo. Sabe-se que muitos dos imigrantes germânicos eram evangélicos luteranos e vinham ao Brasil confiantes de que poderiam continuar a seguir sua religião de maneira tranqüila. “Assim, em 1827, essas duas cláusulas contrárias à Constituição, foram retiradas dos contratos. A partir de 1830, foi suprimida a ajuda financeira, o recrutamento, que havia sido lento, foi então suspenso.”¹²

A coroa nomeia em 1822 o major Von Schäffer como responsável por ir às regiões germânicas da Europa em busca de famílias interessadas em imigrar ao Brasil¹³. Às motivações já citadas anteriormente, se junta a situação vivida pelas populações germânicas em territórios europeus. Após o término do sistema feudal, os pequenos agricultores passam a possuir suas próprias áreas de terra, que são divididas entre seus descendentes, e gradualmente diminuídas, dificultando a subsistência da família.

Por outro lado, seus filhos, cujas propriedades atingem a condição de minifúndio (pois, transmitidas por herança, sofrem divisões sucessivas e diminuem a cada partilha), não encontram outra alternativa senão a de buscar melhores condições emigrando para outros países.¹⁴

¹⁰ SEYFERTH, Giralda. Colonização, Imigração e a Questão Racial no Brasil. *Revista USP*, nº 53, São Paulo, 2002, pp. 117-148.

¹¹ LANDO, Aldair Marli; BARROS, Eliane Cruxen. **A colonização alemã no Rio Grande do Sul: uma interpretação sociológica**. Porto Alegre: Movimento/IEL, 1976.

¹² FILHO, Hermógenes Saviani. **O processo de colonização no Rio Grande do Sul: o caso de São Leopoldo no século XIX**. 2008. 230 f. Tese (Doutorado em Economia) – Programa de Pós-Graduação em Economia da Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, p.162.

¹³ CUNHA, Jorge Luiz da. Imigração e Colonização Alemã. In: BOEIRA, Nelson; GOLIN, Tau. **Império**. (Vol. 2). Passo Fundo: Méritos, 2006.

¹⁴ LANDO; BARROS, 1976, p.13.

Quando Schäffer vai à Europa, recebe orientações por parte da coroa em relação ao ideal de imigrante necessário. Os mesmos deveriam ser agricultores de profissão, deveriam vir em famílias para a pequena propriedade rural que lhes seria oferecida, mas também solicitava-se de maneira encoberta a vinda de possíveis soldados que seriam capazes de proteger as fronteiras em caso de revoltas ou invasões à província sulista.

As primeiras colônias germânicas criadas no Brasil localizavam-se na região de Nova Friburgo, no Rio de Janeiro. Esta recebeu, em 1819, cerca de 1600 suíços de língua francesa. Tinham dentre suas incumbências a de criar uma escola de agricultura e artesanato para ensinar aos nativos novas técnicas, caso os mesmos tivessem interesse. Localizada distante dos grandes centros, com terras poucos produtivas, bem como com dificuldades de relacionamento com outras populações que ali viviam, aos poucos, os primeiros colonos foram desistindo da empreitada. Alguns retornaram para a Europa, outros buscaram novos rumos no Brasil, e os que permaneceram foram adaptando suas práticas para a criação de grandes pastoreios, distanciando-se dos objetivos inicialmente estipulados para a colônia.¹⁵

2.1 Esperando-se brevemente nesta Corte uma Colônia de Alemães: A Província de São Pedro e a Imigração Germânica (1824 – 1850)

Neste princípio do século XIX, a Província de São Pedro, ao sul do país, era uma das regiões com grandes potencialidades e interesses para a coroa. O território havia sido conquistado pelo Brasil há poucas décadas, tendo sido motivo de grandes disputas e de tratados de ‘troca-troca’ de porções territoriais entre as coroas portuguesa e espanhola, durante os séculos anteriores.¹⁶ Sendo assim, carecia de atenção e de investimentos governamentais, bem como existia o temor por novos conflitos em virtude das fronteiras, ainda bastante instáveis.

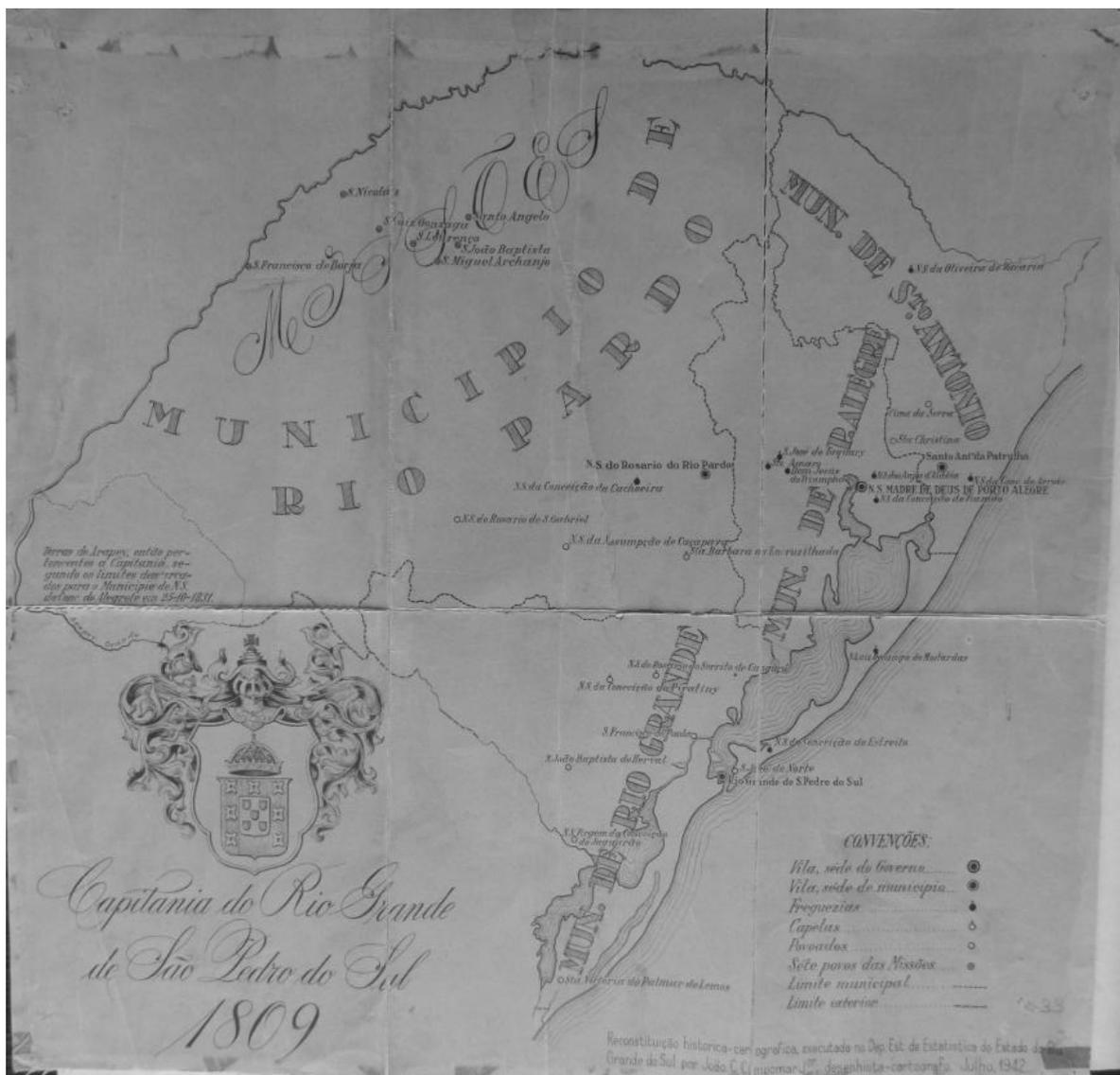
Como se pode perceber através do mapa de 1809 (Figura 1), a Província era dividida em apenas quatro grandes municípios, sendo que cada um contava com poucas localidades e

¹⁵ MERTZ, Marli. As origens de um sistema agrário singular no Rio Grande do Sul. **Textos para discussão da Fundação de Economia e Estatística/RS**. Porto Alegre, set. 2008, n°40. Disponível em: <http://cdn.fee.tche.br/tds/040.pdf>, acesso em 08 out. 2016.

¹⁶ Observa-se, porém, que durante todo o século XIX, ocorrem outros conflitos territoriais, objetivando definir as fronteiras permanentes do país e da província.

centros urbanos. Eram eles os municípios de Rio Pardo, Santo Antônio, Porto Alegre e Rio Grande.

Figura 1 – Mapa da Capitania do Rio Grande de São Pedro – 1809.



Fonte: Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul, Fundo mapas, nº 17.

Na decisão de número 80 do governo imperial, datada de 31 de março de 1824, torna-se clara e é registrada a intenção do governo de criar novas colônias na província.

Esperando-se brevemente nesta Corte uma Colônia de Alemães, a qual não pode deixar de ser de reconhecida utilidade para este Império pela superior vantagem de se empregar gente branca, livre e industriosa, tanto nas Artes como na Agricultura: E constando a S.M. o Imperador que o Terreno em que se acha o Estabelecimento do Linho Canhamo na Província de S. Pedro, é o mais apropriado para nele se estabelecerem os mesmos Alemães: Manda o Mesmo Augusto Senhor, pela Secretaria de Estado dos Negócios Estrangeiros, que o Presidente do Governo

daquela Província, proceda: 1º, a mandar medir o mesmo Terreno, para ser dividido em datas de 400 Braças; 2º, que dê logo parte da quantidade de Terras e dos Casais, que nelas se poderão arranjar visto estar muito próxima a chegada dos Colonos; 3º, que faça avaliar os Escravos pertencentes a Fazenda Pública, que ali se acharem remetendo a sua avaliação, e ficando na inteligência de que, à chegada dos Colonos, deverão os referidos Escravos virem para esta Corte.¹⁷

Percebe-se a real e objetiva intenção de criar colônias e comunidades de estrangeiros que seguissem e suprissem o projeto de desenvolvimento do recente império: de ocupar o território e desenvolver a agricultura, de branquear a sua população, bem como de criar uma cultura do trabalho aos moldes europeus. Tanto que uma das premissas para a instalação das primeiras famílias no Linho Cânhamo era a de não existência de escravos na região, por isso a determinação existente, de retirada dos mesmos do local antes da chegada dos colonos.

Sendo assim, nos parece que houve uma intenção governamental por isolar estes imigrantes do restante da população brasileira, fazendo com que estes se instalassem nas remotas terras devolutas do sul do país. Havia ainda o interesse em estabelecer os imigrantes no “rico território das Missões”, no oeste da província, garantindo a ocupação de um território ainda em litígio. Ali deveriam desenvolver atividades de agricultura, sendo considerados como capazes de realizarem tais tarefas por sua superioridade racial. “Os pressupostos de inferioridade e a hierarquização baseada em elementos da natureza racial (como determinante de “capacidades”) são mais do que óbvios quando está em jogo a ideia de “progresso” orientadora das políticas de colonização”.¹⁸ Sabe-se, porém, que tal isolamento não ocorreu, havendo contatos com a população que ali vivia, incluindo indígenas e negros escravizados.

Em 25 de julho de 1824, após passagens pelo Rio de Janeiro e Porto Alegre, chegam à chamada Feitoria do Linho Cânhamo (onde atualmente localiza-se a cidade de São Leopoldo), os primeiros 43 imigrantes germânicos, sendo 27 homens e 16 mulheres, observando-se que a grande maioria declarou-se como de religião evangélica.¹⁹ Já a segunda leva de imigrantes chega no dia 06 de novembro, composta de 124 indivíduos, em sua maioria masculina. Nos anos seguintes, outros pequenos grupos chegam à Província, sendo sempre recepcionados em São Leopoldo e após redirecionados para outras regiões pelo governo. “Com esses imigrantes

¹⁷ IOTTI, Luiza Horn (Org). **Imigração e colonização**: legislação de 1747 a 1915. Caxias do Sul: EDUCS, 2001, p. 79.

¹⁸ SEYFERTH, Giralda. Construindo a nação: hierarquias raciais e o papel do racismo na política de imigração e colonização. In: Maio, Marcos Chor (org). **Raça, ciência e Sociedade**. Rio de Janeiro: FIOCRUZ/CCBB, 1996, p.10.

¹⁹ Conforme tabela nominal existente na página 620 do livro “Cem anos de Germanidade no Rio Grande do Sul – 1824-1924”, organizado pelo Pe.Theodor Amstad e traduzido por Arthur Blasio Rambo.

foram criadas no ano seguinte (1826) as colônias perto de Torres. Aos protestantes foi entregue o vale das Três Forquilhas e aos católicos, São Pedro de Alcântara.”²⁰

Nos anos que se seguem, Schäffer encontrou diversas dificuldades nas regiões germânicas para recrutar quantidades maiores de pessoas dispostas a imigrar. Tais dificuldades decorreram de forte oposição dos governos dos estados, bem como das notícias que chegavam do Brasil, principalmente, pelo não cumprimento das promessas realizadas na assinatura dos contratos. Juntamente com a retirada de alguns dos atrativos iniciais e da aprovação de uma lei que impedia os gastos com a imigração por parte do governo imperial, em 1830 é interrompida a imigração oficial de novas levas de germânicos ao país.

“A desconfiança no estado e os apuros financeiros fizeram com que apenas lhes restasse uma saída: a solidariedade étnica. Essa situação perdurou até 1837, quando uma nova lei sobre o trabalho estrangeiro lhes deu condições mais favoráveis.”²¹ A referida lei, de número 108, é datada de 11 de outubro de 1837²², sendo que a maioria de seus dezessete artigos têm como objetivo estabelecer normas gerais para a contratação de colonos para a prestação de serviços. Destaca-se a obrigatoriedade da existência de contratos legítimos entre as partes, que estabelecessem todos os serviços e as condições dos mesmos.

Apesar dessas medidas, a imigração para o sul somente é retomada após o término da Revolução Farroupilha, em 1845. Em relação à Revolução pouco se sabe sobre as maneiras com as quais de fato os recém-chegados a São Leopoldo e às outras pequenas colônias reagiram, porém são evidentes algumas das modificações que ocorrem com a disputa armada na Província. Marcos Witt, em sua tese, disserta sobre o envolvimento de alguns líderes religiosos no conflito, como os pastores Ehlers (que teria deixado a Província em função de perseguições relacionadas ao seu posicionamento no embate) e Klingelhoefter (que teria sido morto em conflito). Apesar de suas importantes posições frente à sociedade colonial, ambos sofreram oposição por parte dos fieis, que não tinham a mesma opinião. O mesmo autor acredita que Handelmann refere-se aos dois líderes ao afirmar que “a grande maioria dos

²⁰ RAMBO, Arthur Blásio. **Cem anos de germanidade no Rio Grande do Sul: 1824-1924**. São Leopoldo: Unisinos, 1999, p. 69.

²¹ FILHO, 2008, p. 164.

²² Pode ser encontrada na íntegra em IOTTI, 2001, p. 97.

católicos, porém, tomou o partido dos revolucionários; e a estes se associaram também ambos os párocos protestantes.”²³

Além dos líderes religiosos, outros colonos também se envolveram com a causa, como os comerciantes e alguns ex-militares germânicos que faziam parte dos contratados pelo governo para adentrarem à colônia como agricultores, sendo também uma opção em caso da existência de algum conflito armado nas fronteiras. “No início [da colonização], o governo emprestava os cavalos para o transporte das colheitas, mas com a Revolução Farroupilha, os colonos foram obrigados a adquirir seus próprios animais”²⁴. Para alguns dos colonos a Revolução trouxe a possibilidade de realizar negociações com a capital, Porto Alegre, de itens produzidos na colônia, o que lhes foi positivo economicamente. Já para outros, o período foi desastroso, pela existência de saques, assassinatos e desavenças verbais. Além disso, os valores que deveriam ser repassados aos colonos por 10 anos, segundo os contratos firmados ainda na Europa, passam a não chegar ao seu destino, deixando assim muitas famílias desamparadas durante o período.²⁵

A não realização destes pagamentos parece ter sido utilizada por ambos os lados (legalistas e revolucionários) para buscar a adesão dos colonos à sua causa, através de promessas da garantia de que todos receberiam os valores devidos.

[...] O grupo de imigrantes e descendentes, recém instalado nas cercanias de Porto Alegre, tomou conhecimento, optou por aceitar ou rejeitar o conflito, foi ameaçado por ambos os lados, reagiu à violência imposta pela guerra, mudou de posição ideológico-partidária conforme a conveniência, enfim, *viveu* a Farroupilha da forma que as circunstâncias e os interesses lhe permitiram.²⁶

Segundo os relatos do Padre Jesuíta Amstad²⁷, a ocorrência da Revolução fez com que a Colônia de São Leopoldo tivesse uma grande estagnação e até regressão. Em relação ao posicionamento político dos colonos, Amstad afirma que a grande maioria, inicialmente, apoiou o Imperador, tanto que ocorre a formação de uma companhia alemã, comandada por Chico Pedro, futuro Barão do Jacuí e que inclusive recebeu soldos por parte do governo pela prestação deste serviço. Esta Companhia teria participado de diferentes embates, mas que em

²³ HANDELMANN apud WITT, Marcos Antônio. **Em busca de um lugar ao sol: Anseio políticos no contexto da imigração e da colonização alemã (Rio Grande do Sul – século XIX)**. 2008. 409f. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, p. 94.

²⁴ FILHO, 2008, p. 169.

²⁵ WITT, 2008, p. 132.

²⁶ WITT, 2008, p. 322.

²⁷ RAMBO, 1999.

geral foram muito mais de defesa aos saques e assassinatos, do que de batalhas e lutas. Muitos foram os colonos mortos e/ou saqueados, em ambos os lados.

“Com isso não se quer negar que um ou outro alemão, logo de início, se aliasse aos republicanos, porque entre os primeiros imigrantes, como sabemos, havia aqueles que já na velha pátria não marcharam sempre num mesmo compasso com a lei e tinham a revolução no sangue.”²⁸ Prosseguindo com o relato, para Amstad, muitos ao decorrer da guerra acabam sendo persuadidos ou até forçados a apoiar a causa revolucionária, mesmo contra sua vontade ou ideais.

Após quase quinze anos de suspensão da imigração, dez anos de um conflito que interferiu na vida da colônia (em especial de São Leopoldo), em 1844 chegam novos grupos de colonos. Iniciando assim um novo período, chamado de Colonização Provincial. Em 1º de março de 1846, ao abrir uma sessão ordinária, o Conde de Caxias, então presidente provincial, destaca a situação na qual se encontrava a Colônia de São Leopoldo.²⁹

Esta Colonia depois de grande atrazo que soffreo em consequencia das passadas desordens começa a prosperar. Por ella se abasta de viveres esta Capital, [...]; sua população livre é de 5810, de ambos os sexos, tendo 1125 fogos. Durante os anos de 1844 e 1845 vieram da Europa mais 145 Colonos que alli de estabeleceram.³⁰

Assim, percebe-se que havia preocupação e atenção para com os germânicos e seus descendentes que ocupavam as terras de São Leopoldo. Porém, ao não fazer menção às colônias de Três Forquilhas e de São Pedro de Alcântara, pode haver uma demonstração da insignificância destas para a Província, após o conflito Farroupilha. Os interesses e os recursos estatais para a promoção da imigração já não eram mais os mesmos.

²⁸ RAMBO, 1999, p. 146

²⁹ Única colônia citada no documento, demonstrando que realmente as colônias de São Pedro de Alcântara e Três Forquilhas não estavam apresentando resultados tão positivos.

³⁰ Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul. Relatório do presidente da província de S. Pedro do Rio Grande do Sul, o conselheiro José Antonio Pimenta Bueno, na abertura da Assembléia Legislativa Provincial no. 1.o de outubro de 1850; acompanhado do orçamento da receita e despesa para o ano de 1851. Porto Alegre, Typ. de F. Pomatelli, 1850, p.24. Disponível em: <<http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/879/>>, acesso em: 30 set. 2016.

2.2 Autorizado o Governo a promover a colonização estrangeira na forma que se declara: A década de 1850 e os novos projetos de colonização

Além de colonizar a região do sul do Brasil, a continuidade do interesse pela imigração por parte do governo imperial estava intimamente ligada com a pressão, principalmente da Inglaterra, por abolir a escravidão no país. Quando isto ocorresse, seria alarmante a carência de mão-de-obra nas grandes fazendas cafeeiras paulistas, importante fonte da economia imperial. Sendo assim, se criam dois objetivos distintos para a necessidade de imigrantes no país. O primeiro, seria a formação de núcleos coloniais de pequenos proprietários – que continua ocorrendo na região sul do país – e o segundo, formado por núcleos familiares trabalhando através de contratos de parceria nas grandes fazendas cafeeiras, principalmente em São Paulo.³¹

Não eram interesses conflitantes, mas o modelo de colônia desejado pelos grandes fazendeiros introduziu no discurso imigrantista o argumento da substituição do escravo pelo trabalhador livre, amplamente repudiado na Europa porque sugeria a possibilidade de uma nova forma de servidão.³²

Além de trabalhadores livres, os germânicos também possuíam os padrões que o governo imperial requisitava, brancos e com a ‘cultura do trabalho’, por isso pareceram ideais para o trabalho na cafeicultura. Buscou-se, assim, implementar os contratos de trabalho por ‘parceria’, nos quais, através de espécies de empréstimos a serem pagos através de trabalho futuro, os grandes fazendeiros pagavam as despesas de viagem e de instalação das famílias. Estas, obviamente, deveriam trabalhar nas fazendas para o pagamento dos custos da imigração, além de sua sobrevivência, fazendo com que a grande maioria das famílias não conseguisse mais sair deste ciclo de dívidas, configurando-se quase uma sub-servidão. “O contrato previa também a possibilidade de transferência do parceiro a outros empregadores, independentemente da sua vontade, num negócio comercial que passou a ser comparado à revenda de escravos.”³³

³¹ SEYFERTH, Giralda. O Estado brasileiro e a imigração. In: NETO, Helion Póvoa. et al. (Orgs.) **Caminhos da migração: memória, integração e conflitos**. E-book. São Leopoldo: Oikos, 2015, p 116 / LANDO; BARROS, 1975, p. 22 e 23.

³² SEYFERTH, 2015, p. 116.

³³ MENDES, José Sacchetta Ramos. Desígnios da lei de terras: imigração, escravismo e propriedade fundiária no Brasil Império. **Caderno CRH**. v. 22, n.55, p. 173-184. Universidade de São Paulo: São Paulo, 2009, p. 174. Disponível em: <http://www.producao.usp.br/handle/BDPI/6112> , acesso em: 06 out. 2016.

Os primeiros contratos foram firmados pelo entusiasmado Senador Vergueiro que acreditava na chegada próxima da abolição e, por isso, foi o primeiro a mandar vir colonos germânicos à região. Ou fazendeiros acreditando que a estratégia vinha dando certo, passaram a contratar a nova empresa Vergueiro & CIA para intermediar a vinda dos novos colonos às suas fazendas. A partir de então, a viagem passava a ser ainda mais onerosa às famílias imigrantes, bem como as condições de trabalho encontradas, também, não eram as prometidas.³⁴ Com um maior fluxo de imigrantes germânicos sendo direcionados ao sudeste brasileiro, são poucos os colonos que chegam às províncias do sul nestes primeiros anos da segunda metade do século XIX.

Os contratos de trabalho por parceria, porém, rapidamente começam a demonstrar sua pouca eficácia. Os imigrantes estavam descontentes, e a primeira revolta ocorre em 1856, na fazenda Ibicaba, a fazenda-modelo de Vergueiro, e foi liderada pelo suíço Thomas Davatz. Rapidamente abafada pelos fazendeiros que temiam mais rebeliões tanto entre os imigrantes quanto entre os escravos, os revoltosos são expulsos da fazenda, ficando à própria sorte.³⁵ São poucos os levantes que seguem ao ocorrido em Ibicaba, porém percebe-se que sem grandes incentivos para o trabalho na lavoura de café, as famílias dedicavam-se cada vez mais às áreas reservadas para a plantação de sua subsistência. Aos poucos, os cafeicultores vão desistindo da empreitada, que acaba ainda na década de 1860, aos moldes do contrato de trabalho de parceria. Além disso, os relatos que chegam às regiões germânicas sobre a vida que levavam os imigrantes fizeram com que a Prússia e outros estados acabassem por proibir toda e qualquer organização de imigração à região de São Paulo.

Já na Província de São Pedro, em 1844, quando chegam alguns colonos à São Leopoldo, estes encontram uma situação bastante complicada, pois com o conflito armado ainda sem solução completa, a província não havia se organizado para recebê-los. Suas terras não estavam demarcadas e os auxílios em dinheiro e principalmente material e animal não estavam disponíveis. “[...] Não podendo contar com outras terras a não ser as que estavam situadas na serra, em pleno sertão – e onde as picadas não estavam abertas, nem medidas as terras – ficavam entregues à própria sorte.”³⁶ Tal situação resultou na continuidade de uma imigração ínfima, quando apenas alguns colonos chegaram à província nos anos seguintes.

³⁴ STOLCKE, Verena. **Cafeicultura** – Homens, mulheres e capital (1850-1980). São Paulo: ed. Brasiliense, 1986. Cap. 1, p.17-52, p. 21.

³⁵ STOLCKE, 1986.

³⁶ LANDO; BARROS, 1976, p. 37.

Nesta segunda metade do século XIX, portanto, o estado brasileiro tentava passar algumas responsabilidades e custos da atração de imigrantes para os governos provinciais e também para os agentes e empresas particulares. A imigração oficial provincial tem início em 1848, quando é sancionada a lei de número 514, através da qual as províncias passam a ter uma coparticipação importante, juntamente ao governo imperial, principalmente em relação às custas e à organização necessária para novos colonos imigrantes.

As grandes extensões de terras, chamadas devolutas, continuavam a ser uma preocupação para o governo, que prosseguia, então, interessado pela vinda de novos colonos europeus (com sua cultura do trabalho), para ocupar tais espaços. A lei número 601 de 18 de setembro de 1850, que ficou conhecida como a Lei de Terras de 1850, juntamente com outras leis que se seguem, reorientam a utilização das terras devolutas para atrair e assentar novos colonos europeus.

Dispoem sobre as terras devolutas do Imperio, e ácerca das que são possuidas por titulo de sesmaria sem preenchimento das condições legaes, bem como por simples titulo de posse mansa e pacifica: e determina que, medidas e demarcadas as primeiras, sejam ellas cedidas a titulo oneroso assim para emprezas particulares, como para o estabelecimento de Colonias de Nacionaes, e de estrangeiros, autorisado o Governo a promover a colonisação estrangeira na fórma que se declara.³⁷

Dentre suas determinações está a não possibilidade de ‘doação’ das terras devolutas para particulares, a não ser para necessidades coletivas, como por exemplo, para a abertura de estradas. Os imigrantes, anteriormente, recebiam a posse de uma considerável área de terras devolutas como forma de compensação ou até de atração das famílias ao país. Com a determinação da nova lei todos deveriam, portanto, adquirir por compra as suas áreas de terra, o que acaba criando um novo mercado comercial na Província de São Pedro. O governo provincial passa a vender algumas de suas áreas devolutas, inicialmente de maneira direta aos colonos imigrantes, e, depois (principalmente a partir da década de 1860), através das companhias privadas de colonização.

Outra importante determinação que se percebe claramente nas diferentes colônias criadas na província, é em relação à maneira com a qual as terras deveriam ser demarcadas e divididas. No artigo de número 14 encontramos a seguinte determinação

³⁷ BRASIL. Lei n. 601, de 18 de setembro de 1850. **Lei de Terras**. p. 1. Disponível em: <<https://arisp.files.wordpress.com/2007/11/lei-601-de-18-de-setembro-de-1850.pdf>>, acesso em 09 de out. de 2016.

§1.º A medição e a divisão serão feitas, quando o permittirem as circunstancias locais, por linhas que corrao de norte ao sul, conforme o verdadeiro meridiano, e por outras que as cortem em angulos rectos, de maneira que formem lotes ou quadrados de quinhentas braças por lado demarcados convenientemente.³⁸

É assim criado o padrão encontrado nas diversas picadas ou linhas das colônias do estado. Estas surgem, geralmente, em torno de uma grande estrada aberta da maneira descrita na lei, e na sua extensão vão sendo demarcadas as diferentes propriedades ocupadas pelos colonos que adquirem as terras. O tamanho das propriedades acaba diminuindo com o passar dos anos, porém a forma com a qual vão sendo demarcadas continua a mesma. Relly (2013) ultrapassa esta análise ao observar a importância social que tomaram estas linhas ou picadas no contexto provincial do século XIX.

Para o colonizador proprietário de terras, a picada é um mero acesso aos prazos coloniais de sua propriedade e que serão brevemente vendidos para os imigrantes e seus descendentes. Para as populações espoliadas das matas de ervais, as picadas da colonização são uma forma e um símbolo de opressão e destruição do seu modo de vida [...]. Para o imigrante/migrante a picada é a sua casa, seu destino nas matas do Brasil meridional.³⁹

É importante perceber esta diferença de interesses e a maneira com a qual a ocupação das terras devolutas influenciou ou modificou a organização de grupos como os posseiros⁴⁰. Bem como a relação comercial entre as empresas privadas e os colonos, que muitas vezes atravessavam o oceano em busca de uma nova vida. Neste período de modificações da legislação e da situação da Província (pós conflito Farroupilha), surgem muitas novas colônias, que ultrapassam os limites da Colônia de São Leopoldo, que passa a ser chamada de Colônia Velha.

³⁸ BRASIL, 1850, p. 4.

³⁹ RELLY, Eduardo. **Floresta, capital social e comunidade: imigração e as picadas teuto-brasileiras (1870-1920)**. 2013. 181 f. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento, do Centro Universitário Univates, como parte da exigência para obtenção do grau de Mestre em Meio Ambiente e Desenvolvimento, p. 138.

⁴⁰ Denomina-se desta forma as pessoas que já ocupavam as terras, mas que não tinham a documentação oficial necessária para comprovar sua propriedade. Quando a Província passa a comercializar estes espaços e os compradores começam a ocupá-los, estes grupos são expulsos de seus lugares.

2.3 *É este sem duvida o melhor modo por que a colonização se poderá fazer: As novas colônias e as empresas privadas*

É de São Leopoldo, a Colônia Velha, que inicia a colonização germânica no Rio Grande do Sul, que durante todo o século XIX, em especial na segunda metade, foi espalhando-se pela província em diversas colônias, linhas e picadas. Com o passar dos anos, com o aumento populacional das primeiras colônias, a vinda de mais imigrantes e o esgotamento do solo dos primeiros lotes adquiridos, imigrantes e seus descendentes passam a migrar em direção às novas colônias no interior da Província, em um processo denominado como enxamagem⁴¹.

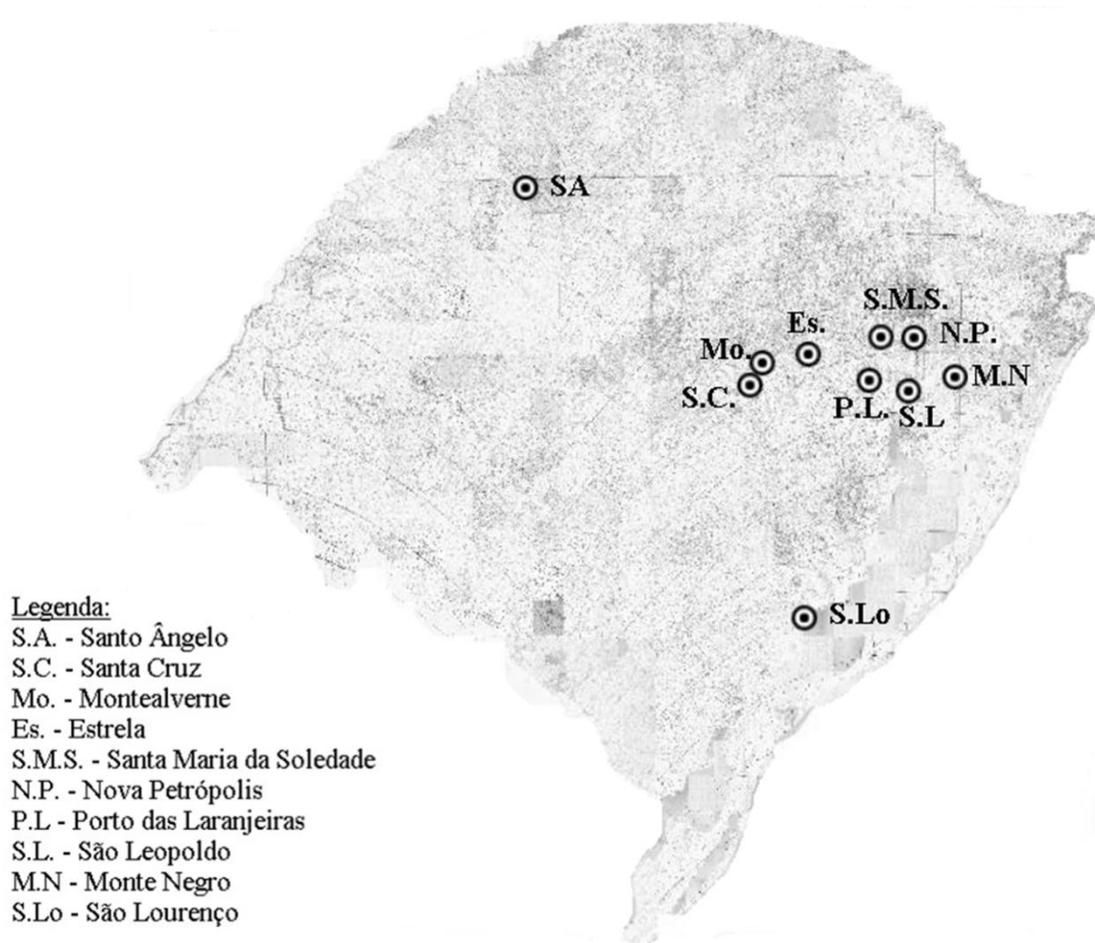
Em terras da Nação, além de São Leopoldo, havia já as seguintes colônias provinciais e gerais: Nova Petrópolis, fundada em 1858; Santa Cruz, em 1847; Santo Ângelo em 1855; Montealverne em 1859; Estrela em 1856; São Lourenço em 1858; Mundo Novo em 1846; Porto das Laranjeiras em 1840; Santa Maria da Soledade em 1857, além das colônias fundadas em terras particulares.⁴²

Através do mapa abaixo, percebe-se que a maioria das colônias oficiais que são criadas na Província localizam-se na encosta da Serra, seguindo o curso dos rios, que acabavam dando um acesso mais fácil à Colônia Velha. São exemplos as Colônias de Estrela, Mundo Novo (atual município de Taquara), Porto das Laranjeiras (atual município de Montenegro) e Santa Maria da Soledade (atual município de São Vendelino). As colônias particulares também serão criadas nestas regiões, geralmente bastante próximas às já existentes.

⁴¹ ROCHE, Jean. *A Colonização Alemã e o Rio Grande do Sul*. (vol. 1 e 2). Porto Alegre: Editora Globo, 1969.

⁴² LANDO; BARROS, 1979, p. 39.

Figura 2 – Colônias oficiais criadas até 1860



Fonte: da autora, 2016.

Outras colônias, como as de São Lourenço do Sul e Santo Ângelo, por exemplo, demonstram o interesse do governo de povoar de fato toda a extensão do território gaúcho, ocupando espaços mais distantes do litoral e centro da Província. Ambas as colônias surgiam através de incentivo por parte do governo para que empresas ou cidadãos particulares organizassem de fato a imigração, a divisão das terras e o assentamento dos colonos, garantindo a ocupação de territórios ainda em disputa com a população indígena ou então com os países vizinhos.

Em relatório provincial, escrito pelo presidente Soares de Andrea em 1850, percebe-se a tendência por parte do governo em estimular cada vez mais a criação de colônias particulares para povoar a Província. O presidente destaca no documento o quão saturada estava a colônia de São Leopoldo, que vinha recebendo imigrantes há muitos anos. A área territorial havia ultrapassado os limites, sendo criadas linhas em seu entorno para suprir as

novas demandas. Alguns novos imigrantes estavam sendo redirecionados à nova colônia, Santa Cruz, porém, ao haver tido uma experiência que lhe parecia positiva com alguns colonos em Pelotas, interessou-se por estimular cada vez mais a criação de colônias particulares. “É este sem duvida o melhor modo por que a *colonização* se poderá fazer, *diffundindo-se* por toda a província, como convém, e com mais segurança para o governo, quanto ao reembolso das quantias despendidas”⁴³.

As iniciativas particulares de colonização das áreas de mata da Província ocorrem de maneira muito rápida, havendo uma espécie de explosão de novas colônias, por toda a encosta da Serra, que acabaram fazendo com que as populações teutas rapidamente se espalhassem por toda a sua extensão. É importante destacar que estas novas colônias tiveram uma importante ocupação por parte de filhos e descendentes dos primeiros imigrantes, os teuto-brasileiros.

Teuto-brasileiro é a designação genérica que se atribuiu aos grupos de descendentes dos imigrantes alemães que colonizaram, a partir do século XIX, os espaços destinados pelo Governo brasileiro ou por empresários particulares para sua ocupação sistemática, sobretudo nos Estados ao Sul.⁴⁴

O tamanho das áreas de terras vendidas a cada família ou grupo familiar nas diferentes colônias foi diminuindo consideravelmente com o passar dos anos. Se os primeiros imigrantes, em 1824, recebiam cerca de 77 hectares, já em 1851 as áreas vendidas eram de cerca de 48,4 hectares. Sendo assim, nas áreas comercializadas pelas empresas de colonização particulares, foi possível assentar mais famílias. “A contar de 1889, nas novas colônias, a superfície já não era senão de 25 hectares, unidade que se chamou “lote colonial”⁴⁵. Como resultado disso, podemos perceber que as novas colônias criadas tinham menores proporções e multiplicaram-se rapidamente (em relação à quantidade). No mapa abaixo, pode-se observar tal característica, tendo-se como exemplo as colônias dos Vales do Taquari e Rio Pardo, no início do século XX.

⁴³ AHRS. RELATÓRIO do presidente da província de S. Pedro do Rio Grande do Sul, Soares de Andrea. 6 mar. 1850, p.14. Disponível em: < <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u1056/>>, acesso em: 30 set. 2016.

⁴⁴ VOIGT, André Fabiano. **A invenção do Teuto-brasileiro**. 2008. 204f. Tese (Doutorado em História Cultural) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Santa Maria, Florianópolis, p.11.

⁴⁵ ROCHE, 1969, p. 321.

Figura 3 – Colônias dos Vales do Taquari e Rio Pardo



Fonte: RAMBO, 1999, p. 119.

Ambas as iniciativas colonizadoras (oficial e particular) tinham um grande objetivo em comum: o de ocupar os grandes “vazios geográficos”, sem levar em conta a existência de povoações e de grupos como os posseiros e os indígenas, que iam sendo expulsos e perdendo seus espaços conforme a colonização vinha chegando às suas regiões. Além disso, “os projetos oficiais e particulares de colonização seguiram, pois, o mesmo procedimento: o lote concedido por compra, ficando a terra hipotecada até o pagamento da dívida, chamada “colonial” porque incluía, além do preço da terra, adiantamentos, subsídios e juros”.⁴⁶

A definição e venda dos lotes, no entanto, evidenciava as dificuldades do processo e os vários interesses em jogo. A organização, que parecia ser ‘perfeita’ dos traçados e demarcações das colônias⁴⁷, acabou causando alguns conflitos e problemas. Isto ocorreu pois, na maioria das vezes, as demarcações desconsideravam a topografia dos locais, ocasionando medições incorretas e traçados tortos, por exemplo. Estes criaram conflitos entre os próprios colonos, bem como entre estes e as empresas colonizadoras.

⁴⁶ SEYFERTH, 1996, p. 39-40.

⁴⁷ Como pode ser observado no mapa anterior, onde hipoteticamente as linhas que dividiam uma colônia e a outra, bem como as divisões internas, são exatas e extremamente retas.

Uma importante característica das áreas demarcadas, após 1860, foram as suas dimensões. Cada área comercializada possuía 25 hectares, calculada como sendo o suficiente para o sustento de uma família, sem agregados ou empregados. Não se levou em conta, porém, as questões naturais das regiões, como a topografia, vegetação e o próprio solo, que, algumas vezes, não era propício para o plantio.

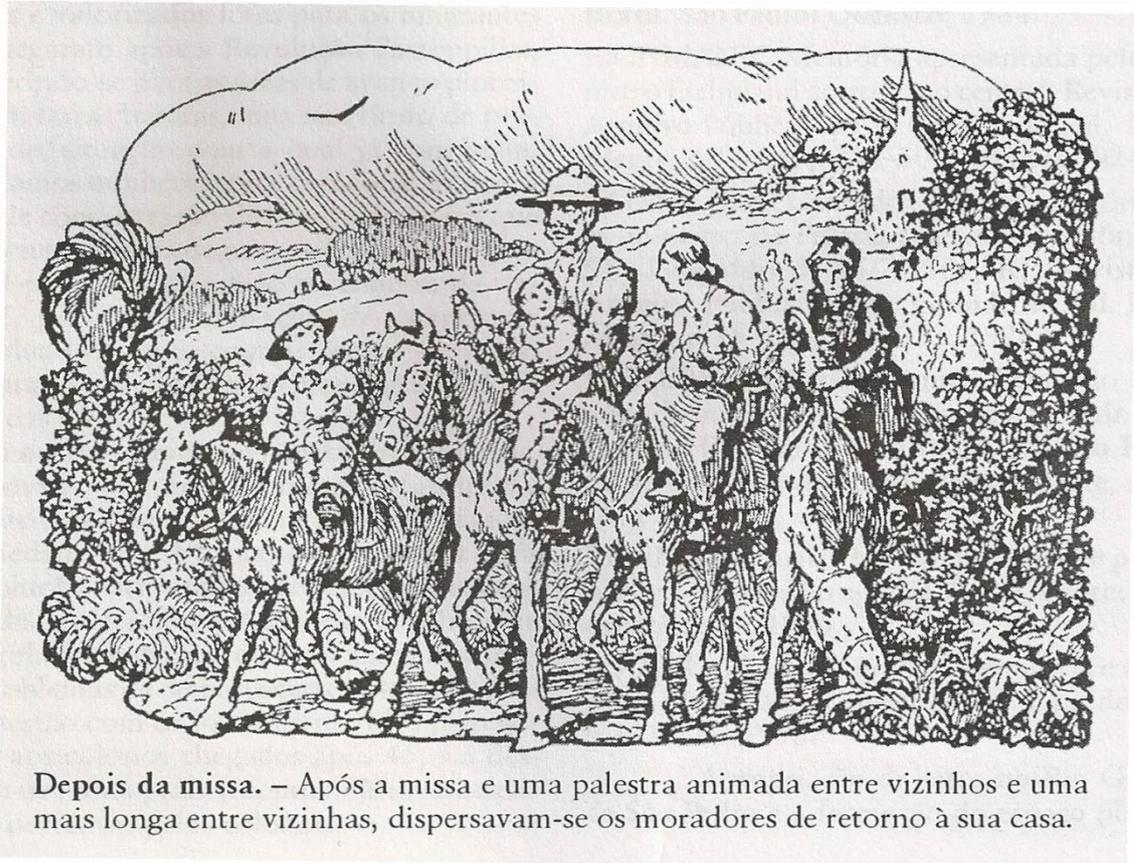
Todos estes fatores levaram a uma grande mobilidade das famílias teuto-brasileiras neste período. Como veremos a seguir, dentre as principais motivações deste fenômeno estão a não possibilidade do pagamento da área de terras no período contratual; a distância da família ou de outros núcleos familiares que provinham das mesmas regiões germânicas, ou no caso dos que saíam das colônias velhas, de famílias próximas/amigas na antiga moradia; ou ainda o distanciamento de grupos religiosos em comum.

2.4 *Sem ser com tudo proibido que cada hum adore a Deos a seo modo: a religiosidade germânica no contexto colonial*

A religião nos parece ter sido um fator muito importante para os imigrantes em território gaúcho, desde o princípio da colonização. Os grupos que chegavam às novas linhas e picadas buscavam organizar-se com rapidez em relação à religião, organizando as suas celebrações (missas e cultos). Com pouco tempo decorrido da sua chegada, já surgia a primeira capela, esta que geralmente era construída no centro do vilarejo que aos poucos se formava, sendo os outros pontos de utilidade coletiva construídos por perto (como por exemplo a venda, o cemitério e o salão de festas).⁴⁸ Sendo assim, é importante perceber o quanto a sociabilidade destes imigrantes estava envolvida com as questões religiosas.

⁴⁸ DE BONI, Luis Alberto. O catolicismo da imigração: do triunfo à crise. In: DACANAL, José Hildebrando. **RS: imigração e colonização**. 3. ed. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1996. Fala-se aqui, não somente dos imigrantes germânicos, mas de todos aqueles que chegaram ao Rio Grande do Sul, através do sistema de colonização governamental e particular. De Boni, ao dissertar sobre o assunto, exemplifica utilizando como exemplo os imigrantes italianos que chegaram à província a partir da década de 1870.

Figura 4 – A religiosidade como instrumento de socialização entre os imigrantes



Fonte: MAUCH; VASCONCELLOS, 1994, p. 64.⁴⁹

A grande maioria dos imigrantes germânicos que chegou ao Rio Grande do Sul declarou uma confissão religiosa, sendo que estes se dividiam em duas religiões diferentes: Católica Apostólica Romana e Igreja Evangélica Luterana (mais numerosos⁵⁰). Em algumas colônias nos parece que houve uma forte divisão entre estes dois grupos. “Desde o início, os católicos mantiveram-se longe das colônias que, desde a sua fundação, apresentaram forte mistura confessional. Exemplos disso são Taquara, São Lourenço e Ijuí”⁵¹.

⁴⁹ O alemão José Lutzenberger, radicado em Porto Alegre no século XX, é o autor da ilustração. A mesma foi publicada no álbum *O colono no Rio Grande do Sul*, com comentários de autoria do Pe. Edvino Friderichs S.J.

⁵⁰ RAMBO (1969); OLIVEIRA, Ryan de Sousa. **Colonização alemã e poder: A cidadania brasileira em construção e discussão** (Rio Grande do Sul, 1863-1889). 2008. 192 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade de Brasília, Brasília, 2008.

⁵¹ RAMBO, 1999, p. 507.

Dentre as colônias destacadamente católicas, no início do século XX, encontra-se Lajeado e seus distritos de Santa Clara e Arroio do Meio. Enquanto Estrela, com a colônia de Teutônia, destaca-se como majoritariamente evangélica no mesmo período.⁵²

Como já dito anteriormente, nos contratos firmados entre imigrantes e o império, já nos primeiros grupos em 1824, havia lhes sido feita a promessa de que teriam liberdade de culto no Brasil, apesar de, em vários pontos da constituição de 1824, ser destacado que a religião oficial era a Católica Apostólica Romana.⁵³

Ambos os grupos tiveram muitas dificuldades em princípio, principalmente pela falta de padres e pastores que pudessem atender à demanda criada. Enquanto católicos, muitas vezes, eram atendidos por padres que nada compreendiam de alemão, luteranos organizavam-se em torno de pastores sem formação teológica, em diversas situações, escolhidos dentre as lideranças da comunidade. Tal situação passa a modificar-se apenas após a metade do século XIX, quando as instituições religiosas europeias passam a enviar representantes e organizar-se nas colônias.⁵⁴

Os evangélicos luteranos, porém, tinham uma dificuldade extra. Por conta da legislação brasileira, todos os registros civis (nascimentos, casamentos e óbitos), eram realizados na Igreja Católica, pelos padres. Sendo assim, os não-católicos⁵⁵ “não podiam naturalizar-se; não possuíam estado civil; considerados em concubinato, os filhos eram ilegítimos; a estrutura da família, o gozo dos direitos cívicos e a própria administração da colônia eram perturbados pelas instituições legais”.⁵⁶ Tal situação interferiu, portanto, na inserção destes imigrantes e seus descendentes na sociedade civil e política de seu novo país. Um decreto de 1861 modifica esta situação, permitindo o registro válido de casamentos mistos (evangélicos e católicos), bem como de casamentos de não-católicos.⁵⁷

Em regulamento provincial de 1845, o governo estabelece as regras orçamentárias para este ano em relação aos auxílios e tratamentos dados às colônias militares ou agrícolas.

⁵² No início do século XX, o município de Lajeado encontrava-se dividido em 62% de católicos e 38% de protestantes, enquanto o município de Estrela encontrava-se dividido em 32% de católicos e 68% de protestantes (RAMBO, 1999, p. 506).

⁵³ OLIVEIRA, 2008.

⁵⁴ OLIVEIRA, 2008, p.80.

⁵⁵ Como são chamados os evangélicos luteranos em muitos documentos oficiais.

⁵⁶ ROCHE, 1969, p. 678.

⁵⁷ O registro civil foi instituído no país apenas em 1891, com a primeira constituição republicana.

Dentre tais regulamentações encontram-se determinações específicas em relação à religião e ao modo com que o governo auxiliaria aos católicos e seus estabelecimentos. “ARTIGO 18º: Quando se demarcar a *Colonia*, deve logo marcar-se [...] o *logar* para *huma* Igreja matriz, levantando-se *hum* Oratório, na parte destinada á *Capella mór* [...]”⁵⁸ Ao lado do lugar destinado à Igreja, estariam também a câmara, a praça e o mercado, sendo assim, este seria o ponto central da colônia, para o qual toda a população inevitavelmente direcionar-se-ia no cotidiano. Os artigos 30º e 31º esclarecem que os estrangeiros tinham liberdade de culto, inclusive exigindo que todos declarassem e respeitassem a alguma religião, aquele que não respeitasse tal exigência, seria expulso da Colônia. “[...] Ficar á entendido que o Governo só pagará o Sacerdote do Culto Catholico Romano, sem ser com tudo *prohibido* que cada *hum* adore a *Deos* a seo modo, nem que eduque *seos* filhos nos princípios da Religião que professar”⁵⁹.

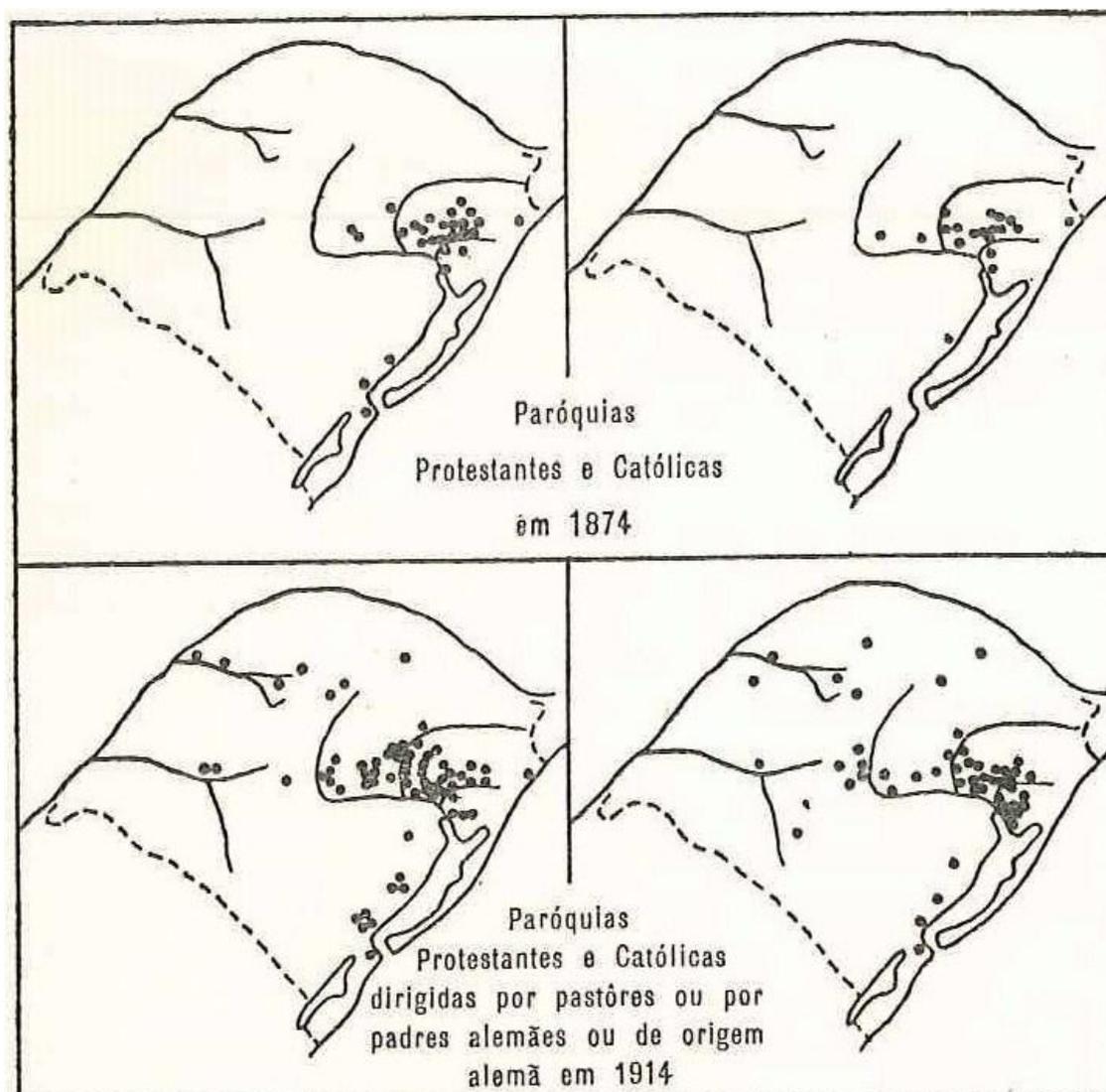
A partir da década de 1860, com a chegada de novos imigrantes e o acelerado crescimento das muitas novas colônias que vão sendo criadas e ocupadas, ambas as confissões religiosas passam a organizar-se mais. Os luteranos com a criação dos Sínodos e os católicos com a chegada dos padres jesuítas. Nesse contexto, as paróquias católicas e evangélicas luteranas⁶⁰ multiplicaram-se rapidamente.

⁵⁸ REGULAMENTO. Presidência da Província. 28 nov. 1845, p. S6-3. Disponível em: <<http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/877/>>. Acesso em: 30 set. 2016.

⁵⁹ REGULAMENTO. Presidência da Província. 28 nov. 1845, p. S6-4. Disponível em: <<http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/877/>>. Acesso em: 30 set. 2016.

⁶⁰ Amplamente referenciado por diferentes autores com o termo ‘protestante’.

Figura 5 – Evolução das paróquias católicas e luteranas entre 1874 e 1914



Fonte: ROCHE, 1969, p. 676.

Impulsionadas pela criação e ocupação de novas colônias pelos imigrantes e descendentes de imigrantes germânicos, percebe-se que ambas as confissões religiosas acompanham o deslocamento destes grupos e se estabelecem em todas as regiões por estes ocupadas.

Percebe-se, assim, a importância da religiosidade para germânicos e seus descendentes, sendo marcante a presença das instituições religiosas por todos os espaços coloniais. Porém, o estabelecimento e o mantimento de tais traços culturais perpassaram por dificuldades importantes, principalmente nas primeiras décadas de imigração à Província de São Pedro. Sendo assim, fundamental a importância dada por estes grupos à sua religiosidade,

resultando na manutenção, mesmo que precária, de seus ritos, até meados do século XIX, quando se estabelecem de fato as instituições religiosas na província, e estas passam a liderar tais organizações nestas colônias.

**3. SOBRE O CAY, TAQUARY, JACUHY, E RIO PARDO
EXISTEM BELLISSIMAS TERRAS AINDA INCULTAS:
O PROCESSO DE COLONIZAÇÃO DO VALE DO TAQUARI**

A região do Vale do Taquari, uma das 28 regiões do Rio Grande do Sul⁶¹, localiza-se relativamente próxima à capital do estado (cerca de 120km)⁶². É banhada pelo Rio Taquari e seus afluentes, que foram de grande importância para a ocupação do território pelos diferentes grupos sociais, como os indígenas e europeus.

Imigrantes açorianos chegam à região ainda no século XVIII, porém, é somente durante o século XIX que toda a extensão territorial é ocupada, principalmente, por imigrantes e descendentes de germânicos, bem como pelos imigrantes italianos. Tal ocupação ocorre através da organização de colônias, sobretudo, por empresas particulares, que revendem os lotes às famílias.

Estes núcleos familiares dedicaram-se a produção de alimentos de subsistência, bem como para a revenda ou troca por outros produtos que necessitassem. Pode-se observar que tal característica continua bastante presente nos pequenos municípios que constituem a região. Em muitos destes, a produção primária corresponde à importante porção da economia, ainda bastante centrada em pequenas áreas de terra. No ano de 2006, havia 25.698 propriedades no Vale do Taquari, com um tamanho médio de cerca de 13 hectares. Nestas pequenas áreas há a produção de uma grande variedade de produtos, tanto de origem animal quanto vegetal. São

⁶¹ Conforme divisão dos Conselhos Regionais de Desenvolvimento do Rio Grande do Sul (COREDES).

⁶² Atualmente é politicamente representado pelo CODEVAT, que reúne os trinta e seis municípios da região. São eles: Anta Gorda, Arroio do Meio, Arvorezinha, Bom Retiro do Sul, Canudos do Vale, Capitão, Colinas, Coqueiro Baixo, Cruzeiro do Sul, Dois Lajeados, Doutor Ricardo, Encantado, Estrela, Fazenda Vilanova, Forquetinha, Ilópolis, Imigrante, Lajeado, Marques de Souza, Muçum, Nova Brésia, Paverama, Poço das Antas, Pouso Novo, Progresso, Putinga, Relvado, Roca Sales, Santa Clara do Sul, Sério, Tabaí, Taquari, Teutônia, Travesseiro, Vespasiano Correa e Westfália.

alguns exemplos: aves, bovinos, suínos, erva-mate, laranja, limão, banana, uva, cana-de-açúcar, feijão, milho, soja, fumo, mandioca, bem como derivados – laticínios, ovos, carne, mel, entre muitos outros⁶³.

3.1 *Começai a vossa colonização pela margem de vossos rios navegáveis: O Taquari e a ocupação do Vale do Taquari*

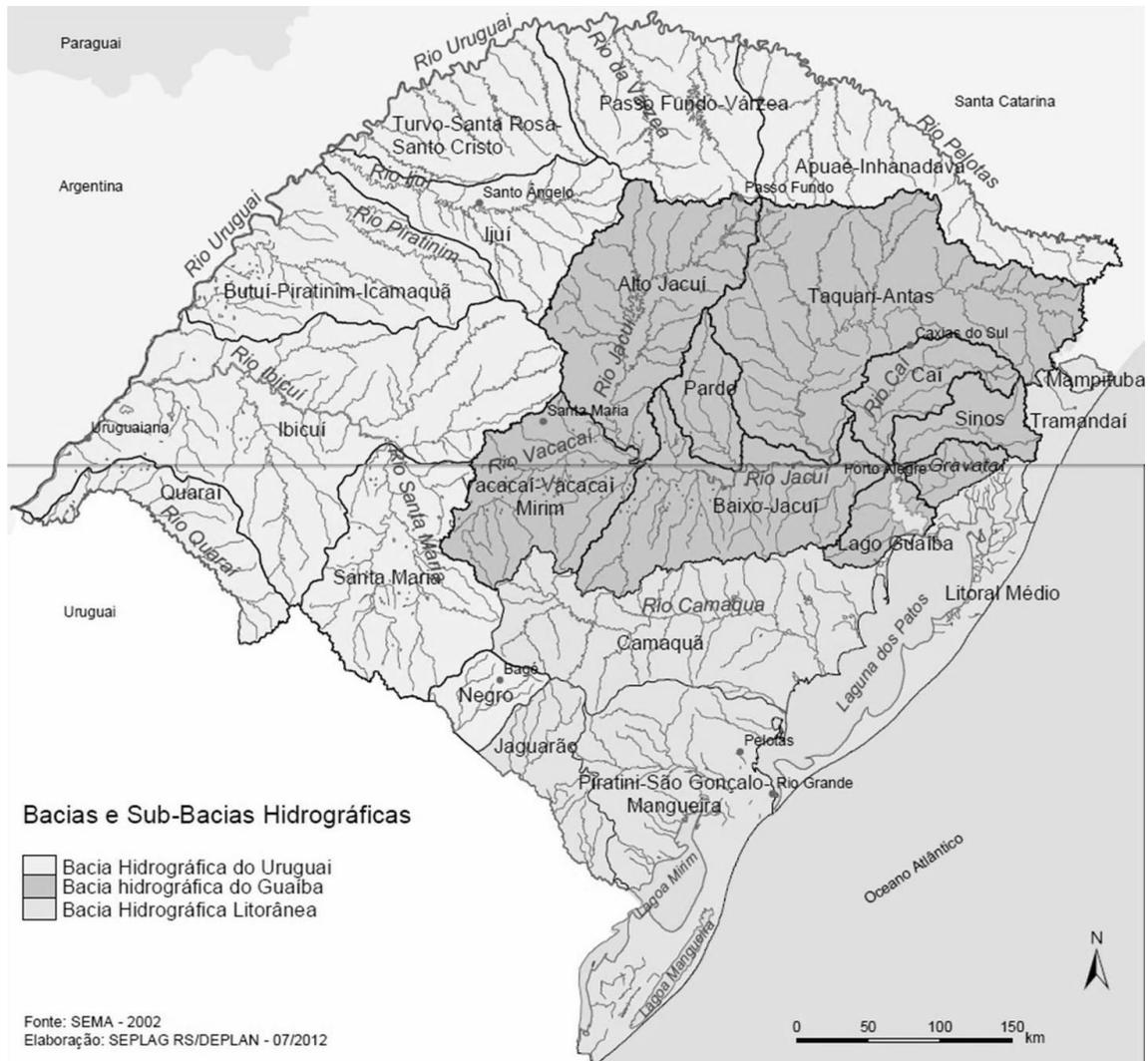
O rio Taquari desempenhou um papel de primeira grandeza na história regional. De fato e não por uma simples obra do acaso, a região do Vale do Taquari recebe tal nome em decorrência da importância deste rio na formação cultural e socioeconômica de indígenas, açorianos, negros, alemães e italianos que se utilizaram deste bem natural para a construção de sociedades distintas através dos tempos.⁶⁴

O Vale do Taquari, localizado na Bacia Hidrográfica do Rio Guaíba, é banhado pelo Rio Taquari, fonte de inspiração para a denominação da região. Além do Taquari há outros rios e arroios que sempre tiveram grande importância para a ocupação humana na região, pela relativa facilidade de localização de água potável para consumo.

⁶³ Para mais informações consultar: SEVERO, Francine Zirbes (Org.). Perfil Socioeconômico do Vale do Taquari. **Banco Regional de Dados**. Lajeado: UNIVATES, 2011.

⁶⁴ PINSETTA, Ana Paula. **Os limites do Vale do Taquari**: o antigo porto de Muçum. 2010. 76 f. Monografia (Curso de História) - Curso de História, Centro Universitário Univates, Lajeado, 2010, p. 19.

Figura 6 – Bacias Hidrográficas do Rio Grande do Sul



Fonte: SEPLAN, 2012.

O Vale do Taquari, muito antes da colonização europeia, foi ocupado por diferentes grupos, sendo estes caçadores-coletores e após horticultores. Estes se estabeleceram por toda a região, buscando seguir os cursos d'água e estabelecendo-se próximos aos mesmos.⁶⁵

A passagem de populações indígenas no Vale do Taquari, principalmente a Guarani, deixou legados inegáveis para as populações posteriores que se estabeleceram nesses territórios. [...] Da mesma forma, não é possível esquecer que por muito tempo as técnicas de plantio utilizadas no Vale do Taquari por colonos europeus ainda era uma cópia do modelo indígena: a coivara^{66 67}.

⁶⁵ Conforme diversos estudos realizados através do Setor de Arqueologia, vinculado ao Museu de Ciências Naturais do Centro Universitário UNIVATES.

⁶⁶ Técnica utilizada esporadicamente por grupos indígenas, que foi empregada posteriormente por colonos imigrantes, consiste em queimar pequenas áreas de vegetação, objetivando adubar a terra com as cinzas resultantes da queimada.

É notável a circulação de outros grupos na região do Vale do Taquari anteriormente à colonização europeia, tais como jesuítas espanhóis e bandeirantes paulistas. Bem como a região já vinha sendo ocupada por grupos que não eram considerados súditos da coroa portuguesa, além dos indígenas, marginais sociais e/ou posseiros.⁶⁸ Porém, a ocupação oficial inicia-se após a segunda metade do século XVIII (a partir de 1754) quando são instaladas ao sul do Vale do Taquari algumas famílias advindas da ilha dos Açores, de domínio português.

Um ato do coronel José Custódio de Sá e Faria, então Governador do Rio Grande de São Pedro, em vista das questões e necessidades de caráter militar, ordenou a construção de um reduto fortificado no “Passo do Rio Tebiquary”, o que resultou na fundação do povoado de São José de Taquari.⁶⁹

Nas últimas décadas do século XVIII, bem como na primeira metade do século XIX, as grandes extensões de terras (denominadas sesmarias) do atual Vale do Taquari foram doadas a pessoas que atingiram certa importância política para o governo provincial. Um exemplo desta situação foram as doações realizadas na década de 1830 aos oficiais da Guarda Nacional do Rio Grande do Sul.⁷⁰

Na esteira de seus privilégios e benesses, está a afirmação de propriedade e de grilagem, quando milhares de hectares de terras públicas ou então de pequenos posseiros foram parar nas mãos de muitos comandantes da milícia, como mostram os casos que analisamos em Taquari, Cruz Alta e Rio Pardo.⁷¹

Para o caso do Vale do Taquari, alguns destes beneficiados foram as famílias Azambuja, Ribeiro, Vilanova e Mariante. Estas famílias, décadas depois, loteiam estas terras e revendem os referidos lotes, criando assim as chamadas colônias particulares. Ou seja, a venda das terras, recebidas em doação ou compradas do estado, constituiria uma rentável atividade econômica para estas famílias ao longo do século XIX.

BUBLITZ, Juliana. **Forasteiros na floresta subtropical: uma história ambiental da colonização européia no Rio Grande do Sul**. 2010. 200 f. Tese (Doutorado em História Social) – Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2010.

⁶⁷ KREUTZ, et al., 2011, p. 60.

⁶⁸ CHRISTILLINO, Cristiano Luís. **Estranhos em seu próprio chão: o processo de apropriações e expropriações de terras na Província de São Pedro do Rio Grande do Sul (O Vale do Taquari no período de 1840 – 1889)**. 2004. 374f. Dissertação (Mestrado em História da América Latina) - Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2004.

⁶⁹ AHLERT, Lucildo; GEDOZ, Sirlei Terezinha. Povoamento e desenvolvimento econômico na região do Vale do Taquari, RS – 1822 a 1930. **Estudos & Debates**, Lajeado: UNIVATES, ano 8, n. 1, 2001, p. 3.

⁷⁰ Para mais informações sobre o assunto, consultar CHRISTILLINO, Cristiano Luís. **Litígios ao sul do Império: a Lei de Terras e a consolidação política da Coroa no Rio Grande do Sul (1850-1880)**. 2010. 353 f. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2010.

⁷¹ CHRISTILLINO, 2010, p. 80.

Juntamente com a ocupação por parte dos açorianos e dos grandes sesmeiros, em fins do século XVIII e princípio do século XIX, são trazidos os primeiros escravos à região. “Na condição de grupo étnico forçado, os escravos chegaram acompanhando seus senhores para o trabalho na agricultura e na extração de madeira”⁷². A mão de obra escrava foi utilizada em todo o território regional, acompanhando o crescimento populacional e a chegada de novos senhores. Dentre as tarefas designadas aos escravos citam-se as diferentes variedades de plantações bem como a construção da infraestrutura, como estradas, engenhos, casas e galpões.

Observou-se que a presença escrava não chegou ao fim com a criação de diversas colônias destinadas aos imigrantes germânicos e italianos, na segunda metade do século XIX. Os registros de nascimento de filhos de escravos são recorrentes nos registros paroquiais da região. É interessante perceber que a abolição deu-se no dia 13 de maio de 1888 (obviamente sem a notícia ter chegado a todos os cantos do país) e no dia 14 de maio de 1888, na Paróquia Santo Antônio de Estrela, consta o registro de nascimento de Benvinda, filha da escrava Ignácia, pertencente à Alexandre Marques Jacques⁷³.

No ano de 1853, o presidente da província João Lins Vieira Cansansão de Sinimbu, em relatório à Assembleia Legislativa, busca discutir os efeitos da Lei de Terras à Província e as dificuldades que de igual maneira poderiam haver para ocupar as terras mais distantes. Observa o presidente que muitas destas áreas já haviam sido doadas por diferentes motivos, porém que sua distância do litoral e da capital, e seu difícil acesso dificultariam muito o sucesso desta ocupação. Sugere então que: “*Adoptai o systema contrario, e começai a vossa colonização pela margem de vossos rios navegaveis. Sobre o Cay, Taquary, Jacuhy, e Rio Pardo existem bellissimas terras ainda incultas, que podem ser colonizadas*”⁷⁴. Tal sugestão parece ter sido aceita, já que a partir de então os territórios que circundam estes rios passam a ser ocupados pelas novas colônias.

Além disso, estando a região do Vale do Taquari localizada entre o Vale do Caí e a Colônia de Santa Cruz, desperta a atenção por ser caracterizada pelas grandes extensões de

⁷² FRANZ, Eloisa. **O negro taquariense: do escravismo ao abolicionismo**. 2009. 91 f. Monografia (Licenciatura em História) – Curso de Licenciatura em História do Centro Universitário UNIVATES, Lajeado, 2009, p. 49.

⁷³ REGISTROS de batismo. Paróquia Santo Antônio de Estrela - Livro de 1884-1891. **Arquivo Histórico da Cúria Metropolitana de Porto Alegre** (AHCMPA). Porto Alegre.

⁷⁴ Relatório do Presidente da província de S. Pedro do Rio Grande do Sul, João Lins Vieira Cansansão de Sinimbu, na abertura da Assembléia Legislativa Provincial em 6 de outubro de 1853. Porto Alegre, Typ. do Mercantil, 1853, p. 22. Disponível em: <<http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/882/>>. Acesso em: 30 set. 2016.

matas, pela pouca ocupação humana e pela grande quantidade de terras devolutas. Com a instalação da colônia provincial de Monte Alverne e o término da Revolução Farroupilha a corrida pela terra intensifica-se de maneira surpreendente na região.

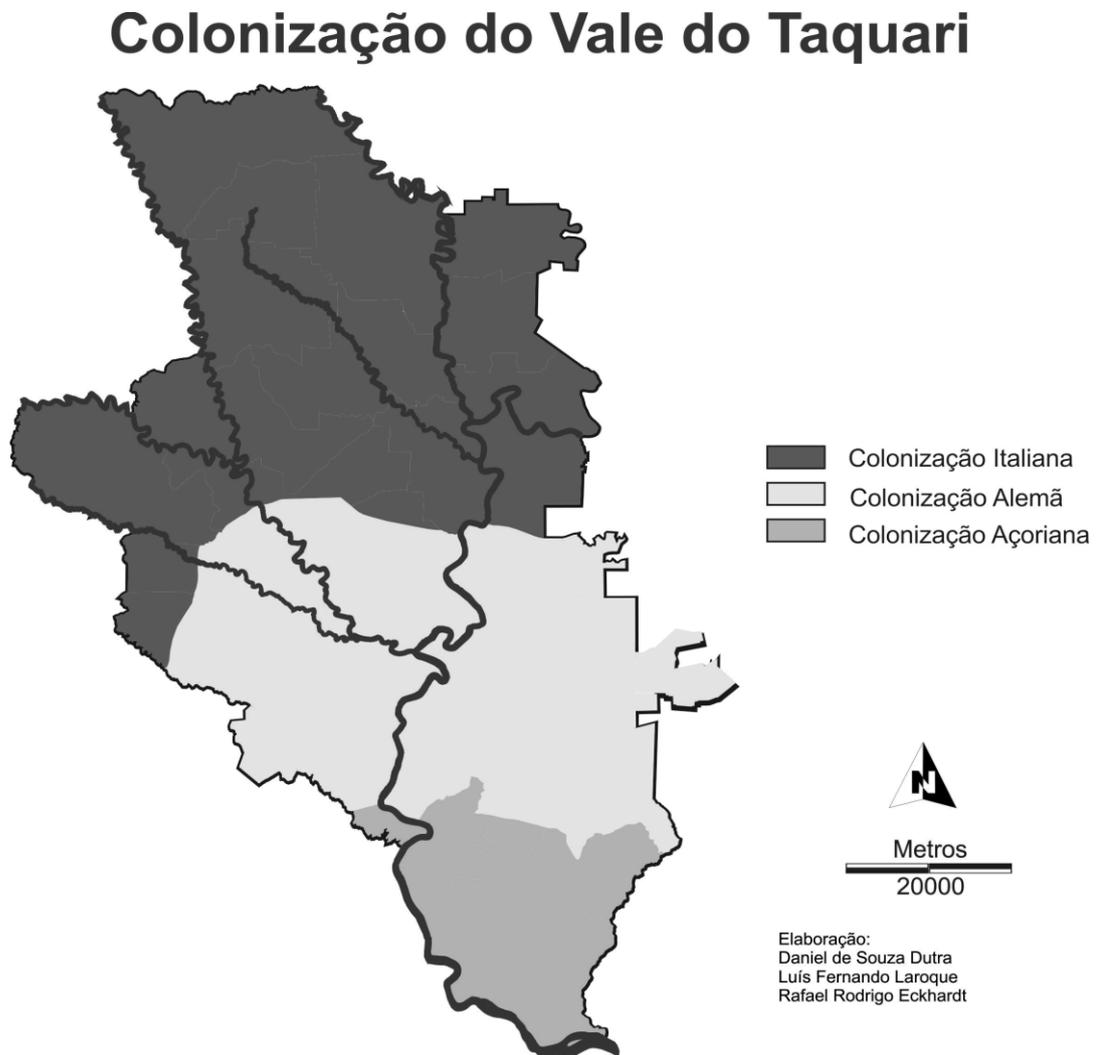
No momento em que a colonização avançava na direção do Vale do Taquari, as suas áreas ainda devolutas, ou abandonadas pelos seus primeiros concessionários, o que provocava, em boa parte dos casos, o cancelamento de seus títulos, foram rapidamente apropriadas por integrantes da elite local ou por outros interessados no comércio fundiário, especialmente comerciantes de Porto Alegre.⁷⁵

A partir do Rio Taquari inicia-se a ocupação e abertura de picadas e linhas, que se tornariam pequenas vilas e núcleos urbanizados. Até a década de 1870⁷⁶, a grande maioria destas localidades recebeu, majoritariamente, imigrantes e descendentes de germânicos, formando pequenos núcleos coloniais.

⁷⁵ CHRISTILLINO, 2004, p. 144.

⁷⁶ Quando inicia a colonização italiana na região, seguindo a mesma maneira de organização e venda de lotes coloniais.

Figura 7 – Colonização européia no Vale do Taquari



Fonte: DUTRA, Daniel de Souza; LAROQUE, Luís Fernando; ECKHARDT, Rafael Rodrigo. Acervo Fotográfico e de mapas. **Projeto Desenvolvimento Econômico e Sociocultural na Região Vale do Taquari**. Lajeado: Univates.

Como se pode observar no mapa acima, o Vale do Taquari foi, majoritariamente, ocupado por imigrantes açorianos, germânicos e italianos. Cada grupo, por diversas motivações e a seu tempo, foi ocupando os diferentes espaços da região e espalhando-se pela mesma. A partir de estudos com base em documentações e visitas aos descendentes de imigrantes europeus, pode-se observar os locais nos quais se fixaram cada um destes grupos⁷⁷.

⁷⁷ WEBER, Simone Elisa et al. Elementos socioculturais entre imigrantes e descendentes de alemães na Região Vale do Taquari. **Anais...** Santa Cruz do Sul: UNISC, 2014. Disponível em: < <http://online.unisc.br/acadnet/anais/index.php/semic/article/view/12332>>. Acesso em: 29 out 2016.

Ao analisar o mapa, é importante observar que estas não são e nunca foram fronteiras estáveis, sendo que as interações interétnicas sempre aconteceram na região, por diferentes motivações, tais como econômicas e matrimoniais. “[...] As diferenças culturais podem persistir apesar do contato interétnico e da interdependência entre etnias”⁷⁸. Sendo assim, as características de cada etnia que continuam tão presentes no cotidiano vale-taquariense, afirmam-se e redefinem-se através dos contatos entre todos os grupos que formam a sua população, sendo que umas sofrem influências das outras, resultando nas características regionais que conhecemos.

3.2 Na margem direita do rio Taquary entre os arroios dos Moinhos e da Forqueta, em terras de Fialho & Baptista

No Vale do Taquari, portanto, instalaram-se diversas empresas privadas que foram adquirindo extensas áreas de terra, loteando-as em áreas coloniais e revendendo-as aos imigrantes ou descendentes de imigrantes, advindos das antigas colônias, nos vales dos rios Caí e Sinos. Estas novas colônias surgem, principalmente, através de iniciativas privadas, tais como as colônias de Teutônia, Estrela e Lajeado. Com o passar das décadas, as colônias multiplicam-se e distanciam-se cada vez mais do leito do Rio Taquari, seguindo o curso de arroios e córregos.

As primeiras colônias no Vale do Taquari passam a ser ocupadas por imigrantes e seus descendentes no início da década de 1850, através de iniciativas privadas de venda da terra.⁷⁹

[...] Estabeleceu-se na região um expressivo setor de negócios imobiliários privados, mediante a transferência de terras dos antigos proprietários para empreendedores, que organizavam o loteamento e a venda das terras para os colonos, sob a supervisão dos governos provinciais.⁸⁰

⁷⁸ BARTH, Fredrik. Os grupos étnicos e suas fronteiras. In: LASK, Tomke (org.). **O guru, o iniciador e outras variações antropológicas**. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria, [1969], 2000, p. 26.

⁷⁹ ROCHE, 1969.

⁸⁰ AHLERT; GEDOZ, 2001, p. 02.

Em relatório do presidente provincial Angelo Moniz da Silva Ferraz à Assembleia Provincial, no ano de 1858, consta a existência de três colônias situadas no atual Vale do Taquari, sendo elas a Colônia Mariante, Colônia dos Conventos e Colônia da Estrella.⁸¹

A Colônia Mariante, criada em terras do coronel Antonio Joaquim da Silva Mariante, é resultado de uma parceria entre a província e o dito coronel, recebendo os primeiros imigrantes em agosto de 1856. Ao introduzir estipulado número de colonos, Mariante recebeu do governo um prêmio no valor de seiscentos e trinta mil reis. Em 1858 já viviam nesta colônia 116 pessoas, sendo 55 homens e 61 mulheres.

Localizada à margem esquerda do Rio Taquari encontrava-se a Colônia das Estrellas (anteriormente uma fazenda). Pertencente ao também coronel Victoriano José Ribeiro, contava com 31 famílias, totalizando 175 pessoas.

Situada na margem direita do Rio Taquari, entre os arroios Moinhos e Forqueta⁸², estava localizada a Colônia dos Conventos, criada pela empresa Batista & Fialho. Sua população era formada por 119 famílias, sendo esperados mais 49 imigrantes que estavam partindo da Europa, no ano de 1858, em direção à Colônia.

Antônio Fialho de Vargas era o sócio da empresa Batista & Fialho. Fialho e sua empresa foram responsáveis pela ocupação do atual município de Lajeado e de boa parte do atual Vale do Taquari⁸³. Fialho de Vargas possuía metade das ações da empresa, fixou residência na então Colônia dos Conventos e foi o responsável pela organização e administração de dita empresa.

Fundou a Colônia Conventos em 20 de março de 1855 através de uma sociedade denominada Batista & Fialho Cia., formada de quatro partes, sendo sócios João Batista Soares da Silveira e Souza (primo de Antônio) e sua esposa Ana Joaquina de Jesus, Manuel Fialho de Vargas (irmão de Antônio) e sua esposa Maria Rita de Andrade Fialho e o próprio Antônio Fialho de Vargas (com duas partes), como diretor da empresa e morador-administrador da Colônia.⁸⁴

A residência de Fialho de Vargas e um pequeno núcleo urbano foram instalados junto a um grande paredão rochoso natural (Anexo I), localizado às margens do Rio Taquari, na

⁸¹ AHRS. Relatório do presidente da província de S. Pedro do Rio Grande do Sul, Angelo Moniz da Silva Ferraz, apresentado à Assembléia Legislativa Provincial na 1.a sessão da 8.a legislatura. Porto Alegre, Typ. do Correio do Sul, 1858. Disponível em: <<http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/887/>>, acesso em: 30 set. 2016.

⁸² Conforme denominação utilizada no relatório. Atualmente denominam-se Arroio Saraquá e Rio Forqueta, respectivamente.

⁸³ Recebendo germânicos e após italianos.

⁸⁴ AHLERT; GEDOZ, 2001, p. 15.

Fazenda de sua propriedade. “Do “paredão” se avista longe o Rio Taquari e ali se plantou a semente que ramificou dezenas de linhas coloniais e povoação, hoje prósperas cidades e distritos de Lajeado”⁸⁵.

A casa grande de Fialho permaneceu por poucos anos junto ao paredão. “Antônio Fialho de Vargas muda-se de Conventos Velho para a atual cidade de Lajeado no ano de 1862”⁸⁶. Tal transferência foi necessária para a obtenção de água de maneira mais fácil, bem como para a construção do primeiro moinho, localizado junto ao atual Parque do Engenho, na região central do município.

Distante algumas quadras do engenho é construído o conhecido sobrado da família Fialho, que permaneceu por um longo tempo como o local de referência e das mais diferentes necessidades de contatos com o comerciante – desde a compra de produtos de primeira necessidade, até assuntos relacionados à compra e venda das áreas coloniais de sua propriedade.

Figura 8 – Sobrado de Antônio Fialho de Vargas



Fonte: TRÄSEL, 1969, p. 11.

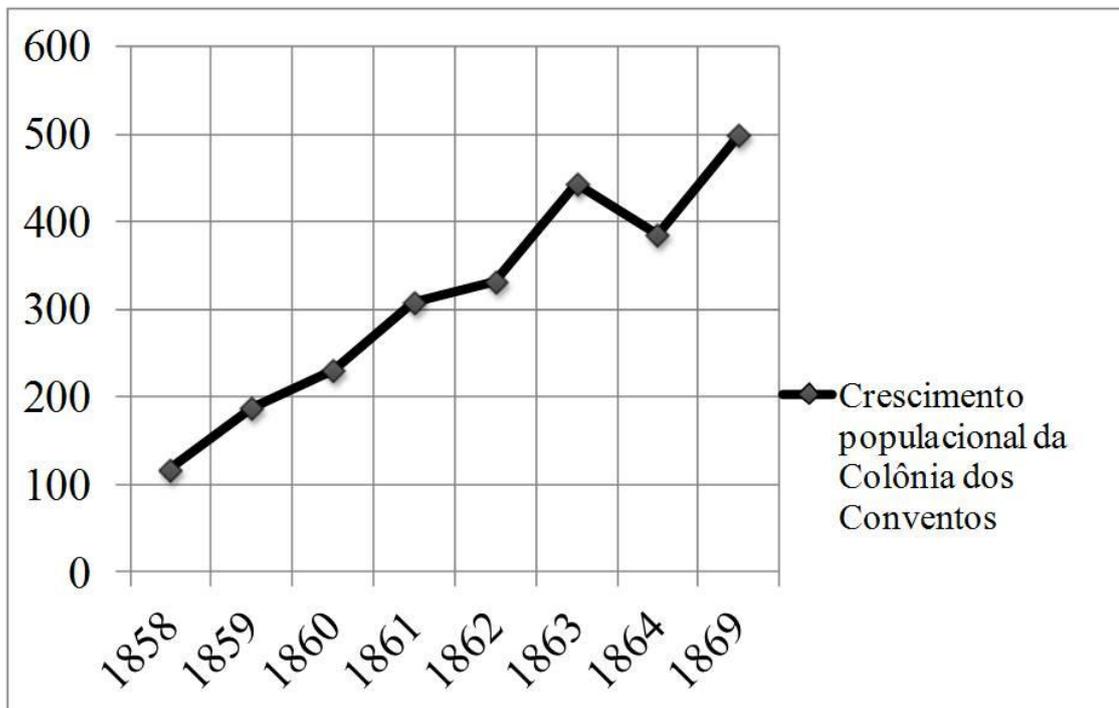
⁸⁵ SCHIERHOLT, José Alfredo. **Lajeado I: povoamento, colonização e história política.** Lajeado: Prefeitura Municipal, 1992, p. 63.

⁸⁶ TRÄSEL, 1969, p. 11.

O interesse da empresa por iniciar a comercialização de terras na região é registrado em mais um relatório presidencial. Em 1856, o presidente Jeronimo Francisco Coelho, cita a existência de um pedido por parte da empresa Batista & Fialho, que necessitava de autorização do governo imperial para iniciar suas atividades. “De Batista & Fialho pedindo comprar um *territorio* devoluto, confinando com a sua fazenda denominada – Conventos – na margem direita do rio *Taquary*”⁸⁷.

Após instalar a Fazenda dos Conventos e iniciar a venda de lotes aos colonos, Fialho envia relatórios à presidência provincial durante alguns anos. A partir destes relatórios é possível compreender parte do processo de instalação inicial da colônia e seu crescimento nos primeiros anos.

Gráfico 1 – Crescimento populacional da Colônia dos Conventos



Fonte: Relatórios da Presidência da Província do Rio Grande do Sul (1830 – 1930), 2016.⁸⁸

⁸⁷ AHR. RELATÓRIO do presidente da Província de S. Pedro do Rio Grande do Sul, Jeronimo Francisco Coelho, na abertura da Assembléa Legislativa Provincial em 15 de dezembro de 1856. Porto Alegre, Typ. do Mercantil, 1856. Disponível em: <<http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/885/>>, acesso em: 30 set. 2016.

⁸⁸ RELATÓRIOS da Presidência da Província do Rio Grande do Sul (1830 – 1930). Disponível em: <http://www-apps.crl.edu/brazil/provincial/rio_grande_do_sul>, acesso em: 30 set. 2016.

Através destes dados, é possível compreender o crescimento constante da população da Colônia dos Conventos sob a administração de Fialho de Vargas, onde novos colonos chegavam todos os anos. Pode-se caracterizar tal população como de maioria germânica, formada por casais que levavam consigo seus filhos, podendo-se perceber tal característica pela quantidade de crianças menores de 12 anos constantes nos relatórios. Nestes primeiros anos, produzia-se toda a necessidade básica de subsistência para a família, dentre os produtos pode-se citar feijão, milho, batatas, trigo e cevada.

Aos poucos, os dados registrados nos relatórios provinciais, em relação às colônias particulares, vão diminuindo, resultando no registro somente dos dados relativos às colônias provinciais. Tal situação pode ser um resultado do crescimento acelerado da quantidade de colônias privadas durante toda a década de 1860, bem como o não envio dos dados necessários para a publicação em tais relatórios.

Os últimos dados específicos sobre a Colônia dos Conventos são encontrados em relatório de 1869, ocorrendo a partir de então a publicação de dados relativos a toda a região. É importante perceber que já na década de 1880 aparece a nomenclatura Lageado para a anterior Colônia dos Conventos. Já em relação às outras colônias que multiplicavam-se na região, inclusive sobre comando de Fialho, não há referências nos relatórios analisados. Em mapa estatístico de 1863 enviado pela empresa Batista & Fialho ao governo provincial, constam as seguintes informações sobre a Colônia dos Conventos:

Tabela 1 – Mapa estatístico, do ano 1863, da Colônia dos Conventos

<u>Naturalidade</u>				<u>Religião</u>		<u>Estados</u>		
<u>Alemães</u>		<u>Brasileiros</u>		Católicos	Protestantes	Solteiros	Casados	Viúvos
Masculinos	Femininos	Masculinos	Femininos					
98	82	81	125	131	255	3	64	2

<u>Número de almas que residem na Colônia</u>		
Masculinos	Femininos	Total
179	207	386

Fonte: Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul, Fundo Terras e Colonização, maço 57.

Além destes dados há um relatório sobre a produção agrícola da colônia. Dentre as plantações existentes destacou-se feijão, milho, batatas, centeio, trigo, arroz, ervilhas, aveia, cevada, amendoim, fumo, algodão e cana-de-açúcar. Percebe-se, assim, que após apenas oito anos de instalação da Colônia, sua população já buscava produzir tudo o que lhe era mais necessário para a subsistência de suas famílias.

Reitera também a percepção de que a colônia era formada por uma grande maioria de casais e famílias, objetivo que muitas vezes foi estabelecido ao serem criadas novas colônias, bem como a de Conventos. Muitos destes primeiros compradores de terras nas colônias pertencentes à Antônio Fialho de Vargas, mesmo sendo de origem germânica, advinham de outras colônias, chamadas de Colônias Velhas, como Dois Irmãos e São Leopoldo.

[...] Antônio Fialho de Vargas fazia grandes derrubadas de matas em Lajeado, vendendo muitos lotes de terras a moradores de outros municípios, principalmente de Dois Irmãos e Feliz⁸⁹, que, atraídos pela excelente qualidade desses terrenos para lavouras, transferiram-se para lá, e assim, em poucos anos, era naturalmente desenvolvida a colonização do território lajeadense. A colonização sistemática teve início com apenas algumas famílias, oriundas, em sua totalidade, de Dois Irmãos⁹⁰.

Após iniciar a venda de lotes de terras das Fazendas (então transformadas em colônias) Conventos e São José dos Conventos, Fialho inicia a compra de outras grandes áreas de terras, localizadas mais distantes do Rio Taquari, objetivando, também, dividi-las em lotes coloniais para futuras vendas. Dentre estas podemos citar as Fazendas Forqueta, São Bento e São Caetano, atualmente situadas respectivamente nos municípios de Arroio do Meio, Lajeado/Santa Clara do Sul e Cruzeiro do Sul, além de áreas localizadas em Estrela e Muçum.⁹¹

Antônio Fialho de Vargas torna, assim, a compra e venda de terras para imigrantes e descendentes em um negócio lucrativo. Sendo isso facilitado pela lei de terras de 1850, que favorecia e dava prioridade à compra de terras devolutas àqueles que já possuíam maiores propriedades. O empresário, além de realizar a venda de lotes, também buscava incentivar a vinda de imigrantes germânicos através de diversas estratégias.

⁸⁹ Dois Irmãos e Feliz são municípios emancipados apenas no século XX, portanto, o autor faz clara referência à localização atual de ditas colônias.

⁹⁰ TRÄSEL, Padre Alberto. **Álbum Jubilar de Santa Clara do Sul** (100 anos de colonização: 1869 – 1969, e 40 anos de paróquia: 1929 – 1969), Impresso. Santa Clara do Sul, 1969, p.9.

⁹¹ Schierholt, 1992.

Esse negociante, com a finalidade de atrair colonos estrangeiros, firmava contratos provisórios na Alemanha, os quais eram transformados em contratos oficiais com a chegada dos imigrantes ao Brasil. O empresário financiava o comprador, tanto na compra das terras, como na de sementes e na alimentação até a primeira colheita, além de conceder adiantamentos, segundo o número de pessoas da família.⁹²

Sua atividade comercial no Vale do Taquari estende-se por várias décadas, como pode-se observar em correspondência advinda do “*Escripório da comissão de terras e medição de lotes nos Municípios de Taquary e Estrella*”, datado de 14 de julho de 1885⁹³. Nesta, Antônio Fialho de Vargas e a cunhada Maria Rita de Andrade Fialho (sócia da empresa colonizadora), recebem a autorização para medir e instalar novas colônias, após a devida inspeção realizada pela comissão responsável e a mesma concluir que a área parecia adequada para tal fim.

As diferentes colônias criadas caracterizaram-se, essencialmente, por sua produção agrícola em pequena escala, cultivadas nas áreas de terra adquiridas pelas famílias dos colonos. Segundo relato da Câmara de Vereadores de Estrella⁹⁴ de 21 de março de 1883, na área do município eram cultivados produtos como feijão preto, milho, cana de açúcar e erva mate de maneira satisfatória. Já o cultivo de trigo e centeio ainda estava bastante dificultado, pelas condições de chuva excessiva, bem como pelo baixo preço para revenda. A produção de fumo também era baixa, já que havia pouco consumo e seu valor de revenda também não era interessante para os produtores. A produção de bebidas alcoólicas estava em franco crescimento, em especial o vinho e a aguardente, sendo que no município já havia se instalado inclusive um engenho para tal produção. Outro dado interessante é a quantidade “insignificante” de gado vacum e cavalari na região neste período.⁹⁵

Percebe-se, assim, que em ambos os lados do Rio Taquari havia um crescimento e uma organização importante, apesar do pouco tempo de colonização direcionada. A instalação de novas famílias de colonos aumentava a cada ano, necessitando-se de novas áreas de terras e de novas colônias para assentar os interessados. Havia uma produção agrícola importante, uma comercialização inicial de tais produtos, bem como a prestação de alguns serviços, como engenhos e moinhos. Porém, a região ainda caracterizava-se pela grande quantidade de mata virgem, sendo que nas propriedades adquiridas os clarões já abertos eram direcionados para o

⁹² AHLERT; GEDOZ, 2001, p.69.

⁹³ AHRS; Fundo Imigração, Terras e Colonização; Maço 21; Correspondência Inspetoria Geral das Terras e Colonização, 1885 – 1887, p. 23 – 33.

⁹⁴ À qual o território da Colônia dos Conventos ainda pertencia.

⁹⁵ AHRS; Fundo Autoridades Municipais; Maço 73; Câmara Municipal de Estrella, 1882 – 1884.

plantio necessário, sendo assim não havia muito espaço para a criação de gado em maior escala.

Na margem direita do Rio Taquari, a partir da Colônia dos Conventos e da comercialização realizada pela empresa Batista & Fialho, foram sendo criadas novas colônias, que foram ocupando novos espaços, cada vez mais distantes do Rio e da “colônia-mãe”. Sendo isto uma importante contribuição para o crescimento do atual Vale do Taquari, de suas cidades, sua população e sua cultura.

4. OS COLONOS CATÓLICOS DE SANTA CLARA NO SÉCULO XIX

Após a ocupação inicial da Colônia dos Conventos e outras criadas e comercializadas pela empresa Batista & Fialho, as mesmas vão sendo instaladas cada vez mais distantes do Rio Taquari, adentrando-se em outras áreas de mata virgem existentes na região, que vão sendo adquiridas e loteadas pela mesma empresa.

A Fazenda Santa Clara, pertencente à Batista & Fialho, localizava-se após a Colônia de São Bento, distante cerca de 25 km do ponto central da Colônia dos Conventos. Seu nome seria uma homenagem de Antônio Fialho de Vargas à sua segunda filha, Maria Clara. Sabe-se que a mesma tornou-se religiosa da Congregação de Maria, assumindo o nome de Irmã Clara de Santo Estanislau⁹⁶, e passando a viver na cidade do Rio de Janeiro⁹⁷.

Antônio Fialho de Vargas Filho, falecido prematuramente em 23 de dezembro de 1878, parece ter sido responsável pela colonização da Fazenda juntamente ao seu pai. Tanto que em seu inventário consta a propriedade de algumas áreas de terra “de mato” em Santa Clara.⁹⁸ O mesmo também possuía áreas de terras em São Bento, Neu Berlim e outras colônias. Outro fato interessante é que uma de suas filhas também se chamava Maria Clara, assim como a tia que inspirou o nome da Fazenda Santa Clara. Em disputas ocorridas entre as décadas de 1870 e 1880, por trajetos de estradas, consta que o mesmo teria sido o responsável pela abertura da estrada que ligava a colônia Santa Clara à Neu Berlim.

⁹⁶ HISTÓRICO da Cidade de Santa Clara do Sul. **Prefeitura Municipal de Santa Clara do Sul**. Disponível em: <<http://santaclaradosul-rs.com.br/site/historia>>. Acesso em: 14 out. 2016.

⁹⁷ Segundo inventário de Antônio Fialho de Vargas, a mesma vivia em 1895 na cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro, nome dado inicialmente à atual cidade do Rio de Janeiro. APERS, Cartório Orphãos e Ausentes de Taquary, inventário de Antônio Fialho de Vargas, 1895.

⁹⁸ APERS; Cartório Orphãos e Ausentes de Taquary, inventário de Antônio Fialho de Vargas Filho, 1879.

A área de terras passa a ser loteada e revendida aos colonos de origem germânica em fins da década de 1860. Após quase 150 anos de ocupação de germânicos e seus descendentes, a Fazenda Santa Clara deu origem ao município de Santa Clara do Sul. Emancipado de Lajeado em 1992, “fazendo parte as comunidades de São Bento, Nova Santa Cruz, Chapadão, Alto Arroio Alegre, Linha Serrana, Sampaio, Sampainho, Picada Santa Clara e Rua das Flores”⁹⁹, além do Centro.

Sua população é composta, atualmente, por 6.235 habitantes, distribuídos entre a área central e o interior, ainda bastante rural. Além de germânicos, destaca-se a presença de descendentes de italianos e negros na formação populacional do município. As fontes de receita que mais se destacam são a indústria (em grande parte calçadista) e a agropecuária (produção leiteira, suinocultura, avicultura, floricultura, entre outras)¹⁰⁰.

As fontes bibliográficas que abordam a história do município dão conta de poucos dados referentes às primeiras décadas de ocupação do território, enfocando-se, principalmente, alguns fatos que perpassaram através da história oral de seus habitantes. Tais como a propriedade da Fazenda Santa Clara e sua nomenclatura criada por Antônio Fialho de Vargas, as dificuldades iniciais de ocupação e a batalha dos colonos contra os maragatos em 1895.

4.1 *E quão admirável era a força de vontade dos pioneiros: Os primeiros germânicos ocupam Santa Clara*

No ano de 1853, Antônio Fialho de Vargas adquire a Fazenda que denominaria em seguida como Santa Clara. Seus dois proprietários anteriores foram o cônsul Klausen Von Bremen e José Inácio Teixeira¹⁰¹.

Os primeiros colonos instalam-se entre os anos de 1869 e 1874, todos advindos das primeiras colônias e de origem germânica (alemã e austríaca). Seriam eles: o casal Antônio

⁹⁹ HISTÓRICO da Cidade de Santa Clara do Sul. **Prefeitura Municipal de Santa Clara do Sul**. Disponível em: < <http://santaclaradosul-rs.com.br/site/historia>>. Acesso em: 14 out. 2016.

¹⁰⁰ ESTATÍSTICAS: Santa Clara do Sul. **IBGE**. 2016. Disponível em: < <http://cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=431675>>. Acesso em: 12 nov. 2016.

¹⁰¹ TRÄSEL, 1969.

Kunz e Ana Sofia Mallmann, “[...] André Köhnlein, vindo de São Leopoldo, do *bêrço* da imigração alemã no Rio Grande do Sul; viúva Scheibler com filhos adultos, oriundos de Gablonz (Boêmia, Áustria); Felipe Schäfer, natural da Alemanha; Jacó Kaiser, da Alemanha; Carlos Pietschmann, Jacó Lenhard e Martim Reis, também da Alemanha”¹⁰².

Segundo listagem do Padre Alberto Träsel (ANEXO II), entre os anos de 1869 e 1900, instalaram-se em Santa Clara e comunidades próximas cerca de 165 famílias. Observa-se que estes registros correspondem aos colonos que, de alguma maneira, estiveram envolvidos na comunidade católica de Santa Clara nestas primeiras décadas, mas não necessariamente residiram na colônia. Muitos destes, provavelmente, haviam se instalado nas comunidades próximas e acabaram associando-se à comunidade católica por motivos religiosos, mas também escolares.

Estes primeiros imigrantes/migrantes passaram por diversas dificuldades nas primeiras décadas de ocupação da colônia. Dentre elas, cita-se a falta de conhecimento sobre as características naturais das áreas ocupadas por imigrantes nas diferentes regiões do Rio Grande do Sul. “Com a colonização, o ambiente foi transformado, a terra privatizada, novas paisagens foram construídas e animais e plantas que antes predominavam nos ecossistemas florestais perderam seu *habitar*”¹⁰³.

Santa Clara também era uma área de matas virgens quando recebeu seus primeiros colonos europeus, sofrendo um importante impacto para possibilitar a instalação das famílias e o plantio nas áreas de terra. Para plantar era necessário ‘limpar’ a área repleta de árvores centenárias, bem como proteger-se e proteger a ‘roça’ do ataque de animais, que muitas vezes assustavam por seu desconhecimento. Uma das técnicas mais utilizadas durante o século XIX para que a mata virgem desse lugar às lavouras de maneira mais rápida foi a coivara. “[...] A coivara indígena, até então aplicada de forma esparsa e nômade, acabou sendo apropriada pelos colonos e utilizada em larga e destruidora escala”¹⁰⁴.

O hábito de queimar grandes áreas de terra, para abrir espaço para as plantações, resultava em imediata abundância de produção, já que a terra encontrava-se momentaneamente adubada com as

¹⁰² TRÄSEL, 1969, p. 13.

¹⁰³ GERHARDT, Marcos. Colonização e extrativismo. In: TEDESCO, João Carlos; NEUMANN, Rosane Marcia. **Colonos, Colônias e Colonizadores: aspectos da territorialização agrária no Sul do Brasil**, vol. IV. Porto Alegre: Letra&Vida, 2015, p. 249.

¹⁰⁴ BUBLITZ, 2010, p. 49.

cinzas resultantes da queimada. Porém, aplicando-se a técnica de duas a três vezes ao ano, o solo rapidamente enfraquecia e a produção diminuía na mesma velocidade.

As dificuldades iniciais não provinham, entretanto, apenas e tão somente por parte das feras, como onças, tamanduás-bandeira, pumas e serpentes venenosas, nem tampouco da falta de caminhos e pontes. Advinham também do isolamento cultural, religioso, e social, bem como da falta de recursos financeiros e de mantimentos, sem falar da ausência de casas comerciais próximas e da ignorância no que tange ao desbravamento da floresta e do cultivo do solo, de vez que nem todos os pioneiros eram agricultores em sua pátria de origem [...].¹⁰⁵

Muitos imigrantes, ao chegar à nova realidade, buscaram reproduzir nas áreas de Mata Atlântica subtropical as mesmas formas de manejo agrícola que praticavam ou conheciam na Europa. Rapidamente, observaram que as mesmas não se aplicavam ao clima mais quente e úmido no qual passavam a viver, forçando-os assim a utilizar-se da coivara como alternativa imediata para sua necessidade. “Logo perceberam, porém, que tamanha riqueza desaparecia num piscar de olhos”¹⁰⁶ e passam a adotar, já no final do século XIX e início do século XX, o sistema de rotação de terras.

Além das dificuldades com o novo meio rural, o isolamento inicial de Santa Clara acabava dificultando o comércio com outras colônias. Observa-se que a casa comercial mais próxima e mais usual neste período localizava-se em São Rafael¹⁰⁷, distante até 20km da área central da colônia. Sendo assim, quando colonos ocupam outras áreas de terra próximas, as mesmas passam a relacionar-se recorrentemente entre si.

Próximo à Fazenda Santa Clara havia outras áreas ou picadas que também começavam a receber colonos. “As localidades que confinam diretamente com a antiga Fazenda Santa Clara, cujo território abrange, além da sede atual, o Schuster – e Mählereck, são as seguintes: Sampinho, Nova Santa Cruz, São José dos Conventos, Moinhos, São Bento, Augusta, São Rafael, Aurora e Sampaio”¹⁰⁸. Cada uma destas localidades foi colonizada separadamente (independente de Santa Clara), sendo que suas áreas de terras eram comercializadas por diferentes empresas.

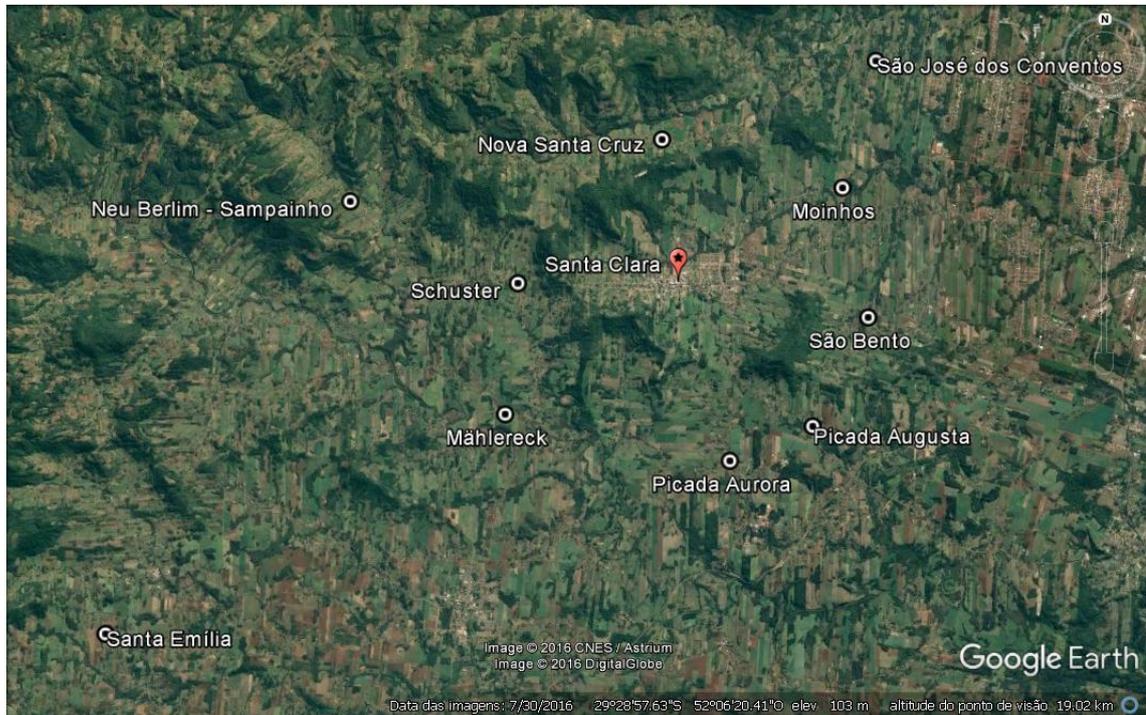
¹⁰⁵ TRÄSEL, 1969, p. 18.

¹⁰⁶ BUBLITZ, 2010, p. 181.

¹⁰⁷ Atualmente localizado no município de Cruzeiro do Sul.

¹⁰⁸ TRÄSEL, 1969, p. 13.

Figura 9 – Localidades próximas à Fazenda Santa Clara em 1880



Fonte: Da autora, 2016.

Todas estas localidades relacionam-se entre si, de diferentes maneiras, desde seus primórdios. Havia contatos de interesses familiares, comerciais (venda e troca de mercadorias e/ou áreas de terra), encontros religiosos (para celebrações e auxílio na construção das capelas), escolares (algumas comunidades uniam-se para organizar as aulas), deslocamento entre uma comunidade e outra, entre tantos outros exemplos e situações.

Na década de 1880, sabe-se que as seguintes colônias já possuíam habitantes: “[...] a sede Santa Clara (Santa Clara Baixa), Schuster – Mählereck (Santa Clara Alta), Sampainho, Nova Santa Cruz, São Bento (parte superior), Augusta, São Rafael, Aurora e o Vale de Sampaio (lado esquerdo)”¹⁰⁹. Essas comunidades possuíam relações através de questões como a religiosidade e a educação das crianças.

¹⁰⁹ TRÄSEL, 1969, p. 17.

O primeiro professor da área que atualmente pertence à Santa Clara do Sul foi Davi Hoffmann, líder evangélico luterano, que chegou à Colônia ainda na década de 1870. Suas aulas ocorriam na Fazenda Santa Clara, chamadas de mistas, por possuir alunos católicos e luteranos. Na década seguinte, em 1882, instala-se o professor Pitter Hannes Mallmann, católico, imigrante alemão, que antes de chegar à Santa Clara já havia lecionado em outras duas comunidades em Dois Irmãos. Hoffmann desloca-se à colônia Neu Berlim, onde continua a lecionar¹¹⁰.

A questão escolar sempre teve uma significativa importância para os imigrantes germânicos, desde 1824 em São Leopoldo. “Poucos mestres tinham sido preparados para sua tarefa; seu nível não ultrapassava o que dá a capacidade para ler os textos administrativos ou as cartas de negócios e para redigir papéis essenciais [...]”¹¹¹. Porém, são estes os professores que se espalham por muitas das áreas coloniais, como o caso de Santa Clara. Junto às capelas, mesmo que primitivas, ocorriam as aulas ministradas às crianças da comunidade, geralmente de maneira multisseriada e por poucos anos.

Além de lecionar, os professores e suas famílias tinham pequenas roças e criação de alguns animais, pois o pagamento recebido pela comunidade nem sempre era o suficiente para a subsistência de sua numerosa família. Nesse contexto, os docentes bem “[...] como as escolas implantadas tinham a prioridade de educar na língua estrangeira e de perpetuar aspectos culturais e religiosos da nação alemã e não da brasileira[...]”¹¹². Percebe-se, assim, que as escolas foram um instrumento de associação, bem como de continuidade da cultura social, religiosa e linguística de germânicos e seus descendentes nas diferentes colônias, bem como em Santa Clara.

¹¹⁰ TRÄSEL, 1969.

¹¹¹ ROCHE, 1969, p. 670.

¹¹² BIANCHEZZI, Clarice. Imigrantes de origem alemã e a presença da Igreja Católica em Santa Catarina. *Anais...* São Paulo: ANPUH, 2008, p. 8.

4.2 A comunidade estava dividida: relações inter-religiosas no contexto colonial

A colônia Neu Berlim¹¹³, que atualmente corresponde à comunidade pertencente ao interior do município de Santa Clara do Sul, denominada Sampainho, foi “criada em 1868, era a bem dizer, a continuidade da Colônia de Santa Emília, fundada no ano de 1866 junto às ribanceiras do Sampaio [...]. Tanto esta como aquela esteve periodicamente sob a direção do engenheiro Carlos Trein”¹¹⁴. Esta foi uma das colônias de maior destaque entre as que formam atualmente Santa Clara do Sul.

É importante destacar a figura do engenheiro, agrimensor, político e dono de grandes áreas de terra que foram posteriormente divididas em colônias, Carlos Trein. Este é um personagem marcante na história de Santa Cruz por sua representação política, porém foi também responsável por colônias como Neu Berlim e Nova Santa Cruz (que recebeu migrantes advindos de Santa Cruz). Membro do Partido Liberal

[...] este personagem aglutina as forças locais (era maçom, fazia parte da diretora do atual Colégio Mauá, presidente de clubes sociais, teve vários cargos político-administrativos, entre outras atividades [...]). Sua influência econômica era notável, sendo o cidadão que mais pagava imposto territorial no exercício de 1909 em Santa Cruz do Sul.¹¹⁵

Sendo assim, Neu Berlim recebeu influência direta da Colônia Provincial de Santa Cruz, através de Trein e sua empresa colonizadora. Nesta colônia fixaram-se “[...] além de católicos e acatólicos tíbios, numerosos artífices liberais, vindos da Boêmia (Áustria)”¹¹⁶. Segundo relato do Padre Alberto Träsel, entre os colonos ali estabelecidos havia líderes evangélico-luteranos, que acabaram entrando em conflito com os colonos de Santa Clara.

Os registros de batismo da Paróquia Evangélica de Conventos, publicados em livro no ano de 1998¹¹⁷, demonstram os primeiros passos do luteranismo na região de atuais municípios como Lajeado, Santa Clara do Sul e Forquetinha. Tais registros iniciam no ano de 1860, ainda nas chamadas colônias velhas, sendo o livro levado por seus pastores até chegar à

¹¹³ Também encontra-se, as seguintes as seguintes grafias Novo Berlim e Nova Berlim.

¹¹⁴ TRÄSEL, 1969, p. 13.

¹¹⁵ KRAUSE, Silvana. **Migrantes do tempo:** Vida econômica, política e religiosa de uma comunidade de imigrantes alemães na República Velha. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2002, p. 108.

¹¹⁶ TRÄSEL, 1969, p. 17.

¹¹⁷ MULLER, Armindo L. **Comunidade Evangélica de Conventos:** Tradução dos livros de registro de ofícios eclesiásticos, período de 1860 à 1903. Associação Nacional de Pesquisadores da História das Comunidades Teuto-Brasileiras, Lajeado, 1998.

Conventos, em 1869. Percebe-se que a Paróquia atendia às mais diversas colônias da região, como São Gabriel, Brochier, Forqueta, Linha Atalho, Santa Emília, São Bento, entre outros. Demonstrando, também, o quão difícil e precário era o atendimento dos pastores, provavelmente pela pouca quantidade nos mesmos nesta região.¹¹⁸

Analisando tais registros, pode-se observar a importante frequência de batismos e casamentos evangélico-luteranos na colônia de Neu Berlim¹¹⁹. Nos registros aos quais tivemos acesso, as anotações relacionadas à colônia iniciam-se em 1878, porém, sabendo-se que a colônia foi criada em 1868, provavelmente fora atendida anteriormente por outros pastores.

14.10.1878 – Jacó Gustavo Eichinger - * 24.09.1878, em Novo Berlim, f. do lavrador Guilherme Eichinger e Bertha Vollmer. Padrinhos: Jacó e Catharina Kloss, Gustavo e Henriquetta Vollmer.¹²⁰

Os pastores, diferentemente dos padres da região, tiveram o cuidado de registrar sempre a profissão ou ocupação dos pais dos batizados, bem como dos noivos em caso de casamentos. Os moradores de Neu Berlim (assim como das outras colônias), em sua grande maioria eram lavradores, ocupando e produzindo nas áreas adquiridas. Porém, a colônia já contava com profissionais liberais tais como o alfaiate Jorge Koelln, o moleiro Felipe Berghahn e o pedreiro Pedro Näher.

Observa-se também que em diferentes localidades próximas à Santa Clara havia movimentação e a atuação dos pastores, realizando celebrações e registrando os batismos e casamentos nos livros paroquiais. Além de São Bento e Neu Berlim, pode-se citar São José dos Conventos, Arroio Alegre e Sampaio. Porém, registros de nascimentos ou casamentos de santaclarenses não são encontrados na fonte pesquisada. A primeira referência à comunidade ocorre em 1893 e diz respeito a um falecimento.

Jacob Conrad Fleck, agricultor. Faleceu em 18.01.1893 em Santa Clara e foi sepultado no dia seguinte no cemitério de Sampainho, ao lado da esposa, que faleceu dois dias antes dele. Nasceu a 28.03.1858 em Bom Fim, Caí.¹²¹

O cemitério de Sampainho, no qual é sepultado Jacob Fleck, é o mais antigo de que se tem notícia no atual município de Santa Clara do Sul, e que ainda não foi destruído. Após

¹¹⁸ Para mais informações e detalhamentos da história de evangélicos luteranos de origem germânica consultar o livro: DREHER, Martin Norberto. **Igreja e germanidade**: estudo crítico da história da Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil. São Paulo: SINODAL, 1984.

¹¹⁹ Nomeada na publicação como Novo Berlim.

¹²⁰ MULLER, 1998, p. 31.

¹²¹ MULLER, 1998, p. 155.

décadas de abandono total – sem sepultamentos e manutenção –, foi transformado pela prefeitura no cemitério municipal no ano de 2011¹²².

Em Santa Clara estabeleceram-se, majoritariamente, colonos católicos. O comerciante Miguel Ruschel buscou auxiliar Fialho de Vargas e a família Azambuja na atração de ‘católicos de elite’ para suas colônias. Ruschel teria adquirido uma porção de terras na Colônia São Bento, loteado e revendido os lotes a colonos católicos trazidos de Feliz e Dois Irmãos. “Talvez nas colônias privadas as diferenças entre católicos e protestantes tenham sido acentuadas (principalmente devido ao fato de que muitos imigrantes fundaram estas colônias com iniciativas próprias, e nesse sentido, já tinham acumulado riquezas de alguma forma)”¹²³.

Na década de 1880 “entrementes, haviam-se estabelecido na sede de Santa Clara cerca de 20 famílias católicas de elite. [...] Estes novos imigrantes e alguns outros católicos de escola, que já haviam se fixado antes, em Santa Clara, para não desaparecerem espiritualmente, [...] frequentavam assiduamente à santa missa, aos domingos e dias Santos de guarda, na igreja matriz de Estrela, a qual pertenciam”¹²⁴.

Em consulta aos registros de batismo da Paróquia de Estrela, pode-se observar que os moradores de Santa Clara batizavam seus filhos na Igreja Matriz de Estrela, deslocando-se, portanto, por longas distâncias para manter suas práticas religiosas. Dentre estes registros encontra-se o nascimento de Luiza Göergen

Aos dezessete de Abril de mil oitocentos e setenta e quatro na Igreja Matriz de S. Antonio de *Estrella baptizei* solenemente a Luiza nascida ao doze deste *mez* filha legítima de Nicolao Göergen e de Maria Heller neta paterna de Jacob e de Apollonia Göergen neta materna de Jacob e de Catharina Heller, sendo padrinhos Sebastião Ruschel e Anna Maria Göergen, e testemunha Pedro Heller.¹²⁵

Tal registro, assim como os demais encontrados, são indícios sobre a importância dada por estes colonos à religiosidade. Percebe-se que Nicolao e Maria Göergen levam sua filha de apenas cinco dias para ser batizada na igreja matriz, distante cerca de 20 km de Santa Clara, sendo necessário atravessar o Rio Taquari e outros obstáculos para chegar ao templo. Os padrinhos escolhidos para Luiza compartilham dos mesmos sobrenomes de seus pais

¹²² TÚMULOS são transferidos para evitar esquecimento. **A Hora**, Lajeado, 28 abr. 2010. Disponível em: <<http://www.jornalahora.com.br/2010/04/28/tumulos-sao-transferidos-para-evitar-esquecimento/>>. Acesso em: 07 nov. 2016.

¹²³ KRAUSE, 2002, p. 164.

¹²⁴ TRÄSEL, 1969, p. 17.

¹²⁵ REGISTROS de batismo. Santo Antônio de Estrela - Livro de 1873-1879. **Arquivo Histórico da Cúria Metropolitana de Porto Alegre** (AHCMPA). Porto Alegre.

(Göergen e Heller), percebendo-se assim que havia relações e, provavelmente, migrações familiares ocorrendo para estas novas colônias.

Na Colônia de São José dos Conventos, bastante próxima, já havia uma capela onde os mesmos padres de Estrela batizavam as crianças da comunidade de tempos em tempos, porém os colonos santaclarenses não faziam uso de tal facilidade e continuavam a direcionar-se à matriz paroquial ou à Lajeado.

Em oito de Agosto de mil oitocentos e setenta e cinco na Casa do Sr. Antonio Fialho de Vargas nesta freguesia de S. Antonio da Estrella o Rev. P. coadjutor Andreas [ilegível] *baptizou* solenemente a Maria nascida ao quatro deste *mez* filha leg^a de João Ruschel e de Anna Norschang, neta paterna de João Ruschel e de Barbara Lorich, neta materna de Jorge Norschang e de Margarida Plein, sendo padrinhos Nicolao Ruschel e Maria Norchang.¹²⁶

Já neste caso, o casal João e Ana desloca-se à Lajeado para batizar sua filha Maria, de apenas quatro dias, junto ao famoso sobrado de Antônio Fialho de Vargas. Este local parece ter sido bastante utilizado por colonos de diferentes localidades para batizar seus filhos até a instalação da paróquia Santo Inácio de Loyola no ano de 1881, em Lajeado.

André Köhlein foi um dos primeiros moradores de Santa Clara, tendo adquirido de Fialho de Vargas alguns lotes coloniais. Após o falecimento de sua filha, em meados de 1870, o colono a sepulta junto à sua área de terras. Em 1877, falece o filho de Guilherme Werlang que também é sepultado nas proximidades. Inicia-se assim o primeiro cemitério da localidade. Junto a este, em 1880 é construída a primeira capela-escola da comunidade, em terras doadas, de maneira informal, por Köhlein.¹²⁷

Os primeiros registros de batismo na capela de São Francisco Xavier encontram-se em livro de registro da Paróquia São Inácio de Loyola, no ano de 1881.

Aos três de Dezembro de mil *oito centos* oitenta e um na Capella de S. Franc^o Xavier filhal da freguesia de S. Ignacio batizei solenemente a João Ant^o, nascido aos vinte três de Novembro do mesmo *anno*, filho legítimo de José Casper e Gertrudes Müssnuch neto pat^o de Jose Casper e Maria Cath^a Kunz, neto mat^o de Nicolao

¹²⁶ REGISTROS de batismo. Santo Antônio de Estrela - Livro de 1873-1879. **Arquivo Histórico da Cúria Metropolitana de Porto Alegre** (AHCMPA), Porto Alegre.

¹²⁷ TRÄSEL, 1969.

Müssnuch e Maria Ant^a Schneider, sendo padrinhos Francisco Xavier Dichl e Emma Wenningkamp [...].¹²⁸

Três de dezembro de 1881 foi o dia de inauguração da primeira-capela escola da comunidade. Arquitetonicamente caracterizava-se pelo estilo enxaimel, sendo construída sob liderança dos colonos Pedro Schneider, José Weiler (pedreiros), Guilherme Werlang, João Nicolau Göergen (carpinteiros) e os homônimos João Ruschel, conhecidos como Ruivo e Moreno (marceneiros). Durante a construção, as famílias dos responsáveis pela obra foram auxiliadas por outros colonos nas necessidades relacionadas à lavoura.

Exceção feita do sino e da formosa estátua de S. Frco. Xavier, a capela não custou aos pioneiros um tostão sequer, de vez que nem um deles cobrou um vintém pelos serviços prestados. Também o comerciante Félix Kuhl forneceu gratuitamente todo o material de construção, colocando-o, inclusive, por conta própria, no local da obra.¹²⁹

No dia seguinte, dia quatro de dezembro de 1881, são batizados três filhos do casal Antônio Franke e Laura Haentsckel, sendo eles Oscar Maximiliano Paulo, Emma Ladi Lugarda e Francisca Lina Augusta.

Aos quatro de Dezembro de mil *oito centos* oitenta e um na Capella de S. Franc^o Xavier *filhal* da freguesia de S. Ignacio *baptizei* solenemente a Oscar Maximiliano Paulo nascido aos vinte seis de julho de mil *oito centos* setenta na *Allemanha*, digo *baptizei* à *elle* sob condição, sendo já *baptizado* por um ministro protestante filho leg^o de Ant^o Franke e Laura Haentsckel, neto pat^o de Carlos Franke e Anna Maria Hartmann, neto mat^o Ferdinando Haentsckel e Magd^a Fraenzel, sendo padrinhos Alfredo Walker e Henrietta Walker [...].¹³⁰

Tais registros demonstram que houve imigrantes que vieram diretamente da Europa para ocupar espaços de Santa Clara e suas proximidades portanto, nem todos os colonos passaram pelas chamadas colônias velhas antes de chegar à região. Percebe-se também que a família Franke, na Alemanha, professava a religião evangélica, inclusive batizando os seus três filhos em dita igreja. Ao chegar em Santa Clara, no entanto, acabam convertendo-se ao catolicismo.

Os colonos de Santa Clara e das outras pequenas localidades em seu entorno parecem ter estabelecido um núcleo católico-germânico. A existência de tais núcleos carece de análises mais profundas, já que são poucos os estudos que existem sobre tal fato. Porém, em diferentes

¹²⁸ Em anotação realizada em 27 mar. 1950, corrige-se os seguintes nomes deste registro: o batizado chama-se João Francisco, e o sobrenome de todos os familiares é Kasper (não Casper, como constava inicialmente no registro). REGISTROS de batismo. Paróquia Santo Inácio de Loyola de Lajeado – Livro de 1881-1886. **Arquivo Histórico da Cúria Metropolitana de Porto Alegre** (AHCMPA), Porto Alegre.

¹²⁹ TRÄSEL, 1969, p. 17.

¹³⁰ REGISTROS de batismo. Paróquia Santo Inácio de Loyola de Lajeado – Livro de 1881-1886. **Arquivo Histórico da Cúria Metropolitana de Porto Alegre** (AHCMPA), Porto Alegre.

bibliografias,¹³¹ a comunidade santaclarenses é citada como exemplo de núcleo católico estabelecido. “Outros municípios, ao contrário, apresentam distritos coloniais com uma população quase que exclusivamente católica, fazendo que o número de católicos seja superior. São exemplos [...] Lajeado, com os distritos de Santa Clara e Arroio do Meio [...]”¹³².

A manutenção e fortalecimento de tais colônias teve um importante apoio dos padres. Desde a chegada dos dois primeiros padres jesuítas de origem germânica ao Rio Grande do Sul, em 1849, Augustin Lipinski e Johannes Sedlack, os sacerdotes buscavam realizar uma separação entre os germânicos católicos e luteranos, evitando situações tais como casamentos mistos e apadrinhamentos de luteranos aos filhos ou casamentos de católicos.

Avé-Lallemant responsabilizou, em 1858, os dois jesuítas como perturbadores da paz confessional entre católicos e protestantes. Reporta-se às condições religiosas do Rio, onde ele, protestante, foi admitido sem contestação, a qualquer momento, como padrinho de batismo entre católicos e onde se realizavam casamentos mistos, nos quais alguns filhos seguiam a religião do pai e outros a da mãe.¹³³

Algumas das diversas colônias criadas por todo o estado tiveram intencionalidades relacionadas à organização religiosa. Algumas, propositalmente, receberam germânicos de ambas as confissões religiosas, enquanto outras receberam somente católicos ou somente luteranos. “[...] No povoamento de novas colônias, tinha o cuidado de separar por Linhas ou por municípios os adeptos dos diferentes credos”¹³⁴. Talvez iniciativas particulares como as de Miguel Ruschel, nas áreas coloniais dos Fialho e dos Azambuja, tenham influenciado neste sentido a constituição populacional de Santa Clara.

Os dados analisados em documentações de registro das igrejas Católica e Evangélica Luterana, relacionadas à Santa Clara em suas primeiras décadas de ocupação, bem como a observação da realidade atual destes lugares, apresentam indícios de que houve realmente uma importante divisão entre fieis de ambas as religiões, bem como certo isolamento por parte dos católicos em determinadas colônias, como exemplificado no mapa abaixo.

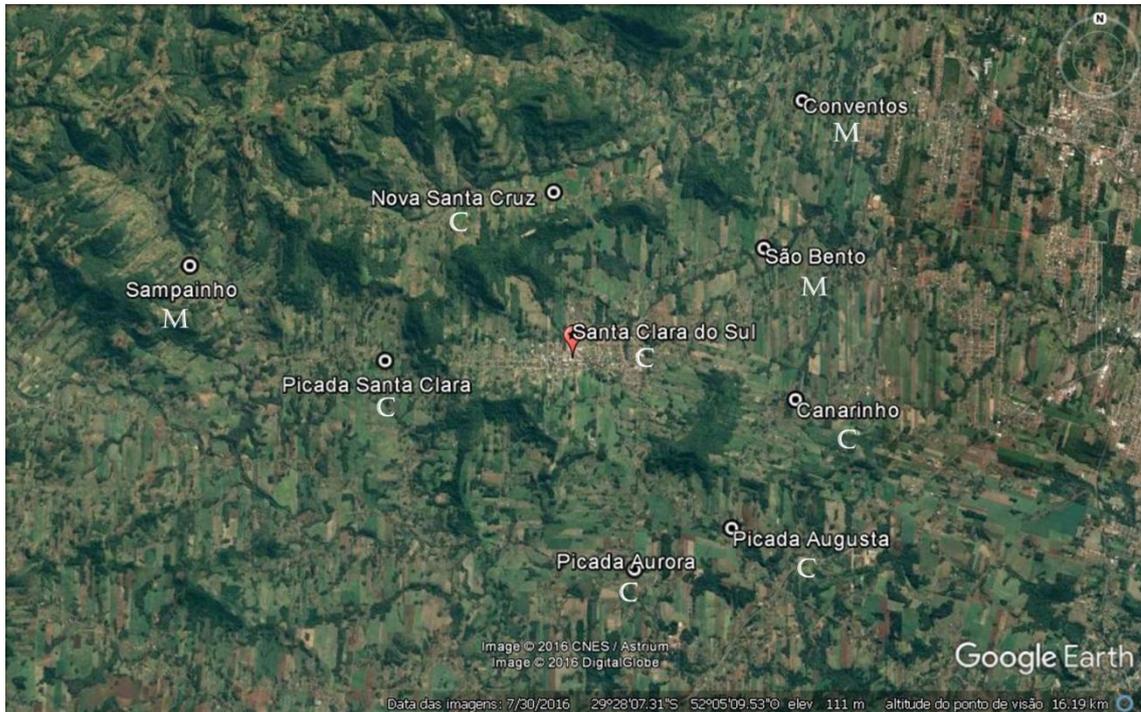
¹³¹ São exemplos Roche (1969), Rambo (1999) e Flores (2004).

¹³² RAMBO, 1999, p. 507.

¹³³ RAMBO, 1999, p. 512.

¹³⁴ FLORES, Hilda Agnes Hübner. **História da imigração alemã no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: EST, 2004, p. 109.

Figura 10 – Localidades¹³⁵ e suas representações religiosas



C: Exclusiva existência de templos católicos. M: Existência de templos católicos e evangélico-luterano

Fonte: da autora, 2016.

É possível observar que as localidades de Sampainho (Neu Berlim), Conventos (São José dos Conventos) e São Bento (Moinhos e São Bento), tornaram-se mistas, ou seja, com expressões e instituições tanto católicas quanto luteranas, caracterizando-se assim como a maioria das colônias germânicas em solo gaúcho. “A atestar a bipolaridade religiosa trazida pela imigração alemã, ainda hoje se encontram, ao longo das Linhas coloniais, dois templos de pontiagudas torres, um católico e outro evangélico [...]”.¹³⁶

Enquanto Santa Clara, Picada Santa Clara (Schuster), Nova Santa Cruz, Canarinho (São Bento), Picada Aurora e Picada Augusta permanecem essencialmente católicas, formando um conjunto bastante próximo, que mantêm seus laços de união através da atual Paróquia São Francisco Xavier, mesmo que as três últimas pertençam politicamente ao município de Cruzeiro do Sul. Em todas estas localidades, até a atualidade, existem somente capelas ou capelas-escolas católicas¹³⁷.

¹³⁵ Conforme nomenclatura e localização atual.

¹³⁶ FLORES, 2004, p. 107.

¹³⁷ Na área central, há algumas pequenas igrejas neo-pentecostais organizando-se.

Conforme relato do Pe. Alberto Träsel, ainda na primeira década de ocupação, há um conflito de interesses entre fieis de ambas as confissões religiosas, motivadas pelo professor Davi Hoffmann e a construção de uma escola. Enquanto os católicos buscavam a edificação de uma capela-escola, os luteranos defendiam a ideia de construção de um local apenas para as aulas. “A comunidade estava dividida, e o pequeno pugilo de católicos de verdade teve que sustentar uma luta heróica e renhida”¹³⁸. O término de tal disputa teria ocasionado a transferência do professor Hoffmann à Neu Berlim, a construção da capela-escola católica que passa a ser comandada pelo professor Mallmann em 1882 e “os acatólicos Augusto Frühauf e seu idoso pai, os primeiros moradores da Picada Augusta, e vários outros luteranos abandonaram Santa Clara”¹³⁹. Tal fato, provavelmente, bastante engrandecido pela narrativa do sacerdote pode, porém, ter sido um dos indícios de início de tais distanciamentos que podemos observar até a atualidade.

Nas primeiras décadas de imigração germânica ao Rio Grande do Sul os imigrantes germânicos, nas localidades às quais eram destinados, sem distinção religiosa, tinham de unir-se objetivando sobreviver às dificuldades impostas por sua nova realidade. “Os antagonismos confessionais só aparecem a partir do momento em que a vida material experimentou uma relativa organização. Tal lógica vale também para explicar as preocupações educacionais e associativas culturais”.¹⁴⁰ Nos parece que a modificação desta realidade, em alguns locais, foi impulsionada, ainda, pela organização católica – com a chegada dos padres jesuítas - e evangélico-luterana – com a organização dos sínodos.

Com a institucionalização religiosa, outros aspectos sociais relacionados à religião nas colônias sofrem influências. Após 1871, com a unificação da Alemanha, religiosos que chegam ao país e participaram deste processo, bem como novos imigrantes, passam a utilizar-se da religião como maneira de introduzir o sentimento de germanismo, de unidade cultural.

No decurso de uma primeira fase, que durou até 1938, o ensino, nas escolas católicas, era ministrado em alemão, o catecismo ensinado em alemão, os sermões pregados em alemão e os cânticos entoados em alemão. [...] A conservação dos costumes e da língua alemã era, pois, considerada necessária à devoção.¹⁴¹

¹³⁸ É importante observar-se que o relato de Träsel é bastante tendencioso, sendo que sempre há uma forte defesa aos interesses católicos e desprezo aos luteranos. TRÄSEL, 1969, p. 17.

¹³⁹ TRÄSEL, 1969, p. 18.

¹⁴⁰ RADÜNZ, Roberto. A organização cultural dos alemães no Vale do Rio Pardo. In: VOGT, Olgário Paulo; SILVEIRA, Rogério Leandro L. da. (Org.). **Vale do Rio Pardo: (re)conhecendo a região**. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2001, p. 151.

¹⁴¹ ROCHE, 1969, p. 684 e 685.

Os reflexos deste processo podem ser observados até a atualidade de maneira muito clara nas comunidades aqui observadas, onde a presença do dialeto alemão é recorrente em diferentes ambientes, desde familiares aos comerciais, escolares e religiosos.

Permanece também a influência religiosa, observa-se a continuidade de pessoas que participam de rituais católicos, tais como o batismo, a primeira eucaristia, a crisma e os casamentos.

Festividades religiosas também movimentam as comunidades, principalmente o *kerb* e os festejos dedicados aos padroeiros católicos. Historicamente, o *kerb* representa uma festividade importante para a sociabilidade nas distantes colônias, de diferentes maneiras¹⁴². “Entre elas figuram a relação direta com a instalação e inauguração da paróquia em época imediatamente posterior a colheita e, a relação direta com a festa alemã “Kirchmessel” – festa da igreja”¹⁴³. Não foi possível encontrar dados que tornassem possíveis estudos sobre estas festividades em Santa Clara no século XIX, porém observa-se que até a atualidade, cada comunidade santaclarenses anualmente continua festejando o *Kerb*.

Uma tradição alemã que integra a comunidade faz mais de 40 anos será festejada neste sábado, 4, em Nova Santa Cruz. Trata-se do Jantar-Baile de *Kerb* do EC Cruzeiro. O evento começa às 20h, quando será servido jantar com vários pratos característicos da culinária germânica, como bolinho de carne, saladas e três tipos de carne, além de cuca e linguiça à noite inteira.¹⁴⁴

Atualmente, o festejo realiza-se através de um baile aos sábados à noite, sendo comum que as comunidades visitem às outras no dia do evento. Percebe-se, portanto, a importância da religiosidade para as comunidades analisadas, desde as primeiras décadas de ocupação germânica até a atualidade, observando-se que a importância perpassa os sentidos religiosos, alcançando o social e o comunitário.

¹⁴² É importante enfatizar que, apesar das buscas empregadas, no âmbito deste estudo, não foi possível encontrar dados ou referências que tornassem possíveis análises mais aprofundadas sobre elementos pontuais do cotidiano santaclarenses no século XIX, tais como as festividades, relações inter-comunitárias e religiosas (matrimônios, *kerb*, entre outros).

¹⁴³ WOLF, Juçara Nair. Festa do Kerb: Espaços de Sociabilidade, Conflitos e Resistências. In: **Cadernos do CEON**, v. 13, n. 11, 1999, p.79.

¹⁴⁴ EC Cruzeiro realiza Jantar-Baile de Kerb. **A hora**, Lajeado, 04 jun. 2016. Disponível em: <<http://www.jornalahora.com.br/2016/06/04/ec-cruzeiro-realiza-jantar-baile-de-kerb/>>. Acesso em: 12 nov. 2016.

4.3 Desde o porto de embarque de São Gabriel até a Colonia de Nova Berlim: Qual o melhor caminho a tomar?

A representatividade política de imigrantes e descendentes em terras gaúchas passou por diversos obstáculos durante todo o período colonial. Inicialmente, as barreiras para a inserção iam desde as dificuldades linguísticas, até o não interesse das classes dominantes para com o movimento colonial que se iniciava na província sob orientação imperial. “Por outro lado, a política de D. Pedro I, ao que parece, estaria preocupada em instalar núcleos de pequenos proprietários para fazer frente ao poder dos grandes proprietários”.¹⁴⁵ Aos poucos, os próprios colonos sentem a necessidade de tal representatividade política e passam a surgir alguns personagens, tais como o Dr. João Daniel Hillebran, Frederico Haensel, Frederico Barttholomay e Karl von Koseritz em defesa “dos interesses e às necessidades do elemento teuto-brasileiro”.¹⁴⁶

Percebe-se, porém, que os germânicos que se destacam são em geral comerciantes, intelectuais e donos de indústrias que não só sentem uma maior necessidade de representação política, bem como, por seu crescente poder aquisitivo, passam a ter mais facilidade para adentrar ao sistema político vigente na província.

Nesse sentido, acreditamos não ser possível falar em comportamento político do “imigrante alemão”, mas sim de um comportamento político de um novo setor social: de comerciantes e industrialistas que tiveram uma atuação político-partidária, onde não é dito que o agricultor participava, mas sim era geralmente um espectador.¹⁴⁷

Através da análise de documentação consultada no Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul, pode-se observar que estes agricultores germânicos e teuto-brasileiros, quando sentem necessidade, deixam de ser espectadores e passam a tomar frente em suas reivindicações, buscando defender seus interesses e necessidades.

Estando a colônia de Santa Clara localizada ao lado direito do Rio Taquari, porém subordinada – politicamente e eclesialmente (para os católicos) – à Estrela, localizada do

¹⁴⁵ PESAVENTO, Sandra Jatahy. O imigrante na política rio-grandense. In: DACANAL, José Hildebrando. **RS: imigração e colonização**. 3. ed. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1996.

¹⁴⁶ WEIZENMANN, Tiago. “**Sou...como sabem**”: Karl von Koseritz e a imprensa em Porto Alegre no século XIX (1864-1890). 2015. 369f. Tese (Doutorado em História) - Programa de Pós-Graduação em História, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, p.10.

¹⁴⁷ KRAUSE, 2002, p. 96.

outro lado do rio, tornava-se muito importante a existência de caminhos e estradas de ligação entre as duas povoações. Diferentemente da atualidade¹⁴⁸, o percurso mais próximo para chegar à Estrela passava pela colônia São Gabriel (atualmente Cruzeiro do Sul), para dali cruzar o Rio Taquari.

Em processo duradouro (cerca de dez anos), colonos de Santa Clara, Neu Berlim, Santa Emília, São Gabriel e outras localidades, buscam solucionar um problema relacionado às estradas que faziam a ligação entre as colônias e o Rio Taquari, onde pessoas, animais e mercadores poderiam atravessar a barreira natural para, finalmente, chegar a Estrela.

Em 1877, quando todas as localidades ainda eram submissas à Câmara de Taquari, colonos de Santa Clara, Neu Berlim e Santa Emília enviam um ofício ao presidente legislativo.

Os abaixo *assignados* moradores nas colônias de S. Clara, Nova Berlim e Sta. Emília, vem *reprezentar* a [ilegível] contra empreendimento de João Henz por ter posto duas *cancellas* na estrada real que vem das colônias a cima indicadas, quando é de lei ou [ilegível] nas linhas coloniais não haver *cancellas* que estorvem o transito. [...] Colônia S. Clara 10 de *september* de 1877.¹⁴⁹

Após solicitarem então a presença de um fiscal para que a estrada fosse aberta novamente, pelo também colono João Henz, quase sessenta colonos assinam a petição. A mobilização do grupo demonstra a real importância de tal estrada de ligação para esta população, bem como a consciência em relação à legislação que vigorava nas áreas coloniais.

Com a elevação de Estrela para a categoria de Vila, em 1882, não tendo o problema sido resolvido, cabe à nova Câmara buscar a solução. Em 21 de maio deste mesmo ano, o colono Peter Weber pede esclarecimento à Câmara relacionado às estradas de ligação entre as colônias e o Rio Taquari.

O abaixo *assignado* Peter Weber colono da Picada de St. Clara, 2º distrito deste Município pede a *Camara* Municipal para declarar que rumo vai ter o caminho desde o Porto da embarca de St. Gabriel até a colônia de Nova Berlim. O peticionário pergunta se o caminho que o Sr. Primordio de Azambuja tratou de abrir a vinte palmos de largura com o governo provincial no *anno* de 1872 e segue *pello assude* de Jozé Bohn, corta um pedaço da fazenda de St. Gabriel, entra nas terras dos herdeiros da viúva da dona Rita e passa as terras do Sr. Primordio de Azambuja e segue assim na colônia de St. Emilia, se *he* mandado por lei? A dita estrada fica pouco freqüentada porém a outra que se *desaparta* da primeira perto do engenho passa por um pedaço das terras da fazenda de St. Gabriel entra na picada Augusta, passa o travessão da fazenda St. Gabriel e de St. Bento, e dali

¹⁴⁸ Atualmente a ligação entre os municípios de Santa Clara do Sul e Estrela realiza-se pela BR386, no município de Lajeado.

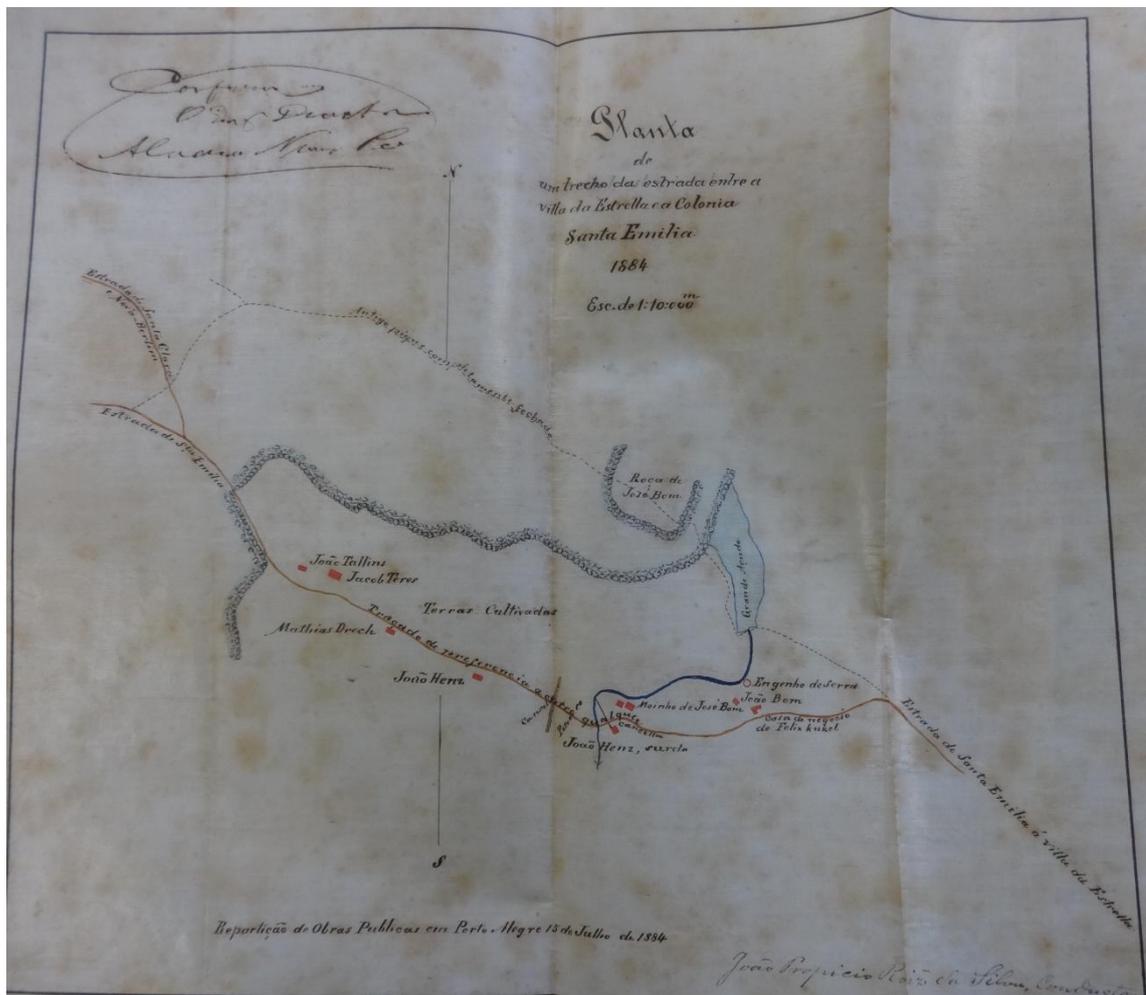
¹⁴⁹ AHRS. Fundo Autoridades Municipais; Maço 73; Câmara Municipal de Estrela, 1885.

quebra e entra na picada de St^a Clara, passa *ella* de todo comprimento e entra na colônia de Nova Berlim. Esta foi feita por Antonio Fialho de Vargas filho e fica freqüentada pela picada de St.Painho e St.Paio, entra finalmente no *Herval* que *imenda* Cima da Serra e o Campo. Esta segunda Estrada fica freqüentada de 110 colonos fora das *troperas* de *herva de matte* e das de Cima da Serra e Campos com *animaes* e gados e tendo só uma largura 20 – 25 palmos e *travancada* por diversas *cancelllas* etc, vem respeitosamente o abaixo *assignado* pedir a *Camara* municipal que se digno de mandar por uma Comissão a custa da *Camara* se informar. Pede mais que esta estrada seja *abrida* por menos que 80 palmos de largura, mudado em alguns lugares, e restaurada de maneira que se podem passar com carros. Pede a *Camara* municipal que aja deferir na forma requerida de [...]
 Picada St^a Clara 21 de maio de 1882
 Peter Weber¹⁵⁰

Pareceu-nos importante transcrever tal documento na íntegra, por conta de todos os detalhes elucidados neste requerimento registrado pelo colono Weber, em relação à localização de cada estrada, sua condição, sua importância, bem como os financiadores de cada uma das empreitadas. O mapa abaixo, que também faz parte da documentação do processo, ilustra a localização de ambas as estradas.

¹⁵⁰ Idem.

Figura 11 – Planta de um trecho da estrada entre a villa de Estrella e a Colônia Santa Emília – 1884



Fonte: AHRS. Fundo Autoridades Municipais. Maço 73. Câmara Municipal de Estrela, 1885.

Tendo a Câmara Municipal decidido por manter a estrada real, aberta por Primórdio de Azambuja, os colonos de Santa Clara não aceitam tal decisão, sentindo-se prejudicados por não haver uma boa estrada que passasse pela colônia e permitisse as importantes ligações da mesma com Neu Berlin e com São Gabriel. Representados por Peter Weber e Jacob Maldaner, seguem solicitando a abertura da antiga¹⁵¹ estrada aberta por Antonio Fialho de Vargas Filho, chegando a dirigir-se à presidência da Província, para que a mesma solucione o caso. O mapa acima apresentado é resultado de expedição de reconhecimento realizada a mando da presidência.

¹⁵¹ Apesar de a mesma não ter mais de duas décadas é assim denominada em vários documentos.

Ao mesmo tempo, João Henz – o surdo como é apelidado, por haver um vizinho com nome homônimo – e seus filhos, buscam defender seus interesses, frente à Câmara Municipal e também à presidência provincial.

Em cumprimento ao despacho do Ex^o Sr Presidente da Província de 29 de Maio de 1883 vem a presença de V.V.S.S. a comissão de estradas d'esta *Camara* dar parecer sobre a reclamação feita a Presidência da Província pelo cidadão Miguel Henz em nome de seu pai João Henz.¹⁵²

Tal comissão, após visitar as duas estradas, posiciona-se contra a reabertura da estrada aberta por Fialho de Vargas Filho – que passava por Santa Clara - e a favor da continuidade de uso da estrada aberta por Azambuja. Concluiu, em 07 de agosto de 1883, que a colocação das cancelas por parte dos Henz era totalmente infundada, bem como que a abertura da outra estrada custaria valores muito altos aos cofres públicos, pelas dificuldades naturais que teriam que ser ultrapassadas.

Finalizando pois a comissão é de parecer que não pode ser mudada a posição da estrada, 1^o: por ser *ella* pública provincial; 2^o: por ser a única que pode satisfazer as necessidade públicas; 3^o: porque a sua mudança só traria gravame para a indústria e prejuízo para o Commercio.¹⁵³

O prejuízo industrial e comercial faz referência à existência de uma casa comercial e dois moinhos próximos ao percurso que é solicitado pelos Henz e pelos colonos santaclarenses. No mesmo documento, a comissão faz referência a isto ao mencionar que:

[...] na beira de um açude que move um engenho de serra de madeira de lei, e um moinho pertencentes ao cidadão José Bohn [...]. Ora, prejudicar um proprietário e industrial que não tem capital inferior a dez contos de réis empregados nas suas industrias, obrigar a moradores e obviamente aos perigos de um não caminho, onerar a Camara com desapropriações sem vantagens imediatas [...].¹⁵⁴

Os discursos aqui se tornam, portanto, contraditórios. Enquanto Peter Weber em sua solicitação à Câmara, realizada no ano de 1882, esclarece a importância econômica da estrada dos Fialho para as mais diferentes colônias, mas também para o escoamento da produção dos ervais, a comissão designada pela Câmara Municipal não vê tais vantagens. Percebe como desvantajosa economicamente, sendo bastante onerosa sua abertura bem como sua manutenção.

Ainda durante os trabalhos de tal comissão, nomeada após solicitação de Miguel Henz à presidência provincial, os colonos, porém, não desistem. Representando, mais uma vez, a

¹⁵² AHRS. Fundo Autoridades Municipais; Maço 73; Câmara Municipal de Estrela, 1882 – 1884.

¹⁵³ Idem.

¹⁵⁴ Idem.

comunidade, Peter Weber dirige-se então ao Ministério da Agricultura provincial, queixando-se da Câmara de Estrela e das dificuldades que a mesma vem colocando sobre a abertura da necessária estrada para ligar Santa Clara à estrada Real e finalmente ao Rio Taquari.

Diz o supplicante que no anno de 1873 foi pelo diretor da Colonia de Nova Berlim, o Sr. Antonio Fialho de Vargas, traçado uma estrada, na extensão de 25 palmos de largura, que deverá seguir desde o porto de embarque de São Gabriel até a Colonia de Nova Berlim [...]. Esta estrada, construída pelo empreiteiro Augusto von Frühaus, serviu durante alguns annos muito bem aos interesses dos numerosos colonos, moradores d'aquelles terrenos, até que a Camara Municipal de Santo Antonio da Estrella, - não sei porque interesses inconfessáveis – resolveu dar-lhe em parte uma nova direção obstruindo o caminho até então seguido.¹⁵⁵

Esta solicitação resulta no envio de uma comissão provincial para buscar resolver tal situação que tanto se alastrava e a ninguém parecia contentar. Os representantes percorrem ambos os caminhos e é desta visita que resulta o ilustrativo mapa acima apresentado, datado de 15 de julho de 1884. A comissão também conclui que a melhor passagem, para ligar Santa Emília à Estrela, é aquela interrompida por João Henz e seus filhos.

[...] É fora de dúvida que é esse o melhor traçado, tanto isto é verdade que ali *encontrão-se* regulares propriedades, aonde vê-se uma grande Casa de negócios, um engenho de serra e outro de moer, sendo as demais habitações *occupadas* por agricultores, os quais ficarão privados do que é realmente bom, para irem a demanda do antigo pique, que alem de não ser o terreno em melhores condições, ainda teria de transpor um enorme açude [...].¹⁵⁶

Por mais alguns anos o problema continua a existir: João Henz e os filhos continuam com as cancelas que trancam a estrada, os que necessitavam passar por ali mobilizam-se para abrir o caminho (chegando a haver eventos de tensão e violência) e os colonos de Santa Clara e comunidades próximos continuam pedindo a abertura da outra estrada que mais lhes interessava.

Em informe de 22 de agosto de 1885 esclarece-se a situação em que se encontrava tal discussão. Considera-se que o pedido de João Henz surdo, por uma indenização para que a estrada pudesse passar por sua casa, era indevida. Pois o mesmo traçado existia desde 1872 ou 1873 e nada havia dito anteriormente em relação a tal passagem em frente à sua casa, bem como se o mesmo recebesse a indenização solicitada, iria abrir-se um precedente para que outros colonos também fizessem tal solicitação. Além disso, o colono recebe da Câmara uma multa pelos problemas causados a tantas pessoas. Buscando solucionar o problema, os

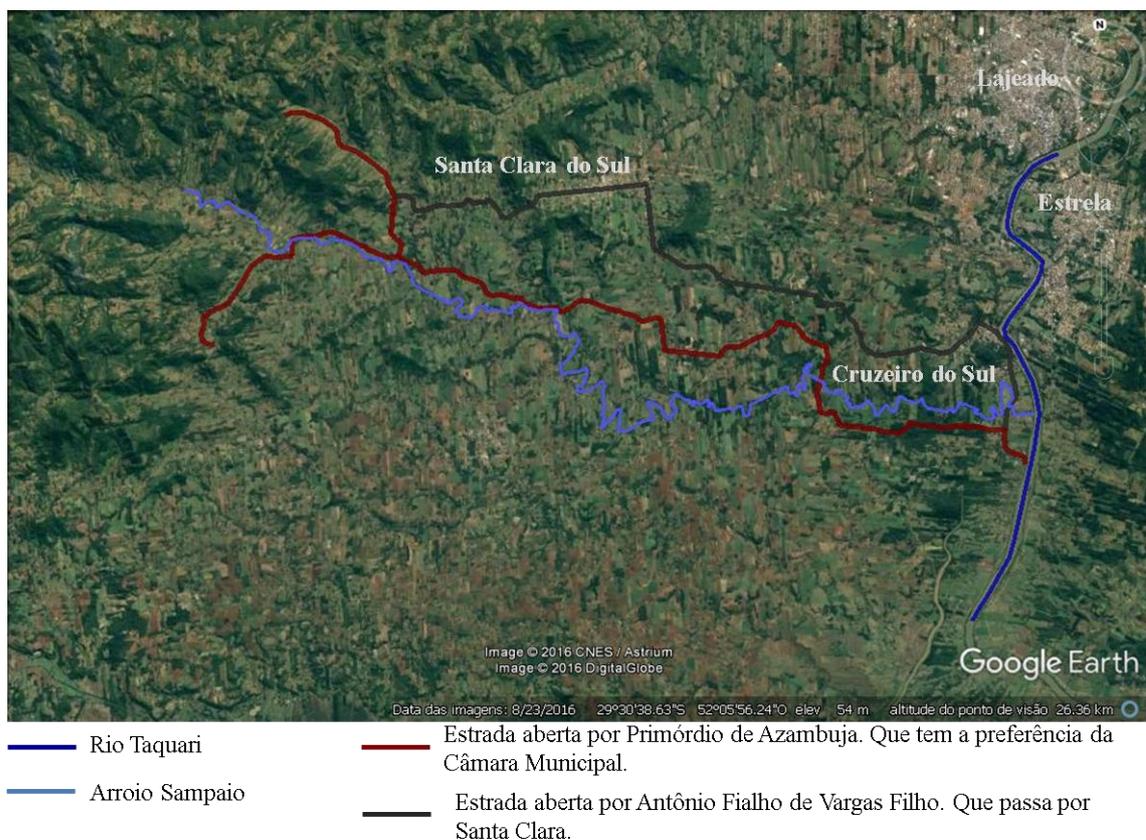
¹⁵⁵ AHRs. Fundo Autoridades Municipais; Maço 73; Câmara Municipal de Estrela, 1882 – 1884.

¹⁵⁶ Idem.

próprios colonos desviam a estrada para que não passasse mais pelas terras dos Henz, permitindo assim a comunicação necessária entre Santa Emília e Estrela.

Para melhor ilustrar a localização de ambas as estradas, bem como para que possa ser possível a compreensão da importância destes caminhos para o desenvolvimento das colônias envolvidas, realizou-se uma projeção atual da localização destes caminhos, envolvidos em tão importante e longa disputa.

Figura 12 – Provável traçado das estradas em disputa



Fonte: da autora, 2016.¹⁵⁷

Observando este mapa é possível perceber que, em realidade, ambas as estradas foram mantidas. A estrada aberta por Fialho de Vargas parece-nos ser bastante importante para o desenvolvimento da colônia Santa Clara e das demais em seu entorno. Com o traçado praticamente mantido, passa atualmente onde é o centro da cidade de Santa Clara do Sul,

¹⁵⁷ Foi possível a realização desta projeção a partir da análise dos documentos que fazem parte de todo o processo, bem como do auxílio de fontes orais conhecedoras da região.

sendo que neste trajeto fica a avenida principal¹⁵⁸ do pequeno município. Continua fazendo a ligação entre as picadas Augusta e Aurora, o centro da cidade e a comunidade de Sampainho (colônia Neu Berlim). É também utilizada para locomoção aos municípios serranos, como Sério e Boqueirão do Leão.

Observa-se que, geograficamente, seu percurso é realmente mais difícil, por estar localizada junto à encosta da serra, possuindo assim uma maior quantidade de morros (em geral, bastante íngremes e rochosos) e de pequenos córregos e arroios. Enquanto que o outro trajeto seguia por uma extensão muito mais plana. Sendo, portanto, compreensível a resistência da Câmara Municipal de Estrela, em relação aos custos que poderiam ser gerados para a abertura e manutenção deste caminho.

Em requerimento constante em ata da Câmara Municipal de Estrela em 05 de abril de 1889, é concedido auxílio financeiro para o melhoramento da estrada que liga Santa Clara à Neu Berlim.¹⁵⁹ Percebendo-se assim, que a ligação entre as duas colônias continua a existir, bem como passa a receber investimentos municipais para a sua manutenção.

Através destes episódios é possível perceber que os colonos de Santa Clara buscavam de fato fazer-se ouvir, contrariando as muitas teorias de que estas colônias viveram décadas de isolamento cultural e político, tão recorrente na bibliografia sobre a instalação de imigrantes no Rio Grande do Sul. Percebe-se nessas ações o protagonismo dos imigrantes que reivindicavam melhores condições de vida, e que encontraram os canais para a sua manifestação política.

4.4 *Nos sofrimentos dessa guerra fratricida também ela foi envolvida: Invasão maragata à Santa Clara*

Outro fato marcante para a Colônia nestas primeiras décadas de sua organização foi a invasão de combatentes Maragatos¹⁶⁰ à Vila Santa Clara, ocorrido no dia 28 de maio de 1895. O grupo que invadiu a localidade era composto, principalmente, de antigos moradores do

¹⁵⁸ Avenida 28 de Maio.

¹⁵⁹ AHRS. Fundo Autoridades Municipais; Maço 351; Atas da Câmara Municipal de Estrela, 1881 – 1889, sessão de 05 abril de 1889.

¹⁶⁰ Grupo inserido na Revolução Federalista, que ocorria por toda a Província do Rio Grande de São Pedro.

território, que ali já estavam estabelecidos antes da comercialização dos lotes pela Companhia de Fialho de Vargas e que são expulsos para as regiões mais altas quando chegam os novos colonizadores. Estes passam a comercializar erva-mate e madeira para as regiões baixas, com grandes dificuldades para o transporte de seus produtos por conta das longas distâncias a percorrer.¹⁶¹

Na revolução federalista distinguiu-se por sua reação heróica ante a ameaça de aniquilamento feito pelo “partido” dos serranos, um grupo de ervateiros ex-possesores, que aproveitou da Revolução para reaver “direitos” perdidos.¹⁶²

Assim, estes grupos começam a seguir integrantes do Partido Federalista, como Zeca Ferreira, no Vale do Taquari, e passam a também integrar o grupo deste líder. Para sustentar-se, o grupo utiliza como tática exigir de algumas comunidades mantimentos alimentícios e bens materiais (como animais e jóias), e caso as exigências não fossem aceitas, era comum a prática do saque às localidades.

A Vila Santa Clara teria recebido diversas correspondências do grupo de Zeca Ferreira exigindo tais ‘auxílios’. Em primeira instância os colonos teriam aceito os pedidos, enviando alimentos, cavalos e gado para o bando.¹⁶³ “E os santaclarenses mantiveram sua palavra, enviando as tropas, por duas vezes, 8 carroças lotadas com gado para o corte e mantimentos. Em compensação, foram poupados [dos violentos ataques praticados pelo bando]”.¹⁶⁴

Porém, com o passar dos meses, Zeca Ferreira e seu bando passam a assaltar as comunidades próximas à Santa Clara, tais como Neu Berlim, Picada Aurora e Picada Augusta. Temendo por um eminente ataque, os colonos começam a se organizar para defender-se dos invasores, quando isso ocorresse. Como líder, os santaclarenses tinham “[...] José Diel, colono ponderado e sensato, calmo e enérgico, com 32 anos de idade, pai de 4 filhos”.¹⁶⁵ Este que já havia sido o intermediário das anteriores negociações com os maragatos, passa a liderar o movimento de organização e armamento para defesa da comunidade.

¹⁶¹ SCHORR, Ana Paula. **A revolução federalista em Santa Clara do Sul**: a versão dos descendentes dos combatentes. 47 f. Monografia (Bacharel em História) - Curso de História, Centro Universitário Univates, Lajeado, 2007.

¹⁶² FLORES, Hilda Agnes Hübner. **História da imigração alemã no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: EST, 2004, p. 50.

¹⁶³ SCHORR, 2007.

¹⁶⁴ FIRMBACH, Teodoro, 1896. Apud TRÄSEL, 1969, p. 36.

¹⁶⁵ FIRMBACH, Teodoro, 1896. Apud TRÄSEL, 1969, p. 36.

A tensão aumenta quando em 4 de abril de 1895, em saque à residência de José Rockenbach, em São Rafael, maragatos levam consigo o pedreiro que realizava seus trabalhos na casa invadida. Este era um morador de Santa Clara, que é levado até a Picada Augusta.

Casualmente, encontrava-se ali, na primeira casa que invadiram um irmão da vítima, o qual também foi aprisionado. Em seguida, os “valentes” patifes cavalgaram para São Bento e Santa Clara, onde vasculharam em primeiro lugar as residências das duas vítimas. [...] A toda pressa, galoparam agora esses “descendentes” bandidos para a casa do colono Miguel Ruschel Sobrinho, cercaram a moradia, e quando o dono da mesma apareceu na soleira da porta, deram-lhe uma forte pancada na cabeça, fazendo-o cair ao chão. Amarram-no, juntamente com seu filho de quinze anos de idade, iniciando em seguida a depredação da casa.¹⁶⁶

Sendo Miguel Ruschel residente em Santa Clara, este ataque é entendido pelos colonos como uma declaração de rivalidade. Percebendo que mais uma invasão não tardava a ocorrer, sob o comando de Diel, mobilizam-se e conseguem criar na localidade uma guarda civil, recebendo então armamento para defesa em caso de invasão maragata. “Alguns moradores santaclarenses dirigiram-se então imediatamente a cavalo a *Pôrto Alegre*, onde conseguiram algumas armas de boa qualidade”.¹⁶⁷

Durante o mês de maio armava-se, de ambos os lados, as reações à invasão que ocorreria. Diel troca algumas cartas com o capitão Antônio Ribeiro dos Santos, federalista, que avisa e ameaça a comunidade de que Zeca Ferreira estaria a caminho com uma tropa de 1000 homens para invadir a colônia. Em resposta, José Diel e os colonos, reiteram o não rendimento da comunidade frente aos maragatos.

A invasão ocorre na manhã de 28 de maio de 1895.

O combate se deu em sucessivas invasões, com o recuo dos revoltosos no final, contabilizando alguns óbitos. [...] O combate durou aproximadamente três horas, sempre com novos recrutas, com armamento sendo renovado e um intenso tiroteio. Ao final foi interceptado um novo grupo liderado pelo capitão Ribeiro Santos que pretendia atacar a comunidade por outro lado [...].¹⁶⁸

Envolto pelo imaginário do heroísmo dos combatentes colonos, frente aos maragatos, a história deste dia continua bastante presente para a comunidade de Santa Clara. Os registros existentes são bastante duvidosos, pois, em sua maioria, baseiam-se na história oral, que foi passando de geração em geração e vangloriando os antepassados, chamados pela comunidade

¹⁶⁶ Idem, p. 37.

¹⁶⁷ Idem.

¹⁶⁸ SCHORR, p. 2007, p. 35.

de ‘combatentes’. Nos relatos, a quantidade de invasores varia drasticamente (de 400 a 35 maragatos, por exemplo), enquanto que os colonos em batalha seriam 50. O nome destes encontra-se no monumento em sua homenagem (ANEXO III), localizado junto ao local da batalha, onde há também um busto em homenagem à José Diel.

O dia 28 de maio de 1895 tornou-se, portanto, um marco na história santaclarenses, dando origem ao nome da principal avenida da localidade, merecendo um feriado municipal, um monumento em sua homenagem e o nome de vários imigrantes lembrados, referenciando os colonos combatentes.

A comunidade, para os teuto-brasileiros, era vista como seu porto seguro, visto que ali se encontravam seus semelhantes, aqueles que se ajudavam nos momentos difíceis, bem como nas necessidades coletivas, tais como a escola e a igreja. “Ao falar em comunidade estamos preservando um termo valorizado na ideologia étnica teuto-brasileira em muitos planos, e cujo corolário mais óbvio é o privilegiamento do coletivo”.¹⁶⁹ O ocorrido em 28 de maio de 1895 em Santa Clara é, portanto, mais uma demonstração do pensamento coletivo, e das formas de mobilização que a comunidade encontra para a defesa de seus interesses.

4.5 Caracterização de Santa Clara em fins do século XIX

Passados cerca de vinte e cinco anos após a chegada dos primeiros colonos germânicos à Santa Clara, a comunidade já se encontra organizada, com escola, igreja, estradas sendo abertas e novas associações surgindo.

Resultante da invasão maragata de 28 de maio, ainda no mesmo ano de 1895, é fundada a Sociedade Alemã de Atiradores de Santa Clara. Sob o comando do Coronel José Diel¹⁷⁰, tinha como objetivo principal “[...] proporcionar aos seus associados instrução adequada, teórica e prática sobre o manejo correto de armas de fogo através de exercícios organizados de tiro, além de promover e conservar entre seus membros, mediante palestras

¹⁶⁹ SEYFERTH, 1994, p. 15.

¹⁷⁰ Pela liderança em relação ao conflito com os maragatos, Diel é naturalmente eleito presidente da recém fundada Sociedade de Atiradores.

familiares, a união e os bons costumes, na vida social”.¹⁷¹ A Sociedade, bastante organizada em seu princípio, tinha um estatuto próprio, impresso em Porto Alegre, que consta na íntegra no Álbum Jubilar de autoria do Pe. Alberto Träsel, citado, como no original, em língua alemã.

Sua população caracterizava-se por uma grande quantidade de colonos agricultores, que possuíam na pequena propriedade familiar seu meio de sustento e subsistência para as numerosas famílias que ali se multiplicavam. As áreas de terra adquiridas pelas famílias eram, em geral, de meia colônia, o equivalente a cerca de 16 hectares¹⁷², sendo que nesta estabeleciam sua moradia, a estrebaria e a lavoura.

Tomemos como exemplo o caso do colono João Schabach, morador de Picada Augusta, que falece em 1892, deixando 11 filhos. O mais velho destes, João Filho, com apenas 21 anos e solteiro, é o responsável pela tramitação de seu inventário, enquanto que o mais novo, Emílio, tinha apenas dois meses de idade. Seus bens resumiam-se à sua meia colônia - na qual havia uma pequena casa de moradia, outra em construção e um galpão -, alguns móveis, e alguns animais – um cavalo, duas vacas, dois terneiros e quarenta porcos.¹⁷³ Apesar de bastante humilde, com pouco tempo de estabelecimento, este colono e sua família aos poucos conseguia prosperar e sobreviver frente às dificuldades encontradas.

Alguns outros colonos, porém, despontavam como lideranças comunitárias importantes, tais como José Diel, Nicolau Klein¹⁷⁴ e Pedro Adams. Este último, proprietário de uma casa comercial, possui capital que lhe permite realizar empréstimos aos outros colonos, sob condição de juros de 6% ao ano.¹⁷⁵ Seus filhos também seguem empreendendo, iniciando uma fábrica de calçados e continuando com sua casa comercial,¹⁷⁶ que permaneceu em funcionamento durante todo o século XX, passando de geração em geração.

Christiano Ely, porém, parece ser um colono que buscava investir em novas colônias. Falecido em 26 de outubro de 1904, em Santa Clara, deixa a esposa Carolina e treze filhos (ANEXO IV), tendo o mais novo apenas um ano de idade. Além de alguns móveis, um cavalo e oito porcos, o colono possuía três áreas de terra: uma na qual residia, em Santa Clara, outra

¹⁷¹ TRÄSEL, 1969, p. 39.

¹⁷² A maioria dos colonos possuía a denominada ‘meia colônia’ que correspondia a 50.000 braças quadradas. É necessário, portanto, ser feita a conversão para hectares (medida de área de terras usualmente adotada atualmente).

¹⁷³ APERS. Cartório Orphãos e Ausentes de Lageado, inventário de João Schabach, 1892.

¹⁷⁴ Sub-comandante civil de Santa Clara, dono de frigorífico. TRÄSEL, 1969, p. 32.

¹⁷⁵ APERS. Cartório Orphãos e Ausentes de Lageado, inventário de Christiano Ely, 1904.

APERS. Cartório Orphãos e Ausentes de Lageado, inventário de Jacob Kaiser, 1905.

¹⁷⁶ TRÄSEL, 1969, p. 20.

em São Gabriel e uma na colônia de Anta Gorda. Observando-se que as duas últimas não estavam sendo ocupadas, e que Anta Gorda localiza-se distante do local de residência da família é possível, portanto, que Ely tivesse como intencionalidade investir valores nestas áreas para após revendê-las.¹⁷⁷

[...] Era filho de Pedro Ely (o moreno) que veio solteiro aos 18 anos de idade da Alemanha para Caí. Cristiano emigrou de Caí pelo ano de 1888 para Santa Clara, onde faleceu ao 43 anos de idade, devido a um coice de cavalo, no ventre. Enquanto o médico o operava, o professor Augusto Muller, dirigiu-se com os alunos à capela, rezava com os meninos o terço pelo acidentado que todavia faleceu em seguida.¹⁷⁸

Percebe-se a partir do escrito pelo Pe. Träsel, que Christiano Ely é mais um exemplo destes colonos que migraram das antigas colônias para Santa Clara, sendo descendente de alemães, um teuto-brasileiro. A narrativa da morte deste colono demonstra ainda o forte envolvimento religioso desta comunidade. Quando acontece o acidente com o morador, o professor da comunidade leva seus alunos à capela para que rezem pela sobrevivência de Ely. Percebe-se um comprometimento com os integrantes da comunidade, ao mesmo tempo em que evidencia que a religião estava claramente presente nos diferentes âmbitos da sociedade, como neste caso, na escola.

Outra demonstração da ‘forte potência católica’ que caracterizava Santa Clara é o evento sediado pela comunidade em 1899: o 2º Congresso Geral dos Católicos do Rio Grande do Sul, ocorrido na Vila Santa Clara entre os dias 14 e 16 de abril de 1899.¹⁷⁹ Parte de um movimento introduzido pelos jesuítas no Rio Grande do Sul, inspirados em eventos semelhantes que ocorriam na Alemanha, “os congressos eram, como parece a primeira vista, grandes e solenes encontros de católicos de descendência alemã”.¹⁸⁰ Após a realização do primeiro Encontro, em 1898, em Harmonia, no ano seguinte, Santa Clara recebe a segunda edição do evento.

Em uma das poucas fontes encontradas sobre o evento, o Padre Träsel realiza uma grande e detalhada descrição de cada um dos três dias de evento, das impressões e resoluções do encontro. Este teria reunido cerca de 3.500 pessoas, advindas tanto de colônias próximas como Lajeado, Estrela, Santa Cruz e Venâncio Aires, quanto das mais distantes como Feliz,

¹⁷⁷ APERS. Cartório Orphãos e Ausentes de Lageado, inventário de Christiano Ely, 1904.

¹⁷⁸ TRÄSEL, 1969, p. 31.

¹⁷⁹ Idem.

¹⁸⁰ WERLE, André Carlos. “A revista de tropas do exército católico”: os Congressos Católicos realizados pelos Jesuítas alemães no sul do Brasil. In: **Revista Esboços**, v. 11, n. 11, 2004.

Harmonia, São Salvador¹⁸¹, Montenegro e Dois Irmãos. A organização da comunidade para receber tal evento foi grandiosa, com a construção de um grande pavilhão com energia elétrica e organização das famílias para acolher, hospedar e alimentar os visitantes e seus animais.¹⁸²

O evento, além do lado religioso, destina parte de seu período para reuniões, palestras e discussões de assuntos de necessidade da população germânica nestas colônias. São realizadas discussões e orientações de diferentes questões pertinentes aos colonos, desde o manejo agrícola, às necessidades comunitárias e escolares. “O 2º Congresso efetuou-se em Santa Clara, de Lajeado, em 1899, onde foi estabelecida a criação de uma Escola Normal para a formação de novos professores”.¹⁸³ Esta decisão ilustra a importância de eventos como este para a população teuto-brasileira, pois além de uma maneira de encontro e confraternização, representava a capacidade de mobilização do grupo. Ao integrar questões vinculadas à identidade étnica e religiosa dos imigrantes e seus descendentes, os Congressos representavam um importante espaço de atuação e tomada de decisões relacionadas ao contexto das colônias.

No fim do século XIX, Santa Clara, já pertencente ao município de Lajeado,¹⁸⁴ caracterizava-se, portanto, como uma pequena colônia, ainda dividida em lotes coloniais e pela produção primária de subsistência. Sua população, formada majoritariamente por germânicos e seus descendentes, apresentava uma forte identidade católica, incentivada pelas realizações dos padres jesuítas que haviam se instalado na região. Havia ainda o estabelecimento de organizações comunitárias, visando suprir as necessidades e os interesses dos colonos, evidenciando o seu protagonismo no contexto local.

¹⁸¹ Atualmente a cidade de Salvador do Sul.

¹⁸² TRÄSEL, 1969.

¹⁸³ TREVISAN, Albino. **Respiga Marista: educação e ação social marista no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2009, p. 18.

¹⁸⁴ Criado em 1891.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Santa Clara, uma fazenda de propriedade de Fialho de Vargas, foi loteada e colonizada a partir de 1869. Localizada no Vale do Taquari, na região central do Rio Grande do Sul, caracteriza-se por ser, portanto, uma colônia privada, recebendo migrantes germânicos advindos em sua maioria das chamadas colônias velhas localizadas na região de São Leopoldo.

Este movimento migratório, denominado enxamagem, surgiu na segunda metade do século XIX quando as antigas colônias já não mais comportavam a todos seus habitantes de maneira satisfatória. Após três décadas da chegada dos primeiros imigrantes germânicos à província, sendo estas famílias caracterizadas pela alta taxa de natalidade, nas colônias velhas, não há mais novas áreas de terra que possam ser comercializadas para as novas gerações, bem como para os imigrantes recém-chegados.

Em regiões relativamente próximas a São Leopoldo, com rios navegáveis que possibilitaram uma fácil comunicação com a colônia-mãe, como por exemplo, os vales dos rios Caí, Jacuí e Taquari, vão surgindo estas novas colônias particulares. Caracterizadas pelos empreendimentos de grandes latifundiários, que loteiam e revendem lotes de terras aos imigrantes germânicos e seus descendentes.

No Vale do Taquari, a comercialização de áreas coloniais iniciou-se em meados da década de 1850, quando em ambos os lados do Rio surgem empreendimentos imobiliários. O empreendedor que se destacou no lado direito do rio, foi Antônio Fialho de Vargas, que através de sua empresa Batista & Fialho Cia, funda a Colônia dos Conventos, junto a um grande paredão rochoso. Ano após ano, instalavam-se nas áreas coloniais revendidas por Fialho, mais e mais famílias de germânicos, majoritariamente advindos das colônias velhas.

Sabe-se, também, que o empreendedor firmou alguns contratos na Europa, a fim de trazer novos imigrantes à região.

Objeto deste estudo, a colônia de Santa Clara, distante cerca de 20 km da Colônia dos Conventos, chama atenção por caracterizar-se pela forte presença de católicos em seu território. Pode-se observar que tal fato foi provavelmente o resultado de um processo iniciado já na seleção dos colonos aptos para adquirir terras nesta região sendo, portanto, uma colônia germânica católica.

Algumas disputas religiosas entre católicos e luteranos surgem ainda nas primeiras décadas de ocupação. Observa-se que o ‘reduto luterano’ mais próximo localizava-se na Colônia Neu Berlin, caracterizada como uma colônia mista, já que além de luteranos, havia também católicos em seu território. Estes, provavelmente, relacionavam-se de maneira mais harmoniosa, comparativamente ao ocorrido em Santa Clara, onde os luteranos não eram muito bem vindos.

Através de um processo envolvendo a manutenção de estradas para ligar as colônias ao porto de São Gabriel, objetivando chegar à Estrela, pode-se observar a atividade política dos colonos de Santa Clara, bem como suas relações com outras pequenas localidades próximas, tais como Picada Aurora, Picada Augusta, São Bento, Nova Santa Cruz e São Gabriel. Percebeu-se que os colonos, representados por alguns líderes, tinham ativa participação política, caracterizada principalmente pela defesa de seus interesses e necessidades. Para tanto, não mediam esforços, chegando os mesmos a recorrer ao governo provincial quando não atendidos pela Câmara Municipal de Estrela.

Ainda no século XIX os colonos santaclarenses logram organizar-se nas novas colônias adquiridas, apesar das diversas dificuldades iniciais encontradas, tais como a vegetação nativa, o desconhecimento da natureza e dos animais, bem como as longas distâncias dos centros comerciais. Constroem-se as primeiras capelas-escola, importante espaço de integração social, religiosa e comunitária da colônia. Estes também são os locais das aulas destinadas às crianças, características tão importantes para os germânicos.

Outro fato marcante foi a conhecida batalha contra os maragatos, revolucionários da Revolução Federalista, temidos nas regiões coloniais pelos sangrentos saques realizados às pequenas vilas. Após ameaças realizadas durante alguns meses, bem como saques realizados nas comunidades próximas, os colonos de Santa Clara organizam-se para defender suas

famílias e suas casas. No dia 28 de maio de 1895, adentram os maragatos à pequena colônia, e após algumas horas de trocas de tiro intensas entre ambos os lados, os invasores são derrotados. Os defensores entram para a história como os “bravos combatentes santaclarenses”. Este ocorrido inspira e instiga histórias contadas de geração em geração, bem como recebe diversas homenagens, como o nome de ruas, avenida e um feriado municipal, e representa a união da comunidade em sua defesa.

Ao final do século XIX, a população de Santa Clara caracterizava-se pela forte presença de imigrantes germânicos e seus descendentes, em geral pequenos agricultores, com numerosas famílias e muitos anseios para o futuro. Identificados étnica e religiosamente, os moradores uniam-se em espírito de comunidade. No entanto, havia preocupações que congregavam todos os teuto-brasileiros católicos. A realização do 2º Congresso Geral dos Católicos do Rio Grande do Sul, realizado em Santa Clara em abril de 1899, evidencia esse potencial de organização e mobilização dos imigrantes e seus descendentes.

FONTES CONSULTADAS

Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul

AHRS; Fundo Autoridades Municipais; Maço 73; Câmara Municipal de Estrela, 1882 – 1884.

AHRS; Fundo Autoridades Municipais; Maço 73; Câmara Municipal de Estrela, 1885.

AHRS; Fundo Autoridades Municipais; Maço 351; Atas da Câmara Municipal de Estrela, 1881 – 1889.

AHRS; Fundo Imigração, Terras e Colonização; Maço 21; Correspondência Inspetoria Geral das Terras e Colonização, 1885 – 1887, p. 23 – 33.

Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul

APERS; Cartório Orphãos e Ausentes de Lageado, inventário de João Schabach, 1892.

APERS; Cartório Orphãos e Ausentes de Lageado, inventário de Christiano Ely, 1904.

APERS; Cartório Orphãos e Ausentes de Lageado, inventário de Jacob Kaiser, 1905.

APERS; Cartório Orphãos e Ausentes de Taquary, inventário de Antônio Fialho de Vargas, 1895.

APERS; Cartório Orphãos e Ausentes de Taquary, inventário de Antônio Fialho de Vargas Filho, 1879.

BRASIL. Lei n. 601, de 18 de setembro de 1850. **Lei de Terras**. Disponível em: <<https://arisp.files.wordpress.com/2007/11/lei-601-de-18-de-setembro-de-1850.pdf>>, acesso em 09 de out. de 2016.

DUTRA, Daniel de Souza; LAROQUE, Luís Fernando; ECKHARDT, Rafael Rodrigo. Acervo Fotográfico e de mapas. **Projeto Desenvolvimento Econômico e Sociocultural na Região Vale do Taquari**. Lajeado. Univates.

EC Cruzeiro realiza Jantar-Baile de Kerb. **A hora**, Lajeado, 04 jun. 2016. Disponível em: <<http://www.jornalahora.com.br/2016/06/04/ec-cruzeiro-realiza-jantar-baile-de-kerb/>>. Acesso em: 12 nov. 2016.

ESTATÍSTICAS: Santa Clara do Sul. **IBGE**. 2016. Disponível em: <<http://cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=431675>>. Acesso em: 12 nov. 2016.

Arquivo Histórico da Cúria Metropolitana de Porto Alegre

REGISTROS de batismo. Santo Antônio de Estrela - Livro de 1873-1879. AHCMPA, Porto Alegre.

REGISTROS de batismo. Paróquia Santo Antônio de Estrela - Livro de 1884-1891. AHCMPA, Porto Alegre.

REGISTROS de batismo. Paróquia Santo Inácio de Loyola de Lajeado – Livro de 1881-1886. AHCMPA, Porto Alegre.

REGULAMENTO. Presidência da Província. 28 nov. 1845, p. S6-1 – S6-4. Disponível em: <<http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/877/>>. Acesso em: 30 set. 2016.

RELATÓRIO do presidente da província de S. Pedro do Rio Grande do Sul, o conselheiro José Antonio Pimenta Bueno, na abertura da Assembléia Legislativa Provincial no. 1.o de outubro de 1850; acompanhado do orçamento da receita e despesa para o ano de 1851. Porto Alegre, Typ. de F. Pomatelli, 1850. Disponível em: <<http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/879/>>, acesso em: 30 set. 2016.

RELATÓRIO do presidente da província de S. Pedro do Rio Grande do Sul, Soares de Andrea. 6 mar. 1850. Disponível em: <<http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u1056/>>, acesso em: 30 set. 2016.

RELATÓRIO do Presidente da província de S. Pedro do Rio Grande do Sul, João Lins Vieira Cansansão de Sinimbu, na abertura da Assembléia Legislativa Provincial em 6 de outubro de 1853. Porto Alegre, Typ. do Mercantil, 1853, p. 22. Disponível em: <<http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/882/>>. Acesso em: 30 set. 2016.

RELATÓRIO do presidente da província de S. Pedro do Rio Grande do Sul, Jeronymo Francisco Coelho, na abertura da Assembléia Legislativa Provincial em 15 de dezembro de 1856. Porto Alegre, Typ. do Mercantil, 1856. Disponível em: <<http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/885/>>, acesso em: 30 set. 2016.

RELATÓRIO do presidente da província de S. Pedro do Rio Grande do Sul, Angelo Moniz da Silva Ferraz, apresentado á Assembléia Legislativa Provincial na 1.a sessão da 8.a legislatura. Porto Alegre, Typ. do Correio do Sul, 1858. Disponível em: <<http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/887/>>, acesso em: 30 set. 2016.

RELATÓRIOS da Presidência da Província do Rio Grande do Sul (1830 – 1930). Disponível em: <http://www-apps.crl.edu/brazil/provincial/rio_grande_do_sul>, acesso em: 30 set. 2016.

SECRETARIA do Planejamento, Mobilidade e Desenvolvimento Regional. Disponível em: <[http://www.atlassocioeconomico.rs.gov.br/upload/Bacias_Hidrog_RS\(1\).pdf](http://www.atlassocioeconomico.rs.gov.br/upload/Bacias_Hidrog_RS(1).pdf)> Acesso em: 25 out 2016.

TÚMULOS são transferidos para evitar esquecimento. **A Hora**, Lajeado, 28 abr. 2010. Disponível em: <<http://www.jornalahora.com.br/2010/04/28/tumulos-sao-transferidos-para-evitar-esquecimento/>>. Acesso em: 07 nov. 2016.

REFERÊNCIAS

- AHLERT, Lucildo; GEDOZ, Sirlei Terezinha. Povoamento e desenvolvimento econômico na região do Vale do Taquari, RS – 1822 a 1930. **Estudos & Debates**, Lajeado: UNIVATES, ano 8, n. 1, p. 49-91, 2001.
- AMORIM, Maria Norberta (coord.). Falando de Demografia Histórica... **Boletim Informativo NEPS**, Guimarães, nº2, jul. 1998.
- BARTH, Fredrik. Os grupos étnicos e suas fronteiras. In: LASK, Tomke (org.). **O guru, o iniciador e outras variações antropológicas**. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria, [1969], 2000, p. 25-67.
- BIANCHEZZI, Clarice. Imigrantes de origem alemã e a presença da Igreja Católica em Santa Catarina. **Anais...** São Paulo: ANPUH, 2008, p. 8.
- BUBLITZ, Juliana. **Forasteiros na floresta subtropical: uma história ambiental da colonização europeia no Rio Grande do Sul**. 2010. 200 f. Tese (Doutorado em História Social) – Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.
- CHRISTILLINO, Cristiano Luís. **Litígios ao sul do Império: a Lei de Terras e a consolidação política da Coroa no Rio Grande do Sul (1850-1880)**. 2010. 353 f. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense, Niterói.
- _____. **Estranhos em seu próprio chão: o processo de apropriações e expropriações de terras na Província de São Pedro do Rio Grande do Sul (O Vale do Taquari no período de 1840 – 1889)**. 2004. 374f. Dissertação (Mestrado em História da América Latina) - Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2004.
- CUNHA, Jorge Luiz da. Imigração e Colonização Alemã. In: BOEIRA, Nelson; GOLIN, Tau. **Império**. (Vol. 2). Passo Fundo: Méritos, 2006.
- DREHER, Martin Norberto. **Igreja e germanidade: estudo crítico da história da Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil**. São Paulo: SINODAL, 1984.
- FÉLIX, Rafael Fernandes; et. al. XML na demografia histórica: anotação de registros paroquiais. **Conferência da Associação portuguesa de sistemas de informação**, Coimbra, v.3, 2002. Disponível em: <<http://repositorium.sdum.uminho.pt/handle/1822/2335>>. Acesso em: 10 dez. 2015.

FLORES, Hilda Agnes Hübner. **História da imigração alemã no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: EST, 2004.

FILHO, Hermógenes Saviani. **O processo de colonização no Rio Grande do Sul: o caso de São Leopoldo no século XIX**. 2008. 230 f. Tese (Doutorado em Economia) – Programa de Pós-Graduação em Economia da Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.

FRANZ, Eloisa. **O negro taquariense: do escravismo ao abolicionismo**. 2009. 91 f. Monografia (Licenciatura em História) – Curso de Licenciatura em História do Centro Universitário UNIVATES, Lajeado.

GERHARDT, Marcos. Colonização e extrativismo. In: TEDESCO, João Carlos; NEUMANN, Rosane Marcia. **Colonos, Colônias e Colonizadores: aspectos da territorialização agrária no Sul do Brasil**, vol. IV. Porto Alegre: Letra&Vida, 2015, p. 246-273.

GINZBURG, Carlo; AMOROSO, Maria Betania. **O queijo e os vermes: o cotidiano e as idéias de um moleiro perseguido pela inquisição**. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

HISTÓRICO da Cidade de Santa Clara do Sul. **Prefeitura Municipal de Santa Clara do Sul**. Disponível em: < <http://santaclaradosul-rs.com.br/site/historia>>. Acesso em: 14 out. 2016.

IOTTI, Luiza Horn (Org). **Imigração e colonização: legislação de 1747 a 1915**. Caxias do Sul: EDUCS, 2001.

KRAUSE, Silvana. **Migrantes do tempo: Vida econômica, política e religiosa de uma comunidade de imigrantes alemães na República Velha**. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2002.

KREUTZ, Marcos Rogério et al. **Arroio do Meio: entre rios e povos**. Lajeado: Ed. da Univates, 2011.

LANDO, Aldair Marli; BARROS, Eliane Cruxên. Capitalismo e Colonização – os alemães no Rio Grande do Sul. In: DACANAL, José Hildebrando. **RS: imigração e colonização**. 3. ed. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1996.

_____. **A colonização alemã no Rio Grande do Sul: uma interpretação sociológica**. Porto Alegre: Movimento/IEL, 1976.

MAUCH, Cláudia; VASCONCELLOS, Naira. **Os alemães no sul do Brasil**. Canoas: Ed. ULBRA, 1994.

MENDES, José Sacchetta Ramos. Desígnios da lei de terras: imigração, escravismo e propriedade fundiária no Brasil Império. **Caderno CRH**. v. 22, n.55, p. 173-184. Universidade de São Paulo: São Paulo, 2009. Disponível em: <http://www.producao.usp.br/handle/BDPI/6112> , acesso em: 06 out. 2016.

MERTZ, Marli. As origens de um sistema agrário singular no Rio Grande do Sul. **Textos para discussão da Fundação de Economia e Estatística/RS**. Porto Alegre, set. 2008, nº40. Disponível em: <http://cdn.fee.tche.br/tds/040.pdf>, acesso em 08 out. 2016.

MULLER, Armindo L. **Comunidade Evangélica de Conventos**: Tradução dos livros de registro de ofícios eclesiásticos, período de 1860 à 1903 (Primeira Parte) Associação Nacional de Pesquisadores da História das Comunidades Teuto-Brasileiras, Lajeado, 1998.

OLIVEIRA, Ryan de Sousa. **Colonização alemã e poder**: A cidadania brasileira em construção e discussão (Rio Grande do Sul, 1863-1889). 2008. 192 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade de Brasília, Brasília, 2008.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. O imigrante na política rio-grandense. In: DACANAL, José Hildebrando. **RS: imigração e colonização**. 3. ed. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1996.

PINSETTA, Ana Paula. **Os limites do Vale do Taquari**: o antigo porto de Muçum. 2010. 76 f. Monografia (Bacharel em História) - Curso de História, Centro Universitário Univates, Lajeado, RS, 2010.

RADÜNZ, Roberto. A organização cultural dos alemães no Vale do Rio Pardo. In: VOGT, Olgário Paulo; SILVEIRA, Rogério Leandro L. da. (Org.). **Vale do Rio Pardo**: (re)conhecendo a região. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2001

RAMBO, Arthur Blásio. **Cem anos de germanidade no Rio Grande do Sul: 1824-1924**. São Leopoldo: Unisinos, 1999.

RELLY, Eduardo. **Floresta, capital social e comunidade**: imigração e as picadas teuto-brasileiras (1870-1920). 2013. 181 f. f. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento, do Centro Universitário Univates, como parte da exigência para obtenção do grau de Mestre em Meio Ambiente e Desenvolvimento.

ROCHE, Jean. **A Colonização Alemã e o Rio Grande do Sul**. (vol. 1 e 2). Porto Alegre: Editora Globo, 1969.

SCHALLENBERGER, Erneldo. Os teuto-brasileiros: ação católica, cooperativismo e terceira via política. **MÉTIS: história & cultura**. v.4, n.7, p. 133-144, jan./jun.. 2005.

SCHIERHOLT, José Alfredo. **Lajeado I**: povoamento, colonização e história política. Lajeado: Prefeitura Municipal, 1992.

SCHORR, Ana Paula. **A revolução federalista em Santa Clara do Sul**: a versão dos descendentes dos combatentes. 2007. 47 f. Monografia (Bacharel em História) - Curso de História, Centro Universitário Univates, Lajeado, RS, 2007.

SEVERO, Francine Zirbes (Org.). Perfil Socioeconômico do Vale do Taquari. **Banco Regional de Dados**. Lajeado: UNIVATES, 2011.

SEYFERTH, Giralda. Construindo a nação: hierarquias raciais e o papel do racismo na política de imigração e colonização. In: Maio, Marcos Chor (org). **Raça, ciência e Sociedade**. Rio de Janeiro: FIOCRUZ/CCBB, 1996.

_____. O Estado brasileiro e a imigração. In: NETO, Helion Póvoa. et al. (Orgs.) **Caminhos da migração: memória, integração e conflitos**. E-book. São Leopoldo: Oikos, 2015.

_____. Concessão de terras, dívida colonial e mobilidade. **Estudos Sociedade e Agricultura**. n.7, p. 29-58. Rio de Janeiro: UFRJ, dez. 2009. Disponível em: <<http://r1.ufrj.br/esa/V2/ojs/index.php/esa/article/view/94/90>>, acesso em 10 out. 2016.

_____. Colonização, Imigração e a Questão Racial no Brasil. **Revista USP**, nº 53, São Paulo, 2002, pp. 117-148.

_____. A identidade teuto-brasileira numa perspectiva histórica. In: MAUCH, Cláudia; VASCONCELLOS, Naira. **Os alemães no sul do Brasil**. Canoas: Ed. ULBRA, 1994, p. 14

STOLCKE, Verena. **Cafeicultura – Homens, mulheres e capital (1850-1980)**. São Paulo: ed. Brasiliense, 1986. Cap. 1, p.17-52.

TRÄSEL, Padre Alberto. **Álbum Jubilar de Santa Clara do Sul** (100 anos de colonização: 1869 – 1969, e 40 anos de paróquia: 1929 – 1969), Impresso. Santa Clara do Sul, 1969.

TREVISAN, Albino. **Respiga Marista: educação e ação social marista no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2009.

VOIGT, André Fabiano. **A invenção do Teuto-brasileiro**. 2008. 204f. Tese (Doutorado em História Cultural) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Santa Maria, Florianópolis.

WEBER, Simone Elisa et al. Elementos socioculturais entre imigrantes e descendentes de alemães na Região Vale do Taquari. **Anais...** Santa Cruz do Sul: UNISC, 2014. Disponível em: < <http://online.unisc.br/acadnet/anais/index.php/semic/article/view/12332>>. Acesso em: 29 out 2016.

WEIZENMANN, Tiago. “**Sou...como sabem**”: Karl von Koseritz e a imprensa em Porto Alegre no século XIX (1864-1890). 2015. 369f. Tese (Doutorado em História) - Programa de Pós-Graduação em História, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.

WERLE, André Carlos. “A revista de tropas do exército católico”: os Congressos Católicos realizados pelos Jesuítas alemães no sul do Brasil. In: **Revista Esboços**, v. 11, n. 11, 2004. Disponível em: < <https://periodicos.ufsc.br/index.php/esbocos/article/view/433/9867>>. Acesso em 13 nov. 2016.

WITT, Marcos Antônio. **Em busca de um lugar ao sol: Anseio políticos no contexto da imigração e da colonização alemã (Rio Grande do Sul – século XIX)**. 2008. 409f. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.

WOLF, Juçara Nair. Festa do Kerb: Espaços de Sociabilidade, Conflitos e Resistências. In: **Cadernos do CEON**, v. 13, n. 11, 1999.

ANEXOS

ANEXO I – Grande paredão rochoso, à beira do Rio Taquari, em Lajeado



Fonte: LABRES, Jaime. **Paredão de Pedras as Margens do Rio Taquari**. Disponível em: <http://br.worldmapz.com/photo/144290_en.htm>. Acesso: 02 nov. 2016.

ANEXO II – Lista dos casais pioneiros de Santa Clara entre 1869 e 1900

A VANGUARDA DOS CASAIS PIONEIROS

Eis a relação nominal dos casais pioneiros da vanguarda, (em ordem alfabética), que se estabeleceram, a partir de 1869 - 1885, dentro dos limites da então capela de São Francisco Xavier de Santa Clara:

Das Namensverzeichnis der Pionierehepaare (in alphabetischer Reihenfolge), welche sich ab 1869-1885, in den Grenzen der damaligen Kapellengemeinde des Heiligen Franziskus Xavierius von Santa Clara ansiedelten:

- 1). Adams, Pedro, oo Maria Löblein.
- 2). Allgayer, João Carlos, oo Margarida Weber.
- 3). Alves, João Francisco, oo
- 4). Anschau, Francisco, oo Susana Lunkes.
- 5). Anschau, Jacó, oo Paulina Mossmann.
- 6). Assmann, João, oo
- 7). Bender, João, oo Ângela Mallmann.
- 8). Bender, João Pedro, oo Maria Gregory.
- 9). Birnfeld, Bernardo, oo Barbara Walter.
- 10). Braun, José, oo Ana Maria Müssnich.
- 11). Brito, Francisco, oo
- 12). Brito, João, oo
- 13). Dessoy, João, oo Elisabeta Alfien.
- 14). Diel, Antônio, oo Catarina Müssnich.
- 15). Fischer, Germano Francisco, oo Agatha Fischer.
- 16). Fischer, João, oo
- 17). Franke, Antônio, oo
- 18). Franke, Paulo, oo Guilhermina Herrmann.
- 19). Freitag, João, oo Catarina Górgen.
- 20). Fröhau, Augusto, oo
- 21). Górgen, João Nicolau, oo Maria Heller.
- 22). Henz, João, oo Gertrudes Weissheimer.
- 23). Henz, José Jacó, oo Dorotea Henz.
- 24). Herrmann, Jacó, oo Julia Herrmann.
- 25). Hoffmann, Davi João, oo
- 26). Hübner, Inácio, oo Josefa Neumann
- 27). Immich, Henrique Pedro, oo Catarina Träsel.
- 28). Johann, João, oo Ângela Catarina Walter.
- 29). Kaiser, Frederico, oo Catarina Kehl
- 30). Kaiser, Jacó, oo Luisa Kaiser.
- 31). Kasper Jr., José, oo Gertrudes Müssnich.
- 32). Kochhann Junior, oo Catarina Augustin.
- 33). Köhnlein, Andre, oo Isabela Hauschild.
- 34). Kölla, Pedro, oo
- 35). Kreling, Matias José, oo Catarina Theissen.
- 36). Kreling, Antônio, oo Leocádia John Petry.
- 37). Kronbauer, Jacó, oo Margarida Feiten.
- 38). Kronbauer, Pedro, oo Catarina Freitag.
- 39). Kunz, Antônio, oo Ana Sofia Mallmann.
- 40). Kunz, Felipe, oo Catarina Olbermann.
- 41). Kunz, Pedro, oo Catarina Bohn.
- 42). Lenhart, Jacó, oo las. nupcias com Margarida Weber e em segundas nupcias com Margarida Herrmann.
- 43). Lenhart, Jacó, (der Scharfschütze), veterano da Guerra de 1870.; morava vizinho (lado direito) de Pedro Weiler Sobr, pai do finado Pe. Afonso Weiler. N.B. Era ali, onde posteriormente morava a família Bach.
- 44). Löblein, João, oo Wickert.
- 45). Lunkes, Bernardo, oo Cristina Nonnenmacher.
- 46). Lunkes, Henrique, oo Ana Anschau.
- 47). Mähler, João, oo Sofia Weber.
- 48). Mallmann, Pedro, oo Maria Madalena Reinbñchler
- 49). Mallmann, João Pedro, oo Elisabeta Bender
- 50). Mattje, Pedro, oo Reis
- 51). Olbermann, Jacó, oo Maria Wickert.
- 52). Parkert, João, oo
- 53). Persch, Antônio, oo
- 54). Pietschmann, Carlos, oo Maria von Mählen.
- 55). Rabuske, Carlos, oo em las. nupcias com Hillebeim; em 2as. com Terésa Limberger.
- 56). Reis, Martim José, oo Maria Köhnlein.
- 57). Rockenbach, José, oo Maria Weber.
- 58). Ruschel, João, oo Helena Simon. N.B. Este ajudou na construção da 1a. Capela de Sta. Clara; mais tarde permutou sua propriedade, sita em S. Bento, com Adam Franz, retornando para Feliz.
- 59). Ruschel, João, (moreno), oo Ana Noschang.
- 60). Ruschel Sobr, Miguel, oo Cristina Simon.
- 61). Ruwer, Pedro, oo Maria Margarida Weber.
- 62). Schabbach Sênior, João, oo Ana Maria Bohn.
- 63). Schäfer, Felipe, oo Barbara Ruschel; em 2as. nupcias com Mariana Roth; e em 3as. nupcias com Roth.
- 64). Scheibler, Francisco, oo Ana Glaser.
- 65). Scherner, João, oo Maria Eckert.
- 66). Schneider, Frederico, oo Catarina Roth.
- 67). Schneider, João, oo Ana Maria (Ami) Mallmann.
- 68). Schneider, Miguel, oo Sara Roth.
- 69). Schneider, Nicolau (Closs), oo Ana (Ann) Mallmann.
- 70). Schneider, Pedro, oo Schmitz; e em 2as. nupcias com Catarina Baumgratz.
- 71). Schnorr, Pedro, oo Paulina Weber.
- 72). Schwertner, José, oo Gertrudes Noll.
- 73). Simm, Augusto, oo Margarida Horn.
- 74). Theissen, Inácio, oo
- 75). Träsel, José, oo Helena Johann.
- 76). Vater, Antônio, oo Brígida Worm.
- 77). Walker, Alfredo, oo Guilhermina Henrieta Luisa Schmitt.
- 78). Walter (Sênior), Antônio, oo
- 79). Wathier, Nicolau, oo Catarina Jung.
- 80). Weber (Prozessweber), Pedro, oo Maria Weber.
- 81). Weiland (Sênior), Jacó, oo Ana Maria (Ami) Machry.
- 82). Weiler, Felipe, oo Maria Müssnich.
- 83). Weiler, José, oo Susana Bender.
- 84). Weiler, Pedro, oo Maria Roth.
- 85). Werlang, Guilherme, oo Catarina Ruschel.
- 86). Werlang, Nicolau, oo Florigunda Breitenbach. N.B. Foi sacristão na igreja de Sta. Clara, após o falecimento de João Pedro Mallmann (+ 1912).
- 87). Wilges, Henrique, oo

CAPÍTULO QUARTO

RETAGUARDA DOS CASAIS PIONEIROS SANTA CLARENSES

Entre os anos de 1885-1900, estabeleceram-se nas diversas localidades, que, então, formavam a primitiva comunidade eclesial de S. Francisco Xavier de Santa Clara, mais os seguintes imigrantes:

- 1.) Alves, João Francisco, oo Cristina Alves.
- 2.) Arenhart Sênior, Jacob, oo Maria Berwanger, em las. nupcias, oo Maria Müller, em 2as. nupcias.
- 3.) Artel, Eugênio (professor), oo Leopoldina Simon.
- 4.) Barden, José, oo Klein, em las. nupcias e oo Ami Ruwer, em 2as. nupcias...
- 5.) Becker, José, oo Catarina Horbach.
- 6.) Berwanger, Nicolau, oo
- 7.) Bohn, Mathias, oo Catarina Staudt.
- 8.) Costa, João, oo
- 9.) Dick, Martin, oo Elisabeth Franz.
- 10.) Diel, Christoph, oo Maria Stein.
- 11.) Dill, João, oo Rosina Werlang.
- 12.) Eckert, João, oo Matildê Schneider.
- 13.) Eich, Jakob, oo Schmitz.
- 14.) Ely, Cristiano, oo Carolina Eckert.
- 15.) Engelmann, Jakob, oo Braun, em las. nupcias, e oo em 2as. nupcias...
- 16.) Franz, Adam, oo Carolina Mallmann.
- 17.) Göttems, Pedro, oo Madalena Kreling.
- 18.) Gällich, Frederico, oo Krämer.
- 19.) Halmenschlager, Nicolau, oo Filipina Werlang.
- 20.) Hermes Júlio, oo
- 21.) Herrmann, Frederico, oo Ami Mallmann.
- 22.) Herrmann, Jaco, oo
- 23.) Holz, Mathias, oo
- 24.) Horn, Estevão, oo
- 25.) Jacobs, Mathias, oo Schuh
- 26.) Jung, Pedro, oo
- 27.) Klein, Francisco, oo
- 28.) Klein, João, oo Helena Wolfart.
- 29.) Klein, Nicolau, Capitão, oo Francisca Weiler.
- 30.) Krämer, Jakob, oo Otilia Noschang.
- 31.) Krämer, João, oo Elisabeta Arnold.
- 32.) Kronbauer, Henrique, oo
- 33.) Kuhn, Jakob, oo
- 34.) Lauxen, José, oo Susana Schaab.
- 35.) Luft, João, oo Matilde Kappes.
- 36.) Massing, Adam, oo Maria Helena Schnorr.
- 37.) Meinert, Pedro, oo Clementina Krämer.
- 38.) Müller, Augusto, professor, oo Maria Steinmetz.
- 39.) Müller, Pedro, oo Clara Reisdörfer.
- 40.) Nitsche, José, oo Ana Pochmann, em las. nupcias, e oo Antônia Schuster em 2as. nupcias.
- 41.) Norrenberg, Paulo, oo Roth (3a. viúva de Felipe Schäfer.)
- 42.) Rambo, Jakob, oo Catarina Weber.
- 43.) Reckziegel, Germano, oo Elisabeta Mallmann.
- 44.) Reckziegel, Guilherme, oo
- 45.) Reckziegel, Wenceslau, oo
- 46.) Rückert, oo
- 47.) Ruwer, Jorge, oo Agnes Acker.
- 48.) Sauer, José, oo
- 49.) Schabbach, Junior, João, oo Amália Schweitzer.
- 50.) Schabbach Sênior, João, oo Ana Maria Marx.
- 51.) Scheffel, Raimundo, oo
- 52.) Schmitt, Francisco, oo
- 53.) Schmitt, Pedro, oo
- 54.) Pedro Schnorr, oo Elisabeta Müssnich.
- 55.) Schoffen, Pedro, oo Cristina Löff.
- 56.) Schossler, Jacob, oo Freitag.
- 57.) Schossler, João, oo
- 58.) Schossler, Nicolau, oo
- 59.) Schossler, Valentim, oo Margarida Kerber.
- 60.) Schulz, Francisco, oo
- 61.) Seibel, Sênior, Antônio, oo Schabbach.
- 62.) Seibt, Antônio, oo
- 63.) Siebenborn, Felipe, oo Francisca Gutjahr.
- 64.) Simonis, Valentim, oo Elisabeta Dessoy.
- 65.) Slivan, João, oo
- 66.) Spohr, Sênior, João, oo
- 67.) Staudt, Martin, oo
- 68.) Steinmetz, João, oo Maria Arenhart.
- 69.) Vier, Pedro, oo Catarina Schmitt.
- 70.) Wickert, Pedro João, oo Catarina Lößlein.
- 71.) Wille, Jacob, oo Helena Spohr.
- 72.) Wille, José, oo Margarida Gallas.
- 73.) Wille, Manuel, oo Carolina Spohr.
- 74.) Worst, Clemente, oo Kerber.
- 75.) Zart, Augusto, oo Maria Idalina Kerber.
- 76.) Zart, David, oo Catarina Arenhart.
- 77.) Zart, João, oo Catarina Kerber (pais de Henrique Zart).
- 78.) Zenkner, Henrique, oo Amália Zenkner.

ANEXO III – Monumento em homenagem ao Combate ocorrido em 28 de maio de 1895, entre colonos e maragatos, na cidade de Santa Clara do Sul



Fonte: Da autora, 2016.

ANEXO IV - Fotografia da família de Christiano Ely



Fonte: TRÄSEL, 1969, p.31.